

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2009-2010)

Presidente: Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio); *Secretário Executivo:* Cícero Araújo (USP); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Carlos Arturi (UFRGS); Maria Stela Grossi Porto (UnB); Rogerio Proença Leite (UFS)

Conselho Fiscal: Lea Freitas Perez (UFMG); Ricardo Silva (UFSC); Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL)

Coordenação: Cícero Romão Resende de Araújo (USP)

Editor: Márcia Lima (USP)

Comissão Editorial: Argelina Figueiredo (IUPERJ); Bila Sorj (UFRJ); Sergio Carrara (IMS/UERJ)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Gislaíne Maria da Silva

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e Júris Megnis Jr. (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

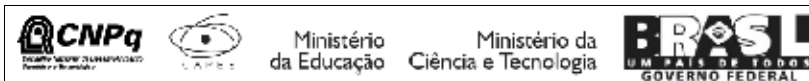
ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa	5
<i>Gabriel Cepaluni</i>	
Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman	23
<i>Odaci Luiz Coradini</i>	
Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási	43
<i>Aline G. Hellmann</i>	
Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano	59
<i>Ricardo Fabrino Mendonça</i>	
O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa	79
<i>Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant</i>	

Colaboraram neste número:

Aline Hellmann é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Economia do Desenvolvimento na mesma instituição. É pesquisadora do GT Avaliação de Políticas Públicas do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da UFRGS. E-mail: <hellmann.aline@gmail.com>.

Gabriel Cepaluni é doutor na área de Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de Relações Internacionais da Universidade Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp-Franca). Publicou *Regimes de patentes: Brasil x Estados Unidos no tabuleiro internacional* (editora Aduaneiras, 2006), e, com Tullo Vigevani, *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula* (Lexington Books, 2009). E-mail: <gabi.cepal@gmail.com>.

Julia S. Guivant é professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1980, onde também atua nos Programas de Pós-graduação em Sociologia Política e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tem publicações em revistas e livros nacionais e internacionais nas áreas de teoria social, sociologia ambiental e sociologia do conhecimento científico, principalmente nos temas: governança de inovações tecnológicas (transgênicos, nanotecnologias), riscos ambientais rurais, análises sociais de riscos e globalização das práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. E-mail: <juguivant@uol.com.br>.

Juliana Mezzomo Allain é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutorado em Sociologia por essa mesma instituição. Atualmente é professora das Faculdades Esucri, em Criciúma (SC). Tem publicações em revistas nacionais na área de representações sociais do meio ambiente, transgênicos e ciência e tecnologia. E-mail: <jumezzmo@hotmail.com>.

Odaci Luiz Coradini é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), professor associado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, dedica-se ao estudo, particularmente, dos processos de recrutamento de elites políticas e culturais, engajamento e militância política, e das transformações no ensino universitário. Publicações recentes incluem: “Titulação escolar, condição de ‘elite’ e posição social”, *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 43, p. 45-69, 2010; “Resources of origin, investments and expectations of rewards in the militancy of the Landless Rural Workers Movement (MST)”, *International Review of Sociology – Revue Internationale de Sociologie*, v. 21, n. 1, p. 67-87, 2011. E-mails: <coradini@portoweb.com.br> e <coradini@ufrgs.br>.

Ricardo Fabrino Mendonça é doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da mesma instituição. Áreas de interesse: teoria democrática e de comunicação e política, com foco nas noções de deliberação pública e reconhecimento. Artigos recentes publicados em: *Political Studies*, *BPSR*, *Policy and Society*, *RBCS*, *Dados e Opinião Pública*. E-mail: <ricardofabrino@fafich.ufmg.br>

Introdução

Teorias sobre coalizões internacionais (e temas similares, como ação coletiva, grupos, alianças, cooperação, entre outros) têm lugar de destaque na disciplina de Ciência Política. Em relações internacionais, apesar de os estudos de coalizões terem recebido menos atenção, um crescente número de trabalhos vem sendo produzido (Oliveira, Onuki e Pereira Neto, 2006).

A maioria dos estudos concentra-se em temas de segurança militar e apenas a minoria centra-se no papel das coalizões de potências médias ou de países em desenvolvimento no âmbito de instituições comerciais, como, por exemplo, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa lacuna provavelmente decorre da combinação de dois fatores. Primeiro, a participação dos países em desenvolvimento como atores relevantes nas negociações multilaterais de comércio é um fenômeno relativamente novo, recebendo crescente destaque apenas a partir da Rodada Uruguai (1986-1994) do General Agreement on Tariffs and Trade – GATT/OMC. Em segundo lugar, e possivelmente uma razão mais significativa, tradicional-

mente as teorias *mainstreams* (realismo e liberalismo) de relações internacionais têm prestado pouca atenção ao papel dos países em desenvolvimento¹.

Possivelmente por conta da prioridade dada aos estudos de segurança (que se supõe despertar o interesse de um menor número de atores domésticos e por ser muitas vezes “segredo de Estado” – ver Quadro 1, p. 13), os trabalhos teóricos não se preocupam em avaliar a influência das demandas dos grupos de interesses² domésticos no comportamento das coalizões internacionais, apesar de alguns pesquisadores apontarem para a existência de “coalizões mistas”, que contam com a participação de atores estatais e não estatais (por exemplo, organizações não governamentais – ONGs e empresas multinacionais), possibilitando alguma teorização sobre esse novo tipo de ação coletiva (Villa, 2005; Sell e Prakash, 2004; Keck e Sicking, 1998).

Três situações não mutuamente excluídas *podem* influenciar, ainda que não determinar, os desempenhos das coalizões internacionais³: (1) a configuração dos interesses domésticos dos Estados participantes; (2) país ou países poderosos contrários às coalizões analisadas que buscam fragmentar os

* Este trabalho se beneficiou de diversas apresentações em seminários de pesquisa no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e da participação no 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em julho de 2007. Agradeço especialmente aos comentários de Wagner Pralon, Amâncio de Oliveira, Fernando Limongi, Nizar Messari, Feliciano Guimarães e a um parecerista anônimo da *BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)*. Os eventuais erros são de responsabilidade do autor.

interesses domésticos das nações participantes dessas alianças; e (3) situações diametralmente opostas ao segundo item: coalizões de países em desenvolvimento e/ou de potências médias que participam do “jogo de dois níveis” do país ou das nações mais poderosas que a elas se contrapõem.

Na próxima seção, revisaremos a bibliografia teórica sobre coalizões internacionais. Identificaremos cada uma das subseções conforme o principal tema de pesquisa envolvendo essas coalizões, ou seja: o problema do número; as ameaças; a reciprocidade; a identidade coletiva; e os países fracos. Posteriormente, apresentaremos uma abordagem teórica complementar para preencher o que julgamos ser uma lacuna na bibliografia sobre coalizões. Finalmente, concluiremos propondo uma agenda para pesquisas futuras.

Revisão da literatura: abordagens teóricas sobre ação coletiva internacional

O problema do número

O livro de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*, lançado em 1965, é um estudo pioneiro por usar a perspectiva da escolha racional para entender problemas políticos⁴.

Em artigo intitulado “An economic theory of alliances”, publicado originalmente em 1966, Olson e Zeckhauser aplicam algumas considerações expostas em *A lógica da ação coletiva* para entender o funcionamento de organizações internacionais. Embora acreditassem na universalidade do modelo, eles utilizaram os exemplos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e mais brevemente o Comitê de Assistência para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para corroborarem sua teoria.

Argumentava-se que os Estados Unidos e outros grandes membros arcavam com um custo desproporcional para promover a defesa comum dos países da Otan, e que os menores membros da Otan devotavam comparativamente menores porcentagens de suas rendas para a defesa. Havia também uma preocupação com os fracassos da instituição para promover os benefícios que seus membros consideram “ótimos”. Os países europeus da Otan estavam muito mais próximos da linha de batalha com a ex-URSS e tinham menos capacidade de se defender sozinhos do que os Estados Unidos. Segundo os autores, seria lógico que esses países tivessem interesse em devotar maiores proporções de seus recursos para a Otan do que os norte-americanos (Olson e Zeckhauser, 1970 [1966], p. 121). Similarmente, as nações menores não estavam pagando suas cotas de contribuição para a ONU, conseqüentemente, as contribuições dos Estados Unidos alcançavam um nível que ameaçava a independência da organização. O escasso apoio à ONU e a sua situação financeira complicada também eram preocupantes.

Conforme Olson e Zeckhauser (p. 122), “one purpose that all such organizations must have is that of serving the common interests of member states”. No caso da Otan, a sua preferência revelada é proteger os Estados-membros de uma agressão feita por um inimigo comum. Mas, na medida em que qualquer ação individual para fornecer um benefício coletivo também vai para os outros membros, os participantes individuais da organização passam a não ter incentivos para fornecer quantidades ótimas de tais bens. Ou seja, “when the group interested in a public good is very large, and the share of the total benefit that goes to any single individual is very small, usually no individual has an incentive to

purchase any of the good” (Olson e Zeckhauser, p. 123).

Após comprovarem a teoria empiricamente, os autores concluem que na ONU há uma força sistemática tendente a incentivar as nações menores a não pagarem suas cotas e as grandes nações a assumirem partes maiores dos custos. As maiores nações industrializadas arcam com custos desproporcionais para a manutenção da instituição em comparação com os países menos desenvolvidos. Na Otan, também há uma correlação significativa entre o tamanho das rendas nacionais dos membros e a porcentagem de suas rendas nacionais devotadas para a defesa comum. Conforme o modelo, isso ocorre porque cada aliado desfruta de apenas uma fração dos benefícios coletivos, mas arca com os custos de qualquer quantidade adicional deste bem. Isso significa que os membros individuais do grupo são incentivados a parar de fornecer benefícios coletivos bem antes do ótimo de Pareto⁵ ser alcançado⁶.

As ameaças

Stephen M. Walt (1987, p. 21) constata que o equilíbrio de poder e o *bandwagoning* são usualmente pensados apenas em termos de capacidades materiais. O equilíbrio implicaria um alinhamento com o lado mais fraco e o *bandwagoning* uma parceria com o lado mais forte (Waltz, 1979, p. 123-128). Conforme Walt, embora o poder seja uma parte importante da equação, não é a única. Seria mais preciso argumentar que os Estados tendem a alinhar-se ou contrapor-se a uma potência externa ameaçadora. Assim, outros fatores são importantes para avaliar os níveis de ameaças impostos pelos Estados, como: *poder agregado, proximidade geográfica, poder ofensivo e intenções agressivas*.

Por si só, o poder agregado pode fornecer um motivo para equilibrar-se ou ali-

nhar-se ao mais forte – “the greater a state’s total resources [...], the greater a potential threat it can pose to others” (Walt, 1985, p. 9). Contudo, uma vez que a habilidade para projetar poder diminui com a distância, os Estados que estão mais próximos são mais ameaçadores. Assim, os Estados têm mais chance de formar suas alianças para se defender de potências próximas. As capacidades ofensivas também podem criar um forte incentivo para os outros se equilibrarem: “all else being equal, states with large offensive capabilities are more likely to provoke an alliance than those who are either military weak or capable only of defending” (*idem*, p. 11). Por último, os Estados aparentemente mais agressivos provavelmente farão com que outros se equilibrem contra eles.

Walt também examina três outras explicações alternativas para a formação de alianças: a hipótese da solidariedade ideológica, a da ajuda externa e a da “penetração transnacional”⁷. O autor constata que a “ideological solidarity is less important than external threats as a cause of alliances” (Walt, 1987, p. 266). Da mesma forma, “neither foreign aid nor penetration has proven to be of much use as an explanation of alliance formation” (p. 268). Em resumo, a formação de alianças ocorre basicamente por causa de ameaças por parte de potências estrangeiras.

Walt utiliza casos históricos de conflitos no Oriente Médio, pois, segundo argumenta, a maior parte dos pressupostos sobre a formação de alianças (ou das relações internacionais de maneira geral) foi derivada da história do sistema europeu de grandes potências, assim ele deseja que sua teoria passe por um “teste forte” ao prever o comportamento de Estados que não são nem europeus nem grandes potências (Walt, 1987, p. 13).

A reciprocidade

Conforme Axelrod e Keohane (1985, p. 226), cooperação não é sinônimo de harmonia. Esta requer identidade completa de interesses, mas a cooperação apenas ocorre em situações em que se misturam conflitos e interesses comuns. Em tais situações, há cooperação quando os atores ajustam seus comportamentos ao interagir com outros países ou ao antecipar as preferências de outros Estados.

Para esses autores, três fatores favorecem a cooperação em um mundo sem um “governo central”: a mutualidade de interesses, as perspectivas positivas a respeito da parceria e um número reduzido de atores. Caso houvesse um “governo mundial”, possivelmente a cooperação poderia ser obtida por meio de um pacto hobbesiano, em que os Estados individuais seriam coagidos a obedecerem às regras criadas pela autoridade soberana (Axelrod, 1984).

Segundo Axelrod e Keohane (1985), a cooperação internacional é mais fácil de ser alcançada em alguns contextos do que em outros. Nas relações econômicas, os atores esperam que seus relacionamentos continuem em um período indefinido de tempo, portanto, os jogos são repetidos. Normalmente, nenhum dos lados na interação econômica pode eliminar o outro ou mudar a natureza do jogo em uma única partida. Por sua vez, em questões de segurança, a possibilidade de uma guerra preventiva pode fazer com que o Estado racional ataque o seu inimigo de surpresa, resultando em um jogo de apenas uma partida.

Em *The evolution of cooperation* (Axelrod, 1984, p. 10-11), o autor mostrou que a reciprocidade pode ser uma estratégia efetiva para induzir a cooperação entre atores autointeressados que esperam interagir um número indefinido de vezes. Entretanto, a

reciprocidade efetiva depende de três condições: (1) os jogadores podem identificar os não cooperadores; (2) podem retaliá-los; e (3) têm incentivos suficientes de longo prazo para puni-los. Quando há muitos atores, essas condições são frequentemente mais difíceis de serem satisfeitas (Axelrod e Keohane, 1985, p. 235). Nessas situações, pode ser difícil identificar, muito menos punir, a falta de cooperação.

A cooperação também será mais provável se os custos para certificar-se da adesão dos parceiros e de coagi-los a participarem forem baixos. Portanto, as instituições internacionais são importantes para aumentar a interatividade entre os Estados, para reduzir os custos de identificação e para tornar as ameaças de punição mais críveis (Axelrod e Keohane, 1985, p. 238-239).

Por último, três outros fatores também afetam a cooperação: as barganhas cruzadas, as conexões entre as políticas domésticas e as internacionais, e as incompatibilidades entre jogos. As barganhas cruzadas referem-se a situações em que diferentes áreas temáticas afetam-se mutuamente. Do mesmo modo, questões domésticas podem influenciar negociações internacionais. Finalmente, jogos diferentes ocorrem paralelamente nas políticas mundiais, envolvendo diversos atores. Às vezes, a existência de mais de um jogo inter-relacionado torna mais fácil a cooperação, mas “jogos sobrepostos” também podem dificultar a criação de parcerias. Assim, jogos em diferentes tabuleiros podem acirrar os conflitos ou aprofundar a cooperação. Salientamos, contudo, que esses três fatores têm papel secundário na explicação.

Soares de Lima e Santos (2001) elaboraram um modelo espacial para mostrar por que o Congresso (deputados e senadores) brasileiro delega decisões de política de comércio exterior para o presidente da república. Neste modelo, o medo de envolvimento

em questões distributivas e a falta de conhecimento especializado por parte de deputados e senadores faz com que estes deleguem assuntos de política comercial ao Executivo, mas deem estabilidade às decisões presidenciais que envolvem outras nações. Consequentemente, muitas decisões de política externa elaboradas pelo presidente se distanciam do ponto ideal do Legislativo.

Em um exemplar especial da *International Studies Review* de 2001, editado por Margareth G. Hermann e Joe D. Hagan, diversos autores escreveram sobre três tipos básicos de unidades de decisão de política externa: o líder poderoso, o grupo unitário (*single group*) e a coalizão de atores autônomos. Um líder poderoso é um indivíduo que tem a habilidade de paralisar a oposição e o poder de tomar decisões isoladamente. Um grupo unitário é um conjunto de indivíduos, todos membros de um único corpo, que coletivamente selecionam o rumo da ação consultando uns aos outros. No caso de coalizões de atores autônomos, os atores necessários são indivíduos, grupos ou representantes de instituições que podem agir em nome do governo, porém, nenhum ator isolado tem a habilidade para decidir e forçar a obediência por parte dos outros (Hermann, 2001, p. 56-57). Como se pode inferir, as análises que mais se aproximam do nosso tema são aquelas que analisam o papel dos grupos unitários (Hermann *et al.*, 2001) e das coalizões (Hagan *et al.*, 2001).

Com relação à conexão entre as políticas domésticas e às políticas internacionais, Milner (1992, p. 496) sustenta que esta literatura “suffers from a systemic neglect of domestic factors – even while it depends on implicit theories about international politics”. Certamente, a literatura mudou muito desde a análise de Milner. No entanto, a maioria das análises ainda foca como grupos

domésticos influenciam a política externa de um país específico ou como fatores externos influenciam a formação de coalizões domésticas, semelhantemente às análises clássicas da “segunda imagem invertida” (Gourevitch, 1978; Rogowski, 1989).

A formulação do jogo da caça ao cervo (*stag hunt*) foi inspirada na obra de Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade do homem* (1754-1755), em que ele argumenta que os homens se uniriam caso existisse a possibilidade da obtenção de ganhos por meio da cooperação mútua. Contudo, essa cooperação somente duraria se não houvesse outros incentivos para a não cooperação. Se, por exemplo, o objetivo fosse apanhar um cervo, cada um faria a sua parte nos esforços de caça, mas, se um coelho estivesse ao alcance de um deles, não haveria dúvida de que o caçador mudaria o seu foco, não se importando se os seus companheiros ficassem de “mãos vazias”.

O dilema de segurança, formulado por Jervis (1978) e inspirado no jogo da caça ao cervo, representa um contexto de interação estratégica entre Estados unitários e racionais em um contexto em que não há informação sobre as intenções dos outros países. Portanto, o resultado (*pay-off*) obtido pelos Estados é normalmente diferente do que eles desejam: o aumento da insegurança internacional e o início de uma escalada armamentista.

Há quatro resultados possíveis neste jogo: (1) cooperar e apanhar o cervo (o análogo internacional é a cooperação e o desarmamento); (2) caçar o coelho enquanto os outros permanecem em seus postos (manter um nível considerável de armas enquanto os outros se desarmam); (3) perseguir o coelho, assim como os outros o fazem (a corrida armamentista e risco da guerra); e (4) ficar na posição original enquanto os outros vão

atrás do coelho (ficar desarmado enquanto os outros se armam).

Supondo que os Estados são racionais, isto é, desejam preservar a sua segurança, há dois resultados prováveis: ou Estados cooperam e estabelecem a paz, ou os dois não cooperam e cada um obtém uma recompensa significativamente menor (ambos iniciam uma corrida armamentista), mas preservam a sua segurança devido ao medo de cooperarem enquanto os outros não o fazem (ver Tabela 1).

Dada cada uma das situações acima, o que torna mais ou menos possível a cooperação mútua entre os atores? As chances de se obter esse resultado serão maiores caso: (1) haja mais incentivos para cooperar e/ou se diminua os custos que os atores terão se eles cooperarem e os outros não o fizerem; (2) a diminuição dos incentivos para a não cooperação e/ou o aumento dos custos da não cooperação mútua; (3) o aumento das expectativas de que os outros também cooperarão (Jervis, 1978, p. 167).

O argumento de Axelrod e Keohane (1985) é que o contexto da interação estratégica pode mudar por meio da formação de instituições, que desempenham três funções básicas para a formação das preferências dos atores: (1) aumentam o fluxo de informações, permitindo maior transparência acerca das intenções, interesses e preferências dos Estados, contribuindo para a redução da incerteza que caracteriza o ambiente anárquico; (2) estabelecem mecanismos de monitoramento e controle para verificar se os Estados-membros cumprem os acordos estipulados; e (3) mudam as *expectativas* dos atores a respeito da solidez dos acordos ao longo do tempo, pois as regras e procedimentos que moldam o comportamento dos atores diminui a incerteza a respeito do futuro.

Tabela 1

Caça ao Cervo ou Dilema da Segurança

	Cooperar	Não Cooperar
Cooperar	1,1	4,2**
Não Cooperar	2,4**	3,3

** Resultados do Equilíbrio de Nash no jogo proposto.

A identidade coletiva

Conforme Wendt (1994), a maioria dos estudos pressupõe que a ação coletiva deve ser analisada nos termos de Mancur Olson, que acreditava que a cooperação entre atores autointeressados pode ser promovida mediante coerções ou incentivos seletivos aos Estados individuais. Contudo, muitas vezes os interesses são criados e transformados na interação entre os países.

Em seu trabalho, Wendt está interessado na construção de identidades e interesses coletivos, utilizando uma abordagem sociológica em vez de econômica. Assim, a habilidade para resolver problemas de ação coletiva depende em parte de como as identidades sociais dos atores constroem interesses coletivos ou autointeressados:

Self-interest is sometimes defined so as to subsume altruism, which makes explanations of behavior in such terms tautological. Instead, I shall define self-interest and collective interest as effects of the extent to which and manner in which social identities involve an *identification* with the fate of the other (whether singular or plural). Identification is a continuum from negative to positive – from conceiving the other as anathema to the self to conceiving it as an extension of the self (Wendt, 1994, p. 386).

Wendt não sugere que as identidades coletivas substituam as razões egoístas dadas

exogenamente em um modelo racional, mas que identidades e interesses sejam tratados como variáveis dependentes endógenas à interação. A identificação é um contínuo em que os atores normalmente vão desde motivos totalmente egoístas até razões de lealdades solidárias, permitindo analisar a ação coletiva não apenas como um equilíbrio entre os custos e os benefícios da cooperação entre atores autointeressados, “but as a process of creating new definitions of self” (Wendt, 1994, p. 387).

Assim, Wendt dá dois motivos para adotar uma abordagem “estadocêntrica”, que são: os Estados continuam sendo zelosos de suas soberanias e também resistem mais à identificação coletiva do que outros atores, apesar da crescente importância dos atores não estatais nas políticas mundiais; a identificação coletiva é uma condição importante para a emergência de um “Estado internacional”, o que provocaria uma transformação estrutural no sistema estatal de Westphalia (Wendt, 1994, p. 385).

Em resumo, para os *construtivistas* da linha de Wendt: os interesses ou preferências são baseados nas representações a respeito de si mesmo e dos outros; essas representações se alteram constantemente, mesmo se sua estabilidade relativa em certos contextos permitir tratá-las como se elas fossem fixas; e muitas vezes os Estados agem de maneira egoísta, mas isso não necessariamente exclui a construção de identidades coletivas (Wendt, 1994, p. 388).

Os países fracos

Os últimos trabalhos a serem analisados apresentam a visão de Estados considerados menos significativos para o entendimento das relações internacionais pelos autores do *mainstream* (Ayooob, 2002), mas que podem afetar os resultados ou pôr obstáculos às me-

tas buscadas pelas grandes potências do sistema internacional (Keohane, 1971).

Integrando *insights* das correntes racionalistas e construtivistas, Narlikar (2003, p. 31) classifica as coalizões em dois tipos ideais, que representariam duas pontas de um espectro: as coalizões do tipo aliança e as do tipo bloco.

As coalizões do primeiro tipo são manifestações de interesses materiais concretos. Considerações de poder relativo, concessões políticas na forma de “trocas de favores” (*logrolling*)⁸ e o peso coletivo são fatores importantes na construção desse tipo de coalizão. Embora essas coalizões possam abranger vários setores, elas são mais fáceis de serem construídas do que as “coalizões temáticas”, que se concentram em um único aspecto importante da negociação (Higgott e Cooper, 1990), pois “trocas de favores” são mais difíceis de serem feitas em uma área temática específica.

As coalizões do tipo aliança possuem três características fundamentais: atores autointeressados em oposição a identidades coletivas; razões instrumentais para se unirem em contraste com razões ideológicas; e direcionamento para ameaças específicas em vez de formar uma identidade ideológica e de alimentar esperanças de serem relevantes em todas as situações (Narlikar, 2003, p. 31).

As coalizões do tipo bloco são caracterizadas por serem compostas apenas de Estados que possuem identidades comuns. É possível que a ação coletiva possa começar com características de uma aliança, desenvolvendo gradualmente uma identidade coletiva entre os seus membros para se formar uma coalizão do tipo bloco. Uma característica marcante é a unidade consciente de Estados que compartilham as mesmas ideias e identidades, sobrevivendo à razão original que fez com que eles se alinhassem. Assim, coalizões do tipo bloco revelam grande durabilidade,

adaptando-se a novas questões, mesmo depois de a questão original para a criação da coalizão ser resolvida e de forma relativamente independente dos sucessos ou fracassos⁹ do grupo (Narlikar, 2003, p. 31-32).

As coalizões do tipo aliança e as do tipo bloco oferecem diferentes vantagens. As alianças são capazes de incluir novos membros sem se preocupar se os potenciais parceiros terão afinidades suficientes com o grupo ou não. Elas podem incluir novos acordos e questões relacionadas sem temer que isso possa comprometer a ideologia coletiva. As coalizões do tipo blocos são melhores em formular propostas e em bloquear negociações internacionais. Assim, recompensas oferecidas por parte de terceiros para membros individuais não desafiam de forma considerável a identidade do grupo (Narlikar, 2003, p. 32).

Em texto posterior, Narlikar e Tussie (2004) analisam uma importante coalizão da Rodada Ministerial de Cancun: o G-20 da agricultura. Conforme as autoras, “as análises teóricas e os precedentes históricos indicavam que o grupo entraria em colapso na etapa final e, no entanto, ele sobreviveu” (Narlikar e Tussie, 2004, p. 47). O sucesso do grupo deveu-se a um processo de aprendizagem que possibilitou o desenvolvimento de estratégias que ajudaram a mantê-lo coeso.

Muitas dessas características decorrem [...] da experiência passada dos países em desenvolvimento com coalizões e processos de negociação e sugerem um sistema de aprendizagem social. [...] o G20 decorre de quase duas décadas de aprendizado dos países em desenvolvimento (Narlikar e Tussie, 2004, p. 48).

Conforme Narlikar e Tussie (2004), os textos teóricos sobre coalizões interestatais salientam dois problemas centrais com que

se deparam as coalizões dos países em desenvolvimento: peso externo mínimo e risco de fragmentação. O primeiro problema decorre da menor participação dos países em desenvolvimento na economia mundial. O segundo problema relaciona-se à possibilidade de fragmentação da coalizão (Narlikar e Tussie, 2004, p. 55).

A maior virtude do G-20 reside no seu peso econômico¹⁰. Seria muito difícil para os Estados Unidos e para a União Europeia “ignorar uma coalizão que abrangia mais de dois terços da população mundial e 60% dos agricultores de todo o mundo e era liderada por um poderoso núcleo de potências emergentes” (*idem*, p. 60), especialmente Argentina, Brasil, China, Índia e África do Sul.

A coesão do G-20 deveu-se, em grande parte, ao seu núcleo central, particularmente Brasil, China e Índia. Enquanto o grupo permanecesse unido, era provável que a coalizão perdurasse. Em segundo lugar, o grupo conseguiu evitar o antagonismo não somente dos membros menores, mas manteve boas relações com as coalizões para Produtos Especiais e para Mecanismos Especiais de Salvaguardas, sendo também apoiado pelo Grupo Africano no final da rodada. Assim, o G-20 assemelhou-se às coalizões temáticas do tipo bloco, conseguindo evitar conflitos com outros grupos. A pesquisa e a cuidadosa análise em que se baseava a proposta do G-20 contribuíram para a sua coesão interna e para sua legitimidade externa, caracterizando-se não apenas por ser uma coalizão de veto, mas uma coalizão com agenda de negociação própria (*idem*, p. 62).

Narlikar não tem se preocupado em investigar a formação dos interesses dos participantes das coalizões. Ela considera que as preferências dos Estados são dadas e são mais facilmente encontradas nas estatísticas nacionais. “For instance, the fact that agriculture contributes to over 60 per cent

of Argentina's export income explains the country's enthusiastic membership of the Cairns Group" (Narlikar, 2003, p. 19-20).

A autora concorda que os *lobbies* domésticos influenciam as escolhas de políticas públicas nacionais e as políticas externas dos países. No caso dos países em desenvolvimento, ela argumenta que os *lobbies* tradicionalmente têm papel mais reduzido do que nas democracias desenvolvidas. Além disso, o processo de tomada de decisão da OMC, onde o G-20 e as demais coalizões estudadas pela autora atuam, é bastante impermeável às pressões políticas domésticas. Em ambos os casos, o déficit democrático é a variável explicativa da suposta baixa participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão dos países em desenvolvimento e também no âmbito

da OMC. No entanto, a autora não oferece evidências suficientes para comprovar seu pressuposto, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas para saber se o argumento tem realmente fundamento empírico.

No Quadro 1, elaboramos uma síntese da literatura discutida neste artigo. Para não sermos exaustivos, analisamos apenas a obra de precursores de uma determinada corrente teórica sobre coalizões internacionais. Não mencionamos análises que se preocupam em entender como coalizões domésticas (no Congresso, grupos de interesses etc.) influenciam a formulação de políticas domésticas. Também não classificamos aqueles que se preocupam em entender como pressões internacionais criam clivagens domésticas, por exemplo, entre agricultores e industriais.

Quadro 1

Resumo das Principais Perspectivas sobre Coalizões Internacionais

Principais Autores	1. Principais Áreas Temáticas de Aplicação da Teoria	2. Motivos para Formação e Manutenção das Coalizões	3. Orientações Teóricas	4. Relações entre o Nível Doméstico e o Internacional	5. Importância Dada às Instituições Internacionais	6. Importância Dada aos Atores não Estatais	7. Importância Dada às Ações dos Países em Desenvolvimento
Olson e Zeckhauser	Segurança internacional	Relação custo-benefício	Teoria da Escolha Racional	Inexistente	Média	Inexistente	Insignificante
Walt	Segurança internacional	Resposta a ameaças externas	Neorealismo	Pouco significativa	Pequena	Pouco significativa	Significativa
Keohane, Axelrod, Jervis e Tsebelis	Segurança e comércio internacional	Jogos repetidos e estratégias de reciprocidade	Teoria dos Jogos	Significativa, mas periférica à análise	Grande	Aparentemente inexistente	Pouco significativa
Wendt	Especialmente segurança internacional	Identidades comuns	Sociológica	Pouco significativa	Importante	Pouco significativa	Nenhuma
Narlikar	Comércio internacional	Barganhar com as grandes potências	Pluralista (construtivismo e racionalismo)	Pouco significativa	Importante	Inexistente	Significativa

No Quadro 1, classificamos os autores conforme: (1) as principais áreas de aplicação da teoria (segurança ou comércio internacional); (2) principais razões analíticas para a criação e manutenção das coalizões; (3) a orientação teórica dos autores; (4) a importância dada às políticas domésticas; (5) o papel das instituições internacionais; (6) a importância dos atores transnacionais para cada abordagem; e a (7) centralidade dada aos países em desenvolvimento.

Uma das principais considerações extraídas dessa literatura é que poucos estudiosos sobre coalizões internacionais dão destaque às políticas domésticas ao analisarem as coalizões internacionais. Se estendermos esse argumento para os países em desenvolvimento, essa crítica é ainda mais evidente. Assim, devemos desenvolver uma agenda de pesquisa para entender o papel de atores domésticos nas políticas externas de países em desenvolvimento que negociam por meio de coalizões em instituições internacionais como o GATT/OMC.

Abordagem complementar

A metáfora dos jogos de dois níveis (Putnam, 1993 [1988]) pode preencher uma lacuna ainda existe nos estudos sobre coalizões internacionais. Essa abordagem analisa como as negociações internacionais interagem com as barganhas políticas domésticas. O autor argumenta que os líderes nacionais negociam as ratificações dos acordos nacionais com os seus governos. Por sua vez, estas negociações sofrem tanto com os constrangimentos internacionais quanto com os nacionais. No nível nacional, os grupos domésticos buscam seus interesses ao pressionarem o governo a adotar políticas públicas favoráveis a estes, e os políticos buscam maximizar seus poderes ao construir alianças entre tais grupos. No plano internacional, os go-

vernacionais procuram maximizar seus benefícios atendendo às pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das negociações internacionais.

Putnam distingue a barganha no Nível I, na qual os países negociam um possível acordo internacional, da barganha no Nível II, que envolve discussões paralelas entre as partes domésticas interessadas na ratificação do acordo. Assim, o *win-set* é definido como um “set of all possible Level I agreements that would ‘win’ in an up or down vote” (1993, p. 439). Nesse sentido, a possibilidade de um acordo no Nível I é fortemente influenciada pelas barganhas no Nível II, pois é necessário que haja uma sobreposição dos *win-sets* do Nível I e II para chegar-se a um acordo e este ser ratificado. Baseado nesta lógica, Putnam desenvolve três conjuntos de argumentos a respeito do tamanho dos *win-sets* do Nível II: as preferências e coalizões do Nível II, as instituições do Nível II e as estratégias do Nível I.

Em primeiro lugar, ele argumenta que o tamanho do *win-set* depende da distribuição de poderes, preferências e possíveis coalizões entre as partes constituintes do Nível II. Em particular, “the lower cost of ‘no-agreement’ to constituents, the smaller the win-set” (p. 443). Para os países poderosos, como, por exemplo, os Estados Unidos, os custos de não se chegar a um acordo são geralmente menores para os grupos e indivíduos domésticos do que para países pequenos e dependentes (p. 443). Assim, Estados mais autossuficientes “should make fewer international agreements and drive harder bargains in those that they do make” (p. 444).

O problema surge não apenas por causa das diferentes expectativas domésticas e sobre o que pode ser negociado de forma realista. Pode haver “*silence allies*” no campo opositor e “*silent enemies*” no campo doméstico. Assim, “transnational alignments may emerge, tacit or explicit, in which domestic interests

pressure their respective governments to adopt mutually supportive policies". Conforme Putnam, "in such cases domestic divisions may actually improve the prospects for international cooperation" (p. 445).

Uma estratégia para administrar as divisões domésticas ocorre com a presença dos *issue linkages* (relações entre questões). Frequentemente, não é possível alterar as preferências domésticas, mas é possível, por meio da barganha internacional, criar novas opções de políticas públicas que estavam previamente fora do controle doméstico. Putnam refere-se aos "issue linkages at Level I that alters the feasible outcomes at Level II" como "*synergistic linkages*". Ele sugere, assim, que a interdependência econômica "multiplies the opportunities for altering domestic coalitions (and thus policy outcomes) by expanding the set of feasible alternatives in this way – in effect creating political entanglements across national boundaries" (p. 448).

Em segundo lugar, Putnam argumenta que o tamanho do *win-set* depende das instituições políticas do Nível II. Nesse ponto, a relação entre o Nível I e o II gira em torno do procedimento de ratificação. Ele sugere que "the U.S. separation of powers imposes a tigher constraint on the American win-set than is true in many other countries. This increases the bargaining power of American negotiators, but it also reduces the scope for international cooperation" (p. 449).

O Putnam (1993, p. 450) sugere que

[...] the stronger a state is in terms of autonomy from domestic pressures, the *weaker* its relative bargaining position internationally. For example, diplomats representing an entrenched dictatorship are less able than representatives of a democracy to claim credibly that domestic pressures preclude some disadvantageous deal.

Finalmente, conforme esse autor, o tamanho do *win-set* depende das estratégias dos negociadores do Nível I. Ele argumenta que cada negociador do Nível I tem "an unequivocal interest in maximizing the other side's win-set", uma vez que quanto menor o *win-set*, menos provável será o acordo e mais difícil será a barganha. Ao mesmo tempo, choques entre os negociadores são quase inevitáveis: "Level I negotiators are often in collusion, since each has an interest in helping the other to get the final deal ratified" (p. 451).

A ideia dos jogos de dois níveis foi aprimorada por diversos autores e utilizada em uma série de análises de negociações internacionais. Entre os trabalhos importantes que aperfeiçoam essa teoria estão os de Milner (1997), Moyer (1993) e Patterson (1997). A primeira pela formalização com instrumentos matemáticos da teoria dos jogos. Os dois últimos por mostrarem que na União Europeia há um terceiro nível relevante para as negociações: o supranacional.

Tsebelis (1990), no campo da política comparada, também oferece *insights* importantes para os jogos de dois níveis, com a ideia de jogos ocultos (*nested games*) e de jogadores de veto (*veto players*). Em artigo na *International Organization*, Tsebelis e Garrett (2001, p. 358) argumentam que o equilíbrio de poder entre a Comissão Europeia, a Corte Europeia de Justiça, o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros foram substancialmente alterados desde o Tratado de Roma. Eles analisam essas mudanças conforme a evolução do regime legislativo da União Europeia e seu impacto no poder discricionário da Comissão para implementar políticas públicas (*policies*) e da Corte para julgar essas políticas. A conexão entre o Legislativo e o poder discricionário é direta. Quanto mais difícil passar a nova legislação (por exemplo, por causa de um

grande número de *veto players*), mais poder discricionário as cortes e os burocratas têm para aproximar as políticas públicas de suas próprias preferências.

Não necessitamos revisar a literatura sobre integração regional para argumentar que barganhas envolvendo coalizões de países em desenvolvimento podem ser entendidas, em grande parte, se examinarmos as políticas domésticas dos principais Estados negociadores. Entretanto, os processos de integração regional têm elementos similares à formação e manutenção de coalizões negociadoras como, por exemplo, a barganha para que os Estados nacionais cooperem entre si. Como estudos sobre integração regional já acumulam uma quantidade maior de conhecimento, inclusive sobre os fatores domésticos-nacionais da integração, essa literatura pode ser útil para refletirmos sobre a agenda de pesquisa que propomos neste artigo, ou seja, entender os determinantes domésticos das ações dos países que negociam lançando mão de coalizões internacionais.

Integrando os argumentos

Como comentamos, a bibliografia sobre coalizões internacionais tem se preocupado principalmente com temas de segurança militar; realizando, em sua maioria, análises “estadocêntricas” sobre o comportamento das coalizões internacionais.

Alguns estudos examinam o papel das coalizões internacionais pela ótica dos países em desenvolvimento. Contudo, poucos têm se preocupado em compreender a importância da formulação das políticas domésticas para o entendimento das coalizões internacionais.

Uma pesquisa que leve em conta a formulação das políticas domésticas de todos os países pertencentes a determinada coalizão, principalmente se ela possuir um grande número de participantes, pode demandar um esforço desnecessário, uma vez que o cenário

doméstico de alguns membros pouco influencia o sucesso da aliança. Alternativamente, pode-se focar no processo político doméstico de um ou de poucos países participantes relevantes para a coalizão. Contudo, como as coalizões formadas por potências médias contrapõem-se, muitas vezes, aos interesses das grandes potências, o entendimento da formulação das políticas domésticas dessas últimas nações *pode* ser ainda mais determinante para o sucesso da ação coletiva internacional. Do mesmo modo, e de forma complementar, é importante entender como as potências contrárias à coalizão buscam fragmentar os interesses domésticos dos países-membros.

Pesquisas que almejam compreender a influência dos países nos assuntos domésticos alheios não entram em choque com o argumento – longe de ser comprovado – de que os interesses da maioria das nações em desenvolvimento não contam com considerável participação de suas sociedades civis, pois não seriam democracias abertas, com grupos de interesses significativos e participativos (Narlikar, 2003, p. 20). Por outro lado, se constataremos que o entendimento das políticas domésticas influencia os resultados perseguidos pelas coalizões internacionais, a diplomacia dos países fracos poderá concentrar seus escassos poderes de barganha para mudar políticas no âmbito doméstico das grandes potências, conseguindo aliados dentro das fronteiras dos Estados desenvolvidos. Da mesma maneira, poderiam tentar barrar as influências externas que não considerassem interessantes para os seus Estados.

Por fim, desconsiderando outros fatores que influenciam a ação coletiva internacional, as seguintes hipóteses para uma futura agenda de pesquisa devem ser examinadas:

- quanto mais a coalizão internacional conseguir influenciar grupos de interesses,

políticos (Legislativo e Executivo) e burocratas dos Estados a ela contrários, maior será a chance de serem bem-sucedidas na obtenção de seus objetivos iniciais;

- quanto mais os Estados poderosos conseguirem fragmentar os interesses de grupos domésticos (legisladores, Executivo, burocratas e grupos de interesses) dos participantes da coalizão, menos chance eles terão de obter êxito.

Segundo Carvalho (2010), foi necessário criar coalizões internacionais para o Brasil aumentar seu poder de barganha frente aos Estados Unidos e à União Europeia com relação à liberalização agrícola internacional. Para a autora, a Rodada Doha encontrou-se em um impasse em 2008, quando o Brasil se afastou da posição do G-20 e aceitou a proposta do Secretário Geral da OMC, Pascal Lamy, como base para as negociações. Nessa proposta, havia critérios mais flexíveis para a aplicação do Mecanismo de Salvaguarda Especial e consideráveis cortes tarifários para o acesso

ao mercado de bens industriais. A posição do Brasil no impasse é explicada pelas pressões domésticas dos grupos de interesse do agronegócio e pelas divergências que se instalaram no âmbito do G-20. “A intensificação dos desacordos das organizações representativas do agronegócio e das divergências no âmbito do G-20 erodiram a capacidade do Brasil de continuar a negociar [...] por meio de coalizão [...] e contribuíram para que o país se afastasse do G-20 e aceitasse o pacote proposto pela OMC” (Carvalho, 2010, p. 407-408).

O trabalho de Carvalho (2010) sobre o papel de grupos domésticos brasileiros com relação ao posicionamento do país no G-20 durante as negociações de Doha exemplifica a agenda de pesquisa que estamos propondo neste artigo. Porém, é necessário elaborar estudos de casos comparativos, envolvendo outros países além do Brasil e outras coalizões negociadoras (além do G-20) para estabelecer padrões de influência de grupos domésticos no estabelecimento e manutenção de alianças internacionais.

Notas

- 1 Essa crítica é constantemente repetida em diversos trabalhos por uma série de autores, como Mohammed Ayoob, Arlene Tickner, Carlos Escudé, entre outros.
- 2 Grupos de interesses são organizações “which engages in activity relative to governmental action” (Salisbury, 1975, p. 175).
- 3 Possivelmente a capacidade de atuar nos jogos de dois níveis dos países adversários da coalizão possa não ser sempre a principal variável explicativa para entender o sucesso destas na busca de seus objetivos. Contudo, esta capacidade deve ser considerada ao menos como uma variável interveniente para o entendimento deste resultado político.
- 4 Em *A lógica da ação coletiva*, Olson (1999) [1965] demonstra que existe uma tendência à exploração dos maiores pelos menores no que diz respeito à obtenção dos benefícios coletivos do grupo. A preocupação com o tamanho das coalizões é uma constante entre os estudos que utilizam modelos formais (Buchanan, 1965; Olson, 1971; 1982). Segundo o “princípio do tamanho” de Riker, “with complete and perfect information, winning coalitions tend toward the minimal winning size” (Riker, 1970 [1962], p. 305). Assim, em situações similares a um

“n-person, zero-sum games with side-payments, participants create coalitions just as large as they believe will ensure winning and no larger” (Riker, 1962, p. 32).

- 5 O ótimo de Pareto é uma situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer indivíduo (ou agente econômico) sem piorar a situação de outro.
- 6 O conceito de “empreendedor político” ajuda a explicar porque alguns grupos grandes se mantêm coesos. Conforme essa noção, certos indivíduos arcam de forma desproporcional com os custos da ação coletiva em troca de possíveis benefícios privados concernentes às suas carreiras (Moe, 1980; Hardin, 1982).
- 7 A “penetração transnacional” é definida como uma manipulação direta ou indireta de um sistema político doméstico de um Estado por parte de outro. Ela pode adquirir muitas formas: (1) funcionários públicos que usam suas posições para aproximar um Estado de outro; (2) “lobistas” usados para alterar as políticas públicas ou as percepções a respeito de um aliado potencial; e (3) propaganda externa usada para alterar as atitudes das elites ou das massas (Walt, 1985, p. 30).
- 8 Por volta do século XIX, a expressão *logrolling* começou a ser usada como uma metáfora para expressar a ajuda mútua entre políticos, onde um legislador apoiava o projeto de outro para conseguir uma garantia de apoio futuro (Wilson, 1980, p. 432). Atualmente o termo *logrolling* também tem sido usado nas relações internacionais.
- 9 O sucesso ou fracasso guarda uma correspondência entre as metas iniciais do grupo e os resultados obtidos após a negociação.
- 10 Conforme Gamson (1961), os recursos de poder agregados são a principal característica para a formação de uma coalizão.

Bibliografia

- AXELROD, Robert (1984), *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. (1985), “Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions”. *World Politics*, v. 38, n. 1, p. 226-254.
- AYOOB, Mohammed (2002), “Inequality and theorizing in international relations: the case for subaltern realism”. *International Studies Review*, v. 4, n. 3, p. 27-48.
- BUCHANAN, James M. (1965), “An economic theory of clubs”. *Economica, New Series*, v. 32, n. 125, p. 1-14.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (2010), “Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha”. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 405-445.
- GAMSON, William A. (1961), “A theory of coalition formation”. *American Sociological Review*, v. 26, n. 3, p. 373-382.

- GOUREVITCH, Peter (1978), "The second image reversed". *International Organization*, v. 32, n. 4, p. 881-912.
- HARDIN, Russell (1982), *Collective action*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- HIGGOTT, Richard A. e COOPER, Andrew Fenton. (1990), "Middle power leadership and coalition building: Australia, the Cairns Group, and the Uruguay Round of Trade Negotiations". *International Organization*, v. 44, n. 4, p. 589-632.
- HAGAN, Joe D. et al. (2001), "Foreign policy by coalition: deadlock, compromise, and anarchy". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 169-216.
- HERMANN, Charles F. et al. (2001), "Resolve, accept, or avoid: effects of group conflict on foreign policy decisions". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 133-168.
- HERMANN, Margaret G. (2001), "How decision units shape foreign policy: a theoretical framework". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 47-81.
- HERMANN, Margaret G.; HAGAN, Joe D. Hagan (eds.) (2001), "Leaders, groups and coalitions: understanding the people and process in foreign policymaking". *International Studies Review* (Special Issue), v. 3, n. 2.
- JERVIS, Robert (1978), "Cooperation under the security dilemma". *World Politics*, v. 30, n. 2, Jan., p. 167-214.
- KECK, Margareth E.; SIKKING, Kathryn (1998), *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- KEOHANE, Robert O. (1971), "The big influence of small allies". *Foreign Policy*, n. 2, p. 161-182.
- MILNER, Helen V. (1992), "International theories of cooperation among nations: strenghts and weaknesses". *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.
- _____. (1997), *Interests, institutions, and information: domestic politics and international relations*. New Jersey: Princeton University Press.
- MOE, Terry M. (1980), *The organization of interests: incentives and the internal dynamics of political interest groups*. Chicago: University of Chicago Press.
- MOYER, H. Wayne (1993), "The European community in the GATT Uruguay Round: preserving the common agriculture policy at all costs", in William Avery (ed.), *International Political Economy Yearbook*, v. 7: World agriculture and the GATT. Boulder, Colorado: Lynne Reinner.
- NARLIKAR, Amrita (2003), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT e WTO*. London: Routledge.

- NARLIKAR, Amrita; TUSSIE, Diana (2004), “O G20 e a Reunião Ministerial de Cancun: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 79.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006), “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.
- OLSON Jr., Mancur (1999) [1965], *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp.
- _____. (1971), “Increasing the incentives for international cooperation”. *International Organization*, v. 25, n. 4, p. 866-874.
- _____. (1982), *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven; London: Yale University Press.
- OLSON, Jr., Mancur; ZECKHAUSER, Richard (1970) [1966], “An Economic Theory of Alliances”, in Francis A. Beer (ed.), *Alliances: latent war communities in the contemporary world*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- PATTERSON, Lee Ann (1997), “Agricultural policy reform in the European community: a three-level game analysis”, *International Organization*, v. 51, n. 1, p. 133-165.
- PUTNAM, Robert (1993) [1988], “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”, in Peter Evans; Harold K. Jacobson; Robert D. Putnam (eds.), *Double-edged diplomacy*. Berkeley: University of California Press.
- RIKER, William H. (1962), *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press.
- _____. (1970) [1962], “Reflections on empires”, in Francis A. Beer (ed.), *Alliances: latent war communities in the contemporary world*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- ROGOWSKI, Ronald (1989), *Commerce and coalitions: how trade affects domestic political alignments*. New Jersey: Princeton University Press.
- SALISBURY, Robert (1975), “Interest groups”, in Nelson Polsby; Fred Greenstein (orgs.), *Handbook of Political Science*. Boston: Addison-Wesley Publishing Company, v. 4.
- SELL, Susan; PRAKASH, Aseem (2004), “Using ideas strategically: the contest between business and NGO networks in intellectual property rights”. *International Studies Quarterly*, v. 48, n. 1, p. 143-175.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina; SANTOS, Fabiano (2001), “O congresso e a política de comércio exterior”. *Lua Nova*, n. 52, p. 121-149.
- TSEBELIS, George (1990), *Nested games: rational choice in comparative politics*. California: University of California Press.

TSEBELIS, George; GARRETT, Geoffrey (2001), "The institutional foundations of intergovernmentalism and supranationalism in the European Union". *International Organization*, v. 55, n. 2, p. 357-390.

VILLA, Rafael Duarte (2005), "Coalizões internacionais de ativistas verdes na política internacional contemporânea", in Ana Paula Tostes; Álvaro de Vita (orgs.), *Justiça e processos democráticos transnacionais*. São Paulo: Humanitas.

WALT, Stephen M. (1985), "Alliance formation and the balance of power". *International Security*, v. 9, n. 4, p. 3-43.

_____. (1987), *The origins of alliances*. Ithaca; London: Cornell University Press.

WALTZ, Kenneth N. (1979) *Theory of international politics*. Massachusetts: Addison-Wesley.

WENDT, Alexander (1994), "Collective identity formation and the international state". *American Political Science Review*, v. 88, n. 2, p. 384-396.

WILSON, James Q. (1980), *American government: institutions and policies*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company.

Artigo recebido em agosto /2008

Aprovado em dezembro/2010

Resumo

Coalizões internacionais: revisão da literatura e propostas para uma agenda de pesquisa

A literatura de coalizões internacionais presta pouca atenção à cooperação entre os países em desenvolvimento e negligencia a análise da política doméstica para entender os resultados das barganhas que envolvem estas nações. Essas lacunas decorrem: (1) do crescente, mas ainda novo, destaque obtido por esses países em fóruns multilaterais, como, por exemplo, na Organização Mundial de Comércio (OMC); (2) da crença teórica de que as ações dos países em desenvolvimento são irrelevantes para o entendimento das relações internacionais; e (3) da ênfase das teorias tradicionais sobre coalizões em temas de segurança militar, que é menos permeável às demandas de grupos domésticos. Este artigo proporá uma agenda de pesquisa acerca desse assunto.

Palavras-chave: Coalizões internacionais; Política doméstica; Países em desenvolvimento; OMC; Agenda de pesquisa.

Abstract

International coalitions: literature review and a research agenda proposal

The literature on international coalitions pays little attention to cooperation between developing countries and neglects the analysis of domestic politics to understand bargains among States. This happens because (1) developing countries only recently started to be more active in international institutions, such

as the World Trade Organization (WTO); (2) some theories believe developing countries are irrelevant to understand international relations; and (3) traditional theories on coalitions emphasizes international security, which is more isolated from domestic groups' demands. This article will advocate a research agenda about that matter.

Keywords: International coalitions; Domestic politics; Developing countries; WTO; Research agenda.

Résumé

Coalitions internationales: révision de la littérature et propositions pour un agenda de recherche

La littérature de coalitions internationales aborde très peu la coopération entre les pays en développement et néglige l'analyse de la politique domestique pour comprendre les résultats des échanges qui engagent ces nations. Ces lacunes découlent: (1) de la croissante mais encore nouvelle importance obtenue par ces pays dans les forums multilatéraux comme, par exemple, à l'Organisation Mondiale du Commerce (OMC); (2) de la croyance théorique selon laquelle les pays en développement sont sans importance pour la compréhension des relations internationales; et (3) de l'accent mis par les théories traditionnelles sur les coalitions dans les thèmes de la sécurité militaire, qui est moins perméable aux demandes de groupes domestiques. Cet article proposera un agenda de recherche sur ce sujet.

Mots-clés: Coalitions internationales; Politique domestique; Pays en développement; OMC; Agenda de recherche.

Introdução

Nos últimos anos ocorreu uma crescente expansão dos usos do conceito de capital social. Mais recentemente surgiu também uma literatura crítica ou de questionamento desses usos. Um dos principais eixos dessas críticas tem como objeto os usos do conceito de capital social por razões político-ideológicas e, mais especificamente, sua transformação em instrumento de luta a serviço de determinadas forças sociais e políticas. Um segundo eixo dessas críticas está centrado em problemas de definição conceitual e operacional do capital social. Nessa literatura relativa ao capital social, as principais referências são as definições conceituais de Coleman (1988) e de Bourdieu (1980a), com forte proeminência quantitativa do primeiro. Nessa literatura, a definição de capital social de Bourdieu geralmente é tomada como contraponto positivo, mas meramente de forma alusiva e sem considerar em profundidade suas implicações teóricas e analíticas.

O objetivo principal deste artigo é demonstrar que um dos problemas marcantes nesses confrontos e críticas em torno do conceito de capital social decorre de seu uso descontextualizado, sem considerar as respectivas bases teóricas e epistemológicas. Esse tipo de ecletismo é muito comum nas Ciências Sociais, no entanto, nesse caso específico, isso é agravado pela coincidência nominal das noções originárias nos trabalhos de Coleman e de Bourdieu, que têm signifi-

cados distintos. Para além do ecletismo, as razões para essas apropriações descontextualizadas parecem ser diversas e não poderiam ser discutidas em detalhes. Em todo caso, no que tange especificamente ao conceito de capital social, além de sua inserção em deferentes configurações semânticas e de interesses, isso está associado a determinada concepção de Ciências Sociais. Nos interesses em pauta, estão incluídos desde aqueles condensados em organizações como o Banco Mundial (um dos principais responsáveis pela difusão de determinadas definições de capital social, especialmente entre economistas), como determinados segmentos de disciplinas, como a Ciência Política, que tendem a converter regras sociais ou da moral cívica vigente, como aquela da obrigação da “participação política”, em fundamento das Ciências Sociais (Memmi, 1985). Porém, para além da inserção e dos usos das Ciências Sociais nessas configurações semânticas e de interesses, está presente uma concepção de Ciências Sociais como prática de escolha e “aplicação” de conceitos, numa espécie de permanente busca de analogias.

Sendo assim, a apreensão desses significados requer que os respectivos conceitos de capital social sejam relacionados com o quadro conceitual e com as bases epistemológicas em que foram formuladas. Não se trata de apresentar aqui alguma exegese dos trabalhos desses autores, inclusive porque já se dispõem de muitas, mas de indicar no sentido de que tanto para Bourdieu como para

Coleman o conceito de capital social tem um significado muito próprio. Num segundo item são apresentados alguns casos exemplares das mencionadas posições críticas ao conceito de capital social de Coleman e seguidores, em geral com referências positivas mas alusivas ao conceito de Bourdieu.

Na parte seguinte, é apresentada uma síntese dessa discussão mais centrada nas relações entre capital social, escolarização e recrutamento de “élites”¹.

As noções de capital social de Bourdieu e de Coleman e seus fundamentos

No que tange ao conceito de capital social de Bourdieu, antes de considerar sua inserção no respectivo quadro conceitual, é necessário ter em conta a própria concepção de Ciências Sociais. Tendo em vista o normativismo que está na base da sociologia de Coleman, conforme exposto adiante, é necessário destacar que Bourdieu concebe as Ciências Sociais com uma racionalidade própria, cuja condição necessária fundamental é sua autonomia relativa. Mesmo sem detalhar as ligações desses fundamentos com o legado de M. Weber², é necessário destacar, em primeiro lugar, o requerimento de uma racionalidade própria das Ciências Sociais, com seus fundamentos no “racionalismo aplicado” e, portanto, de ruptura com as “lógicas práticas”. É dessa autonomia relativa que decorre a possibilidade de tomar as lutas pelas classificações legítimas e pela formulação e imposição de *universais* como objeto de análise, o que implica o distanciamento diante de qualquer adesão primordial a alguma ordem social (Bourdieu, 1991, p. 376; 1982).

Embora possa parecer elementar, tendo em vista as resistências à multidimensionalidade pretendida por essa abordagem, devem

ser destacadas também as relações das diferentes espécies de capital com os processos de objetivação e de legitimação social. A própria estrutura do espaço social consiste nas relações de força entre o montante e entre diferentes espécies de capitais e respectivos princípios de legitimação e dominação. Portanto, a posição social é decorrente do montante e da composição do capital possuído. A emergência de um espaço social multidimensional implica a existência de uma pluralidade de campos, com maior ou menor autonomia relativa (Bourdieu, 1989, p. 373-383; 1979, p. 109-185). Ou seja, se, por um lado, a modernidade ocidental se caracteriza pela crescente autonomização relativa de diferentes esferas ou campos, esses campos de ação consistem na objetivação social e histórica de determinados recursos e dos respectivos princípios de legitimação contidos com maior ou menor grau de autonomia ou, então, de heteronomia. Trata-se de recursos e princípios de legitimação de ordens distintas, com graus variados de autonomia, de contradição entre si e de conversibilidade dos recursos constitutivos. Esses recursos podem ser socialmente objetivados e institucionalizados e, conseqüentemente, convertidos em *títulos*, cujo valor transcende a transitoriedade individual do respectivo portador, visto que está diretamente associado ao respectivo recurso ou capital e princípio de legitimação e de hierarquização socialmente objetivado.

Em síntese, para Bourdieu, o capital como trabalho acumulado é dividido em duas formas de objetivação social. Na primeira, é obtido pela materialização e, na segunda, pela “incorporação”. Essas duas formas de objetivação do capital dependem do tempo necessário para a acumulação. A “estrutura da distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital em determinado momento representa a estrutura imanente do mundo social”. Uma vez que, “depen-

dendo da área em que funciona, e o custo da transformação mais ou menos extenso [...] o capital pode se apresentar de três formas fundamentais”, como capital econômico, como capital cultural e, como capital social (Bourdieu, 1986, 16-17). Essas diferentes formas de capital e a multidimensionalidade da estrutura social subjacente são o ponto de partida para sua crítica, em particular, da teoria do capital humano. Em termos gerais, a “lógica do funcionamento real do capital, as conversões de um tipo para outro [...] não pode ser entendida sem a superação de duas visões parciais opostas”, ou seja: “o economismo, que reduz o capital ao capital econômico e ignora a eficácia específica de outras formas de capital, e semiologismo, que reduz a trocas sociais aos fenômenos de comunicação” (*ibidem*, p. 24).

É exatamente na objetivação social e institucionalização dos recursos e princípios de legitimação que se localiza uma das principais especificidades do capital social nessa perspectiva. Diversamente de outras espécies de capital, que constituem determinado recurso respaldado no respectivo princípio de legitimação, com suas regras específicas que remetem a um espaço com maior ou menor grau de objetivação social, o capital social é “irredutível”. Dito em outras palavras, o capital social não se objetiva em nenhum campo e não passa por qualquer processo de institucionalização e oficialização, ou seja, não é convertido em algum *universal*. Sua existência e utilização implica a presença de redes de relações originalmente formadas para outros fins (de parentesco, amizade, coleguismo escolar ou profissional) em espaços ou campos e respectivas instituições. Cabe notar que, como é indicado adiante, também para Coleman o capital social é “particularístico”, mas num sentido completamente distinto, ou seja, por se opor às *posições* que estruturam as organizações formais,

o que o torna moral e socialmente positivo e defensável. Na definição original de Bourdieu, trata-se do “conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma *rede de relações* mais ou menos institucionalizadas e de interconhecimento”. Trata-se também do “princípio dos efeitos sociais que, embora claramente apreensíveis ao nível dos agentes singulares [...] não se deixam reduzir ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um determinado agente” (Bourdieu, 1980a, p. 2. *Grifos no original*). Sendo assim, pelo menos nos respectivos campos que constituem as esferas de atividades profissionais nas sociedades capitalistas ocidentais, o capital social nunca é legítimo enquanto tal, visto que contradiz o princípio de legitimação do respectivo campo objetivado e instituído, seja econômico, da cultura erudita, escolar, político ou outro qualquer.

Portanto, as relações do capital social com as demais espécies de capital dependem das condições históricas das estruturas sociais. Sinteticamente, num polo se situam condições como aquelas dos *kabile*, onde, na ausência de campos objetivos, historicamente constituídos, a dominação está baseada na acumulação e manipulação de capital simbólico e relações personificadas. No extremo oposto, estão sociedades modernas, nas quais o capital social constitui um recurso denegado na dominação por meio de estruturas legitimadas através de *universais*³, como o meritocratismo escolar. Nessas condições, a importância do capital social aumenta à medida que são enfocadas as situações e esferas mais próximas da “elite” ou da “política”, onde os demais recursos e princípios de legitimação têm mais dificuldades em se impor de modo exclusivo.

Em resumo, nas relações entre o capital social com as demais espécies de capital entra em pauta o problema da objetivação social dos meios de ação e dominação e dos

princípios de legitimação que os respaldam. Com a objetivação social dos mecanismos de dominação através da formação de campos e instituições e agentes especializados, diminui a importância dos recursos que dependem dos esforços pessoais para sua manutenção. Em seu lugar, passam a existir “relações estritamente estabelecidas e juridicamente garantidas, definidas pelo seu *rang* num espaço relativamente autônomo de posições e com existência própria, distinto e independente de seus ocupantes atuais e potenciais, eles mesmos definidos por *títulos* que, como os títulos de nobreza, os títulos de propriedade ou os títulos escolares, os *autorizam* a ocupar essas posições” (Bourdieu, 1980b, p. 227-228. *Grifos no original*). Consequentemente, por oposição à autoridade pessoal, “o título, enquanto *medida de rang e de ordem*, ou seja, enquanto instrumento formal de avaliação da posição dos agentes numa *distribuição*, permite estabelecer relações de equivalência (ou de comensurabilidade) quase perfeitas entre agentes definidos como pretendentes à apropriação de uma classe particular de bens, propriedades imobiliárias, dignidades, cargos, privilégios, e esses bens, eles próprios classificados, regulando, assim, de maneira durável, as relações entre esses agentes do ponto de vista de sua ordem legítima de acesso a esses bens e aos grupos definidos pela propriedade exclusiva desses bens” (*idem, ibidem*). Mas isso não implica um processo evolutivo de substituição global e total de um modo de dominação por outro (como alguma “teoria da modernização” poderia sugerir), havendo a convivência contraditória de recursos e princípios de legitimação diversos, inclusive aqueles com base em redes de relações personificadas.

Mas, como o capital social não se legitima enquanto tal relativamente a algum campo determinado, sua importância aumenta à medida que as “ligações” são mais

numerosas e intensas, mas também, “mais *ocultas*”. Muito de sua eficácia decorre do fato de que ficam “desconhecidas ou mesmo clandestinas”, como é o caso das relações de parentesco relativamente distantes⁴. Para Bourdieu (1989, p. 418. *Grifos no original*), “se o *capital social* é relativamente irreduzível às diferentes espécies de capital, e em especial ao capital econômico e ao capital cultural [...], sem ser, no entanto, completamente independente, é porque o volume do capital detido a título individual por um agente individual é incrementado com um capital detido *por procuração*, o que depende do volume do capital detido por cada um dos membros dos grupos dos quais ele faz parte, e do grau de integração desses grupos: família, corporações etc.”.

Do mesmo modo que para Bourdieu, o conceito de capital social de Coleman deve ser compreendido em sua inscrição na respectiva concepção de Ciências Sociais, suas bases epistemológicas e quadro conceitual. No que tange à concepção de Ciências Sociais ou, mais especificamente, de sociologia de Coleman, as diferenças relativamente à Bourdieu estão na própria raiz e abrangem a concepção de racionalidade, o quadro conceitual, as relações entre a Sociologia e a moral e as ações práticas em geral e com as demais Ciências Sociais e particularmente com a Economia. Como já mencionado, no caso de Bourdieu é pressuposta uma racionalidade própria na qual as Ciências Sociais se inscrevem, onde o distanciamento frente às “razões práticas” do mundo e das lutas sociais é uma condição necessária. Para Coleman, as Ciências Sociais, ou a Sociologia, constituem uma espécie de engenharia social a serviço de uma empresa moral, tendo o controle e a integração social como principal problema a ser enfrentado. As bases epistemológicas dessa concepção de Sociologia provêm de duas fontes principais, que são a Economia neo-

clássica, particularmente a teoria do capital humano de Becker e Schultz e a teoria da *rational choice*. Trata-se de uma posição baseada numa “teoria da ação intencional” e na “aceitação de uma forma de individualismo metodológico” (Coleman, 1986, p. 1310). O próprio Coleman destaca uma série de ponderações e de demarcações frente àquilo que considera como individualismo excessivo ou atomístico. Assim, pretende, simultaneamente tomar “ação racional como ponto de partida, mas rejeitando as premissas do extremo individualismo que frequentemente a acompanham”. Como detalhado a seguir, é tendo em vista esse problema que ele introduz o conceito de capital social (Coleman, 1988, p. 95 e 97)⁵.

Porém, essa introdução de conceitos como o de capital social, das relações primordiais ou de sistema social, em síntese, daquilo que é visto como não econômico, pode diferenciá-lo, mas não excluí-lo dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*. Ocorre que a racionalidade da ação pressuposta nessas relações também se circunscreve ao que é considerado como *purposive*, não apenas descartando qualquer sociologia das disposições, mas também tudo o que fosse além do utilitário. Portanto, essa expansão dos esquemas da Economia neoclássica, particularmente da teoria do capital humano de Becker e da *rational choice* tem como base uma concepção de racionalidade que alguns comentaristas criticam por se restringir à “racionalidade instrumental” (Steiner, 2003, p. 214), mas que seria mais bem definida como meramente utilitarista. Trata-se daquilo que, da ótica de Bourdieu (1980b, p. 84) consiste numa espécie de uma construção antropológica ou concepção de natureza humana como *homo economicus*. Sendo assim, a inclusão dessas relações não econômicas na abordagem constitui uma espécie de extensão dos esquemas da economia

neoclássica e, particularmente, da teoria do capital humano de Becker, visto que inscreve toda lógica da ação àquilo que é utilitário. Consequentemente, inclusive autores e trabalhos tidos como base dos fundamentos da Sociologia perdem importância e as menções a Durkheim, em geral, têm mais o sentido de incluí-lo com um precursor das preocupações relativas aos problemas de integração social e menos como fonte de algum instrumental analítico.

Portanto, no que tange às Ciências Sociais, inclusive como decorrência da inserção nos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*, Coleman tem uma concepção estritamente de engenharia social. As Ciências Sociais não contariam com alguma racionalidade própria, estando a serviço da empresa moral de enfrentamento do problema do controle e integração social. Desse modo, as Ciências Sociais compartilham da mesma racionalidade dos protagonistas do mundo social, apesar das diferenças quanto aos meios de conhecimento, numa posição semelhante à da Economia aplicada. Para Coleman, com a erosão das relações e instituições primordiais e das organizações voluntárias devido ao crescimento das organizações formais, a própria Sociologia teria adquirido uma “posição reflexiva” (Coleman, 1986, p. 1319). Porém, trata-se de algo completamente distinto da reflexibilidade das Ciências Sociais para Bourdieu (2001, p. 167-184), no sentido do exame da própria objetivação e dos condicionamentos sociais e busca de maior autonomia enquanto ciência social. Para Coleman, a reflexividade tem o significado de maior eficácia enquanto instrumento da empresa moral, tendo em vista o papel de “guia” enquanto “*organization’s designer*”. Isso porque, para Coleman (1986, p. 1310 e 1319), a razão de ser das Ciências Sociais é constituir a “ligação entre a teoria social positiva e filosofia social”.

Além dessa expansão dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*, através da inclusão das relações não econômicas na mesma racionalidade, um segundo fundamento da abordagem de Coleman, que deve ser destacado para melhor apreensão de seu conceito de capital social, é a empresa moral subjacente, a qual está relacionada à própria concepção de Ciências Sociais. Embora Putnam possa ter adquirido mais publicidade como difusor de determinada moral cívica, baseada na defesa do capital social, boa parte das publicações de Coleman⁶ podem ser vistas como programas de diagnóstico e de prescrições para o enfrentamento daquilo que é visto como a “grande transformação” e problema social do mundo moderno. Trata-se da já mencionada “erosão” das chamadas relações e organizações primordiais e, conseqüentemente, do capital social e sua substituição por organizações formais ou “organizações propositalmente construídas”. Esses processos teriam provocado mudanças inclusive na teoria social e na pesquisa (Coleman, 1993, p. 1). Com a erosão das relações e instituições primordiais e informais e o crescimento das organizações formais, e o reconhecimento da impossibilidade de alguma forma de retorno ao passado, o conjunto de proposições definidas como “*organizational design*”, que estaria a cargo da Sociologia, consistem numa série de medidas que têm em comum a introdução e o incentivo às relações informais nas organizações formais. Em geral, essas medidas apontam no sentido de algum tipo de “capitalismo de gestão”, em oposição ao que poderia ser designado como “capitalismo de comando”.

É nessa extensão dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice* e na empresa moral dirigida ao enfrentamento do problema do controle e da integração social que o conceito de capital social

de Coleman se inscreve. Em termos nominais, essa inscrição do conceito de capital social é semelhante àquela de Bourdieu, visto que se situa na oposição entre as relações primordiais, que, para Coleman, são particularísticas, e as organizações formais. Ou seja, o capital social está fundado nas “organizações primordiais”, que ultimamente são representadas principalmente pela família – sua estrutura consiste de pessoas e relações entre as mesmas –, enquanto, no caso do “ator corporado propositalmente construído”, a estrutura é formada por “*posições e ofícios*”, onde as pessoas são apenas ocupantes temporários das posições (Coleman, 1993, p. 1). É nesse sentido que o capital social é *particularístico*, por estar baseado em organizações primordiais e, portanto, sendo *difuso, atributivo (ascriptive) e afetivamente expressivo* (Coleman, 1991, p. 2). Ao contrário do significado do “particularístico” de Bourdieu, para Coleman é exatamente esse particularismo que torna as relações primordiais ou, mais especificamente, o capital social moralmente positivo e socialmente eficaz, visto que se opõe às organizações formais estruturadas por *posições*.

Como a expansão de outras formas de capital, o capital social para Coleman é semelhante ao “capital financeiro, capital físico e capital humano”, porém, como está “embebido nas relações entre pessoas” (Coleman, 1988, p. 118), tem algumas características próprias. Esse capital social constitui “um tipo particular de recurso disponível para um ator”, sendo identificado por suas funções, com dois elementos em comum: consistem de alguns aspectos das estruturas sociais, e facilitam certas ações dos atores no interior da estrutura. Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo. Desse modo, gera tanto resultados econômicos como não econômicos, inclusive capital humano. Em primeiro lugar, porque

possibilita “mudanças nas relações entre as pessoas que facilitam a ação”. Embora seja parcialmente conversível, é menos tangível que o capital físico e o capital humano, visto que “existe nas *relações* entre as pessoas”, mas como o capital físico e o capital humano, o capital social “facilita a atividade produtiva” (Coleman, 1988, p. S98 e S100-S101). Em todo caso, há uma “variedade de recursos” que podem constituir capital social, sendo a confiança no meio social e a “extensão da obrigação” (*ibidem*, p. 102) suas formas mais gerais. Outra forma importante de capital social é constituída pelas “informações inerentes nas relações sociais”, visto que “é importante para fornecer uma base para a ação”. Ainda outro tipo de capital social é constituído pelas normas e sanções efetivas, pois quando “a norma existe e é efetiva, constitui-se em uma poderosa” forma de capital social, contribuindo para o controle e a integração social (*ibidem*, p.104). Mas, além dessas formas de capital social, há ainda uma tida como mais importante e que seu efeito é a criação de capital humano na próxima geração. Trata-se do capital social contido na “base familiar” (*family background*), que depende do capital financeiro e do capital humano de seus componentes (*ibidem*, p.109). O “capital social na família e na comunidade desempenha papéis de criação”.

Como parece evidente, não se trata de alguma definição de capital social conceitual e operacionalmente mais delimitada, incluindo uma grande quantidade de componentes e ambivalências. Operacionalmente, isso resulta em problemas na escolha e definição dos indicadores do capital social, muitos sendo associados de modo indireto a algum tipo de integração social (ver, por exemplo, Coleman, 1988). Outro eixo de problemas decorrentes dessa definição conceitual está ligado às dificuldades de exclusão de “efeitos circulares”. Por exemplo, a

constatação da associação positiva de algum indicador de integração social ou familiar com o desempenho escolar pode ser tomada como relação causal, mas pode também ser o efeito de outros recursos sociais ou econômicos nesse desempenho. De modo semelhante, é pressuposto, por um lado, um efeito positivo do capital social no engajamento cívico; por outro, esse engajamento cívico é definido conforme a moral cívica em voga, geralmente associada ao chamado modelo pluralista. Em todo caso, não caberia discutir esse tipo de problema operacional nos limites do presente artigo, bastando destacar que esse conceito de capital social, apesar da coincidência nominal com aquele de Bourdieu, tem em vista outros problemas e objetos de investigação.

As críticas às definições e usos do conceito de capital social e seus limites

Como já mencionado, após a forte expansão dos usos dos conceitos de capital social, particularmente aqueles originários nos trabalhos de Coleman e seus desdobramentos nas aplicações em estudos de temas e problemas crescentemente diversificados, começaram a se intensificar também as publicações com avaliações críticas desses usos. A hipótese geral deste artigo é que as principais limitações dessas críticas decorrem do fato de estarem centradas nos respectivos conceitos de capital social de Coleman, de Bourdieu ou de outros autores, e nos problemas técnicos em sua mensuração, via de regra não incluindo as bases epistemológicas e teóricas dessas noções.

Não seria possível apresentar em detalhes no momento essa expansão e desdobramentos das controvérsias relativas ao conceito de capital social. Por isso, são tomados apenas alguns casos exemplares no que tange

à Sociologia política, ao “desenvolvimentismo” e à chamada nova Sociologia econômica, e, no item seguinte, são incluídos alguns trabalhos relacionados com o estudo da escolarização.

Tanto em termos cronológicos como de difusão, as críticas aos usos do conceito de capital social formuladas por Portes encontram-se entre as primeiras. Em geral, essas críticas estão centradas em dois aspectos. Em primeiro lugar, são destacados os problemas conceituais e epistemológicos envolvidos no conceito de capital social, particularmente em relação àquele originário nos trabalhos de Coleman e, em segundo lugar, seus usos político-ideológicos. No que tange aos problemas conceituais, Portes destaca a excessiva amplitude da aplicação do conceito, em diferentes contextos, particularmente por parte de Putnam (Putnam *et al.*, 1994; Putnam, 1995), do que resultou sua definição como algo coletivo e não mais apenas de caráter individual⁷. Como corolário dessa definição, ocorreria uma confusão entre o capital social e os benefícios derivados do mesmo, como uma espécie de raciocínio circular (Portes e Landolt, 1996, p. 19; Portes, 1998, 2000). Quanto aos usos político-ideológicos do capital social, fica evidente que os fundamentos da crítica de Portes estão fortemente centrados em princípios normativos, ou, mais especificamente, no esforço em distinguir o “lado bom” ou “alto” em oposição ao “lado ruim” ou “baixo” do capital social. Para Portes, os mesmos mecanismos apropriáveis por indivíduos ou grupos como capital social podem ter “consequências menos desejáveis” para outros. O mais importante a destacar é que, conforme o próprio Portes, esse “lado baixo” do capital social deveria ser ressaltado para evitar a armadilha da apresentação do controle social e das sanções como “bênçãos” e para “manter a análise nos limites da análise sociológica séria”, sem “moralismo”.

Portanto, a própria crítica aos usos “moralistas” do conceito de capital social pode conter um caráter prescritivo. Em síntese, trata-se de efeitos sociais “positivos” e “negativos”, cuja crítica vai na direção, basicamente, da exclusividade e consequente restrição da participação dos demais na relação ou categoria com mais capital social. A exemplo da maior parte das críticas aos usos do conceito de capital social, também para Portes o conceito de Bourdieu é destacado positivamente, em oposição àqueles originários ou utilizados por Coleman, Putnam e seguidores. Porém, nesse caso também, o conceito de capital social é isolado do respectivo quadro conceitual em que foi formulado, sendo confrontado diretamente com os conceitos concorrentes, não tendo maiores consequências analíticas. Em todo caso, se trataria de uma formulação “teoricamente mais requintada”, que consiste em algo instrumental e individual, além da conversibilidade das diferentes formas de capital, inclusive, do capital social.

Mais próximo da problemática, e das polêmicas, em torno daquilo que é designado como “desenvolvimentismo”, o trabalho de outro dos principais críticos dos usos do conceito de capital social, Harriss (2002) tem como principal objeto de crítica algo um pouco distinto. O principal foco de sua crítica é a transformação do conceito de capital social, tomado na definição originária de Coleman, em componente do arsenal das ideologias do “desenvolvimento”, com as categorias correlatas, como “participação”, “sociedade civil”, “confiança”, organizações não governamentais e categorias do gênero, com apoio numa série de interesses e instituições, dentre as quais se destacam aquelas vinculadas ao Banco Mundial (*ibidem*, p. 2). Mas, nesse caso também, em termos conceituais e analíticos, as principais críticas se dirigem a: (a) usos dos conceitos de capital social de Coleman e Putnam como algo universal

e não “específico e contextual”; (b) “noção metafórica de capital social que emerge dos trabalhos de Putnam” e as consequentes confusões entre confiança interpessoal e legitimidade das instituições; (c) exclusão do papel das instituições estatais, substituídas por ideias como “engajamento cívico”, em associação com aquela de “sociedade civil”, entre outras críticas na mesma linha. Em síntese, o pensamento corrente sobre desenvolvimento passou a estar referido à ideia de “bom governo”, em associação com aquelas de “sociedade civil”, “descentralização”, “participação”, “empoderamento”, entre outras e, através disso, ocorre a “despolitização dos problemas” (*ibidem*, p. 41-43). Como praticamente em todas essas críticas aos usos do conceito de capital social, nesse caso também o conceito de Bourdieu é destacado positivamente. Porém, essas referências são meramente alusivas, sem contemplar o esquema analítico em que esse conceito se inscreve e sem maiores consequências para a análise. Mas as referências positivas ao conceito de capital social de Bourdieu não impede a conclusão mais geral de que o mesmo teria “uma concepção bastante caótica de capital” (*ibidem*, p. 20). É exatamente a premissa da diferenciação social e da multidimensionalidade, base de definição de qualquer espécie de capital para Bourdieu, que se torna o obstáculo para a apreensão de qualquer conceito de capital, com exceção daquele de capital social, que é confrontado diretamente com os conceitos concorrentes, mas dissociados de seus fundamentos teóricos.

Nessa linha de críticas aos conceitos concorrentes de capital social em associação com as polêmicas em torno do chamado desenvolvimento destaca-se também, por ser exemplar, o trabalho de Callahan (2005) sobre corrupção política na Tailândia. Nesse caso, fica mais explícita a utilização de um esquema de avaliação normativo, com um

polo “positivo” e outro “negativo” do capital social e, simultaneamente, as menções geralmente alusivas, e sempre positivas, ao conceito de capital social formulado por Bourdieu. Antes de pressupor alguma coerência do capital social, pretende demonstrar que deve ser distinguido um polo “positivo” e outro “negativo” do capital social. O polo “negativo” do capital social consiste em fenômenos como a “corrupção” e o crime organizado (*ibidem*, p. 495). Sendo assim, o capital social poderia aparecer tanto através de ações positivas ou “cívicas” como negativas ou “não cívicas” (corrupção e clientelismo). Tendo isso em vista, Callahan pretende utilizar o conceito de capital social de Bourdieu “para expandir o foco teórico” no estudo das relações entre a população, o Estado e a sociedade (*ibidem*, p. 497). Essa ampliação do escopo dos problemas abordados, no entanto, não diminui a centralidade do capital social “cívico” e “incívico” e categorias correlatas, tais como “sociedade civil” e “corrupção”, o que vai de encontro à concepção das Ciências Sociais com base na autonomia e racionalidade própria defendida por Bourdieu.

O trabalho de Fine (2001) relativo ao capital social, numa posição explícita de economista, é um dos mais abrangentes, mas também mais polêmicos. O principal ponto de discordância relativamente a Bourdieu está na própria definição de capital e, por extensão, de capital social. A discordância central refere-se à multiplicidade de formas de capital proposta por Bourdieu e à falta de especificação, devido à não circunscrição ao capitalismo. Isso iria de encontro com a orientação de Bourdieu de uma formulação teórica segundo a qual os capitais são social e historicamente contextuais e construídos (Fine, 2001, p. 53-54 e 170). Ou seja, o principal ponto da crítica tem como objeto aquilo que a definição de

capital, inclusive de capital social de Bourdieu, teria de mais importante e específico, a saber, a capacidade de captar a multidimensionalidade das estruturas e práticas sociais. Por outro lado, é o mesmo Fine que apresenta um dos diagnósticos mais contundentes no que tange às dificuldades da expansão da utilização do conceito de capital social de Bourdieu, comparativamente àquele de Coleman e seguidores. Dentre as razões da pequena utilização do conceito de Bourdieu são destacadas a “alta abstração que caracteriza os trabalhos de Bourdieu e a teoria social francesa e o fato de Bourdieu estar ligado ao estudo da cultura”, o que tornaria a leitura de seu trabalho mais exigente quanto ao conhecimento do campo dos estudos culturais e a confusão provocada pela amplitude da abordagem, fazendo com que possa ser tomado tanto como “uma posição marxista dogmática determinista” como, no extremo oposto, da “subjetividade pós-modernista” (*ibidem*, p. 53-64). Em síntese, para Fine, a atração do conceito de capital social decorreria menos de seus fundadores que das demandas e das condições do trabalho intelectual da época, particularmente no que tange às pressões para o aumento da quantidade de publicações (*ibidem*, p. 191).

Por fim, no que se refere à chamada nova Sociologia econômica, deve ser destacado, em primeiro lugar, que, apesar de originalmente ligada à definição de capital social de Coleman, acabou constituindo uma abordagem própria. O capital social é definido como “embebido” na estrutura social e posto em prática através de redes (Lin, Cook e Burt, 2008). O segundo ponto a ser destacado é que, se por um lado, ao tomar o capital social como *embeddedness*, o aproxima do conceito de Bourdieu, embora não o torne redutível. Por outro lado, há uma posição explícita de adesão primordial a determinada

ordem social como fundamento metateórico da abordagem e a tendência de redução caricatural da abordagem de Bourdieu a algo centrado na denúncia da existência de uma “classe dominante”. Para Lin (2008, p. 25), a principal diferença entre o conceito de capital social de Bourdieu e o de Coleman estaria no fato de que, para o primeiro, esse conceito “representa um processo pelo qual indivíduos na classe dominante”, através do conhecimento e reconhecimento, reproduzem “um grupo privilegiado”. Assim, essa posição teórica poderia ser caracterizada como vendo o capital social como privilégio de classe. Em termos de genealogia, se poderia ver em Bourdieu “uma extensão e elaboração da noção de capital de Marx”, enquanto o esquema de Coleman, do capital social visto como um bem público, seria uma extensão e elaboração da visão integrativa das relações sociais de Durkheim. A principal justificativa para a superação das teorias “clássicas” calcadas nas relações entre “classes” estaria no fato de que atualmente as relações sociais entre classes se tornaram desfocadas, com a consequente modificação da imagem da estrutura social e a possibilidade do surgimento das “teorias neocapitalistas” (*ibidem*, p. 6).

Porém, nesse caso, os confrontos são de ordem fundamentalmente metateórica ou com referência à questão de adesão primordial à determinada ordem social, visto que se trata de uma abordagem mais delimitada e circunscrita. O capital social constitui basicamente um instrumento de análise e apreensão dos “resíduos” ou “imperfeições” do mercado, o que é, simultaneamente, objeto central da abordagem e valor implícito. Assim, se trata das relações e recursos não econômicos no mercado, postos em prática através de redes (*ibidem*, p. 12). Na versão de Burt (2008, p. 34-35), a escolha da melhor troca no mercado requer informações sobre bens disponíveis e o capital social é um meio

de intermediação de oportunidades através da mediação de indivíduos em posições distintas (os *structural holes*)⁸. A expansão dessa abordagem centrada na análise de redes e tomando o capital social como algo positivo, geralmente com a utilização de intensa modelização matemática, resultou numa relativamente extensa quantidade de trabalhos empíricos. Além do problema relativo da maior eficácia dos vínculos “fortes” ou “fracos”, boa parte desses trabalhos apresenta constatações empíricas dos efeitos e dos limites do capital social em diferentes mercados de trabalho (ver, entre outros, Mardsen, 2008; Flap e Boxman, 2008; Forsé, 1997) e inclusive do “papel que o capital social exerce na exploração e na desigualdade”, na linha de argumentação já destacada, de Portes e Landolt (1996), como é o caso de Erickson (2008, p. 128).

As relações com a escolarização na origem das formulações do conceito de capital social e das divergências

Ao mesmo tempo que a análise dos efeitos da escolarização está diretamente presente nas formulações e nos usos dos respectivos conceitos de capital social tanto para Bourdieu como para Coleman, é no exame dessa temática que os significados próprios e apropriações variadas ficam mais evidentes. Para Bourdieu (1984, 1989) o conceito de capital social na análise da escola constitui um instrumento analítico para a apreensão daqueles recursos embebidos nas redes de relações personificadas e, portanto, particularísticas, subjacentes à estrutura de poder e especialmente nas organizações empresariais e burocráticas, cuja principal *sociodiceia* tem como base o meritocratismo escolar. Esse tipo de vínculo e de recurso se contrapõe e ao mesmo tempo interage com o pretensão universalismo e as *sociodiceias* associadas ao meri-

tratismos escolar. Para Coleman (1988, 1990), o capital social, no que tange à escola, constitui um recurso básico, não apenas por ser moralmente positivo mas por ter efeitos no desempenho escolar e, por consequência, gerar capital humano. Em síntese, o capital social pode ter um significado de recurso de hierarquização escolar e social ou, então, incremento pedagógico que contribui para o desempenho escolar, o capital humano e o controle e integração social.

Sendo assim, não é surpreendente que nos usos de diferentes definições de capital social nos estudos de escolarização é onde as divergências e mal-entendidos são particularmente fortes. Nesse caso também, na impossibilidade de uma apresentação exaustiva, são destacados apenas alguns casos exemplares. A preponderância quantitativa absoluta do conceito de capital social de Coleman nesse tipo de estudo, pelo menos para os Estados Unidos, foi constatada no balanço de Dika e Singh (2002). Porém, mais que essa constatação, o importante a destacar é que inclusive para os autores desse balanço a abordagem de Bourdieu (ou seja, a hierarquização social com base numa estrutura de capital e as respectivas posições sociais, onde está incluído o capital social) é reduzida ao “capital social como um instrumento da classe dominante”. Em contraposição, para Coleman se trataria de controle social positivo (Dika e Singh, 2002, p. 33). Essa predominância absoluta do conceito de capital social de Coleman no conjunto de trabalhos analisados, em detrimento daquela de Bourdieu, decorreria do fascínio “com a ideia de que estamos em declínio social”, o que “leva ao argumento de que a fonte do nosso descontentamento é encontrada na falta de controle e coesão social, em oposição ao aumento da desigualdade” (*ibidem*, p. 46).

Como caso exemplar de posição contrária a essa, inclusive, de boa indicação da

variedade de usos possíveis de conceitos como o de capital social na análise do universo escolar, o trabalho de Burris (2004) é muito ilustrativo. Trata-se de uma análise dos efeitos do capital social nas relações entre a obtenção do título de doutor e o ingresso no mercado de trabalho. O importante a destacar é que, por um lado, esse trabalho se inscreve no esquema de análise de redes próprio da nova Sociologia econômica. Por outro lado, rompendo com os trabalhos anteriores nessa linha, centrados apenas no mercado, inclusive alguns especificamente sobre o mesmo tema (como o de Hanneman, 2001), introduz o conceito de capital social de Bourdieu como categoria analítica central e as análises e proposições de Weber quanto aos grupos de *status* e ao fechamento social. Para o mesmo, mais que produtividade, o prestígio acadêmico e a hierarquização das instituições nas áreas examinadas (Sociologia, Ciência Política e História) decorrem do capital social. Nesse caso, no entanto, como unidade empírica do capital social, é tomada a rede de intercâmbio entre os departamentos na formação e contratação de doutores (Burris, 2004, p. 239). Ou seja, no universo acadêmico, o mercado desempenharia um papel restrito, ao contrário da busca de prestígio. Mais recentemente, seguindo numa linha próxima, Weeber (2006, p. 59-62), em um trabalho sobre a diferenciação e hierarquização dos professores universitários de Sociologia nos Estados Unidos, embora sem a utilização da mesma modelização matemática, chega a conclusões semelhantes.

Por fim, para tomar um último caso exemplar de uso do conceito de capital social e análise de redes, dessa vez numa perspectiva oposta ao supracitado trabalho de Burris (2004), cabe mencionar aquele de Godechot e Mariot (2003) sobre a Ciência Política na França. Nesse caso também, os conceitos de capital social utilizados são ori-

ginários da nova Sociologia econômica, mas com o objetivo explícito de analisar os diferentes tipos de capital social, “individual” ou “coletivo”. Além disso, tem a pretensão de utilizar a análise de redes não para a tendência corrente na Sociologia das ciências e sim na Sociologia econômica. Ou seja, o objeto da pesquisa é constituído explicitamente como um problema de Sociologia econômica. Uma das justificativas dessa abordagem estaria no fato de que na “França, a sociologia da vida acadêmica tem sido fortemente influenciada pelos trabalhos de Bourdieu e seus colaboradores [...] Se, com o instrumento conceitual do campo, a dimensão relacional é afirmada, frequentemente ela se reduz nas análises estatísticas a uma diferença de estado ou de grau de posse de capital etc.” (*ibidem*, p. 7).

Como parece evidente, uma das principais limitações do instrumental da chamada nova Sociologia econômica decorre da redução da abordagem às relações do capital social nas redes que “embebem” o mercado e a estrutura social. Sendo assim, todas as demais questões e dimensões ficam excluídas, particularmente aquelas relativas às relações das redes que formam o capital social com as estruturas de poder (que não o poder embutido no próprio capital social em suas relações com as redes e o mercado). Assim, o recorte do objeto se limita às relações consideradas como constitutivas do capital social, excluindo, também, as próprias condições de existência do mercado. Consequentemente, todas as lógicas de ação e recursos presentes nesse universo, que inclui burocracias, administração colegiada, autoridade científica, respaldada em diferentes recursos, entre outras, são reduzidas a algo como “investimentos em relações diversificadas e não redundantes”, que “permitem obter bens raros (os cargos de professor e pesquisador para os doutores)” (*ibidem*, p. 14).

Ao confrontar esse reducionismo às proposições de Bourdieu relativamente a esse problema, o primeiro ponto a destacar não consiste apenas na diversidade de capitais, onde a respectivo conceito de capital social faz sentido, mas também na especificidade dos recursos e princípios de legitimação. Sendo assim, além das relações do capital social com as demais formas de capital, e respectivos graus de objetivação social e bases de legitimação, no próprio campo científico defrontam-se diferentes espécies de capital científico. A própria objetividade do espaço universitário é constituída por uma pluralidade de “princípios de hierarquização concorrentes”, com valores incomensuráveis, “associados a interesses antagônicos” (Bourdieu, 1984, p. 23). Dentre essas modalidades de capital científico no campo universitário e seus efeitos nos respectivos trajetos profissionais, de um lado, se constitui um polo por aqueles que investem sobretudo no trabalho de acumulação e de gestão do capital universitário e, no extremo oposto, aqueles que investem mais na produção e, secundariamente no trabalho de representação que contribui para a acumulação de um capital simbólico de notoriedade externa (Bourdieu, 1984, p. 77 e 131). Em síntese, dentre as modalidades de capital universitário e respectivos princípios e bases de legitimação, se destacam a competência especificamente científica e o poder burocrático, de controle da produção científica. Porém, o que deve ser destacado é que, em nenhum desses casos, o capital social é legítimo enquanto tal.

Considerações finais

Como mencionado no início, o presente texto limita-se à apresentação do exame dos confrontos entre os conceitos de capital social originários das formulações de Bourdieu e de Coleman. Embora esse tema possa se

constituir num convite para prosseguir com algumas hipóteses no sentido de uma Sociologia mais geral da difusão e dos usos desse tipo de questão, isso está além dos limites do presente texto. Por exemplo, no que tange aos Estados Unidos, Fine (2001) tem, nas tendências quanto a demandas culturais e de consumo de produtos das Ciências Sociais e as pressões institucionais decorrentes da intensificação da competição por quantidade de publicações, os principais responsáveis pela expansão da utilização do conceito de capital social com base nas formulações de Coleman. Nos que tange às condições periféricas e, mais especificamente, à América Latina, Dezalay e Garth (2002) e Dezalay (2004) sugerem que, além do atual estado na estrutura de importação/exportação norte/sul de novos universais (direitos humanos, democracia, sociedade civil etc.), os próprios cientistas sociais estão inseridos e, portanto, comprometidos, com os esquemas de mediação entre as estruturas de poder locais e as elites e centros internacionais.

Porém, independentemente dessas questões mais gerais, o material sucintamente apresentado aponta para outros problemas. O exame do material bibliográfico, mesmo não sendo exaustivo, demonstra que a questão abarca muito mais que diferenças quanto a definições e usos de conceitos como o de capital social. Trata-se do problema das condições e possibilidades de apropriação de um conceito como aquele de capital social sem os respectivos fundamentos epistemológicos e o esquema conceitual em que se inscreve. Como, em geral, os confrontos acontecem apenas entre as respectivas definições de capital social, e não entre os esquemas analíticos, tende a ocorrer dois fenômenos que se complementam. O primeiro é a rápida e diversificada expansão dos usos do conceito de capital social, inserida em diferentes lógicas de ação, interesses e “causas” ou em-

presas morais. O fenômeno complementar é o crescimento das críticas de determinados usos desse conceito, particularmente no que tange ao chamado “desenvolvimentismo” e à moral cívica dominante, que geralmente se apresenta como “engajamento cívico” ou algo do gênero.

Porém, como o texto tenta demonstrar, quase todas essas críticas, se, por um lado, tomam alusivamente o conceito de capital social de Bourdieu como o pólo positivo, têm como fundamento uma perspectiva normativa e prescritiva. Desse modo, as menções positivas ao conceito de capital social de Bourdieu, além de não ter maiores implicações analíticas, tendem a aparecer como instrumento de denúncia de algo como “diferenciação social” ou “dominação de classe”. O esquema analítico e os fundamentos epistemológicos que fundamentam essa definição são excluídos desses confrontos.

Isso não se aplica do mesmo modo à chamada nova Sociologia econômica, visto que conta com seus próprios fundamentos teóricos e metodológicos. Esses fundamentos, no entanto, como indicado, não excluem o reducionismo de tomar o capital social apenas relativamente ao mercado. Também não exclui uma postura de resistência explicitamente ideológica frente ao conceito de capital social de Bourdieu, também com base numa adesão primordial a determinada ordem social. Por outro lado, apesar de centrada apenas nas relações entre o capital social embutido nas redes que permeiam o mercado, tem o mérito de estar na base de uma série de estudos empíricos que constituem, pelo menos, boas indicações quanto às condições de existência e aos limites dos efeitos do capital social em diferentes mercados

de trabalho. O principal contraponto negativo são as extrapolações dessa abordagem que pretendem reduzir estruturas como o espaço e as instituições escolares ou de poder em geral ao mercado ou às redes nas quais o capital social está embutido.

Em todo caso, tudo indica que a principal conclusão que pode ser extraída desses confrontos entre formulações e usos de noções como a de capital social é que está em pauta muito mais que versões do conceito que é objeto de disputa. Por um lado, a tendência em circunscrever os confrontos a determinado conceito, não abarcando suas bases epistemológicas e teóricas, pode ser consequência de uma visão das Ciências Sociais como exercício da aplicação de conceitos e não como confronto de princípios explicativos. Por outro lado, isso pode estar associado à própria diversidade de concepções e dos fundamentos das Ciências Sociais. No limite, isso pode pôr em questão as próprias possibilidades de comunicabilidade dos significados contidos em cada posição teórica e epistemológica em confronto. Nessas condições, a tendência em tomar um conceito isolado, como aquela de capital social, pode parecer uma alternativa prática. O mais intrigante é que esse tipo de “distorção” nos confrontos criados pela importação/exportação e circulação internacional cruzada de teorias sociológicas foi destacado pelo próprio Bourdieu (1991, p. 382). Isso foi publicado no epílogo de uma coletânea cujo prólogo, elaborado por Coleman (1991), tem como tema central o controle social nas “organizações primordiais” e nas “organizações construídas” ou formais, ou seja, temas conexos a suas preocupações com o capital e, simultaneamente, à integração e ao controle social.

Notas

- 1 Outra versão deste texto foi publicada em *Social Science Information*, v. 49, n. 4, Dec. 2010.
- 2 Sobre as relações dos *meios* de ação em diferentes *ordens* e as noções de racionalidade, legitimidade e modos de dominação, ver Weber (1984, p. 8, 27 e 64).
- 3 Para mais detalhes relativos aos processos de universalização, ver, em especial, Bourdieu (1994) e sobre a universalidade das “práticas sociais de reconhecer como válidas as condutas que têm como princípio a submissão, mesmo que aparente, ao universal”, ver especificamente as páginas 164-167. No que tange às relações do capital escolar com os universais e os processos de universalização e suas associações com a oficialização e com a magia do Estado, ver Bourdieu (1984, 1989) e sobre as classificações profissionais e suas relações com os processos de universalização, ver especialmente a página 175 (1989).
- 4 Para mais detalhes, ver particularmente Bourdieu (1989, p. 418, 515-516).
- 5 Para mais detalhes sobre os trabalhos de Coleman, ver particularmente a reunião de várias publicações, inclusive a de 1988 como capítulo dedicado ao capital social, em Coleman (1990). Para uma série de comentários sobre essa publicação, ver o número especial da *Revue Française de Sociologie*, v. 44, n. 2, avr.-juin., 2003. Sobre a posição de Coleman nas Ciências Sociais norte-americanas, ver especialmente Wacquant e Calhoun (1989).
- 6 Ver particularmente Coleman (1991, 1993).
- 7 Para algumas críticas específicas aos trabalhos de Putnam e seus usos político-ideológicos, ver Skocpol (1996) e Tarrow (1996).
- 8 Para uma crítica a essa visão de mercado, ver especialmente Zelizer (1992), e sobre o “mercado regulado”, ver Bourdieu e Christin (1990).

Bibliografia

- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1980a), “Le capital social”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, jan., p. 2-3.
- _____. (1980b), *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1982), *Leçon sur la leçon*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1984), *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1986), “The forms of capital”, in J. Richardson (ed.), *Handbook of theory for the sociology of education*. New York: Greenwood. p. 241-58.

- _____. (1989), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1991), Epilogue. On the possibility of a field of world sociology, in Bourdieu, P.; Coleman, J. S. (eds.), *Social theory for a changing society*. Boulder; New York: Westview Press and Russell Sage Foundation.
- _____. (1994), *Raison pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, P.; CHRISTIN, R. (1990), "La construction du marche. Le champ administratif et la production de la politique du logement". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 81/82, mars, p. 65-85.
- BURRIS, V. (2004), "The academic caste system: prestige hierarchies in PhD exchange networks". *American Sociological Review*, v. 69, n. 2, p.239-264.
- BURT, R. S. (2008), "Structural holes versus network closure as social capital", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- CALLAHAN, W. A. (2005), "Social capital and corruption: vote buying and the politics of reform in Thailand". *Perspective on Politics*, v. 3, Aug., p. 495-508.
- COLEMAN, J. S. (1986), "Social theory, social research, and a theory of action". *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 6, May, p. 1309-1335.
- _____. (1988), "Social capital in the creation of human capital". *The American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement, p. 95-120.
- _____. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.
- _____. (1991), Prologue: "Constructed social organization", in Bourdieu, P.; Coleman, J. S. (eds.), *Social theory for a changing society*. Boulder; New York: Westview Press and Russell Sage Foundation.
- _____. (1993), "The rational reconstruction of society; 1992 Presidential Address". *American Sociological Review*, v. 58, Feb., p. 1-15.
- DEZALAY, Y. (2004), "Les courtiers de l'International. Héritiers cosmopolites, mercenaires de l'Impérialisme et missionnaires de l'Universel". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 151-152, p. 5-35.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. (2002), *La mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris: Éditions du Seuil.

- DIKA, S. L.; SINGH, K. (2002), "Application of social capital in educational literature: a critical synthesis". *Review of Educational Research*, v. 72, n. 1, Sept., p. 31-60.
- ERICKSON, B. H. (2008), "Good networks and good jobs: the value of social capital to employers and employees", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- FINE, B. (2001), *Social capital versus social theory. Political economy and social science at the turn of the millennium*. London: Routledge.
- FLAP, H.; BOXMAN, E. (2008), "Getting started: the influence of social capital on the start of the occupational career", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- FORSÉ, M. 1977. "Les réseaux de sociabilité: un état des lieux". *L'Année Sociologique*, v. 41, p. 247-264.
- GODECHOT, O.; MARIOT, N. (2003), Les deux formes du capital social: structure relationnelle des jurys de thèses et recrutement en science politique. Paris: GRIOT-CNAM. (Document de Travail, 17)
- HANNEMAN, R. A. (2001), "The prestige of PhD granting departments of Sociology: a simple network approach". *Connection*, v. 24, n. 1, p. 68-77.
- HARRISS, J. (2002), *Depoliticizing development. The World Bank and social capital*. London: Anthem Press.
- LIN, N. (2008), "Building a network theory of social capital", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. S. (eds.) (2008), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- MARSDEN, P. V. (2008), "Interpersonal ties, social capital, and employer staffing practices", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- MEMMI, D. (1985), "L'Engagement politique", in Grawirz, M.; Deca, J. (dir.), *Traité de Science Politique; Science Politique, Science Sociale: L'Action Politique*, v. 3. Paris: PUF.
- PORTES, A. (1998), "Social capital: its origins and applications in modern Sociology". *American Review of Sociology*, v. 24, p. 1-24.
- _____. (2000), "The two meaning of social capital". *Sociological Forum*, v. 15, n. 1, p. 1-12.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. (1996), "The downside of social capital". *American Prospect*, v. 26, May, p. 18-21.

- PUTNAM, R. D. (1995), "Bowling alone": America's declining social capital". *Journal of Democracy*, v. 6, p. 65-78.
- PUTNAM, R. D. *et al.* (1994), *Making democracy work: civic tradition in the modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- SKOCPOL, T. (1996), "Unraveling from above". *The American Prospect*, v. 25, p. 20-25.
- STEINER, P. (2003), "Les fundations de James S. Coleman: une introduction". *Revue Française de Sociologie*, v. 44, n. 2, avr.-juil., p. 205-229.
- TARROW, S. (1996), "Making social science work across space and time: a critical reflection on Robert Putnam's making democracy work", *American Political Science Review*, v. 90, n. 2, p. 389-397.
- WACQUANT, L. J.; CALHOUN, C. J. (1989), "Intérêt, rationalité et culture", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 78, p. 41-60.
- WEBER, M. (1984), *Economia y sociedad; Esbozo de Sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica.
- WEEBER, Stan C. (2006), "Elite versus mass sociology: an elaboration on Sociology' academic caste system". *The American Sociologist*, Winter, p. 5067.
- ZELIZER, V. (1992), "Repenser le marché. La construction sociale du 'marché aux bébés' aux Etats-Unis, 1870-1930". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 94, sept., p. 3-26.

Artigo recebido em julho/2010

Aprovado em março/2011

Resumo

Estruturas de dominação, integração social e muito mais: os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e de Coleman

Com a grande expansão do uso do conceito de capital social em diversas frentes, vem crescendo também a literatura crítica a respeito. O principal objetivo deste artigo é justamente demonstrar alguns problemas decorrentes do uso descontextualizado do conceito, que desconsidera suas bases teóricas e epistemológicas: em Coleman e Bourdieu, os significados do conceito são distintos. Por isso, o texto apresenta, sinteticamente, as noções de capital social fundamentadas nesses autores, e destaca casos exemplares de posicionamentos críticos ao conceito de Coleman e seguidores, em geral com referências positivas e alusivas ao conceito de Bourdieu. Por fim, traz uma síntese dessa discussão mais centrada nas relações entre capital social, escolarização e recrutamento de "elites".

Palavras-chave: Bourdieu e capital social; Coleman e capital social; Capital social e teoria sociológica; Capital social e titulação escolar; Capital social e teoria social.

Abstract

Domination structures, social integration and more: confrontations between Bourdieu's and Coleman's concepts of social capital

With the great expansion of the use of the concept of social capital on several fronts, is also growing critical literature about it. The main aim of this paper is precisely to show some problems arising from the use of decontextualized concept, which ignores its theoretical and epistemological ground: Coleman and Bourdieu on the meanings of the concept are different. Therefore, the text presents, in summary, the notions of social capital based on these authors and highlights exemple cases in positions critical to the concept of Coleman and followers, often with positive references and allude to the concept of Bourdieu. Finally, brings a summary of this discussion focused on the relationship between social capital, education and recruitment of “elites”.

Keywords: Bourdieu and social capital; Coleman and social capital; Social capital and sociological theory; Social capital and schooling degree; Social capital and social theory.

Résumé

Structures de domination, intégration sociale et davantage: les confrontations entre les concepts de capital social selon Bourdieu et Coleman

Grâce à la grande expansion de l'utilisation du concept de capital social sur plusieurs fronts, la littérature critique à ce sujet a également crû. L'objectif principal de cet article est précisément de démontrer certains problèmes qui découlent de l'usage hors contexte du concept, qui ignore ses bases théoriques et épistémologiques : d'après Coleman et Bourdieu les significations du concept sont différentes. Par conséquent, le texte présente, synthétiquement, les notions de capital social fondés sur ces auteurs et des cas exemplaires de prises de position critiques par rapport au concept de Coleman et de ses partisans, en général avec des références positives et allusives au concept de Bourdieu. Finalement, l'article propose une synthèse de cette discussion davantage centrée sur les rapports entre le capital social, la scolarisation et le recrutement des “élites”.

Mots-clés: Bourdieu et le capital social; Coleman et le capital social; Capital social et théorie sociologique; Capital social et titre scolaire; Capital social et théorie sociale.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir o problema da desigualdade social a partir da análise de redes. Mais especificamente, o trabalho se propõe a responder duas perguntas: (1) Por que alguns nós das redes sociais acumulam poder e riqueza ao longo do tempo?; (2) Onde começam e terminam as redes sociais e que diferença isso faz para a análise da desigualdade?

A ideia básica da qual parte a análise de redes é simples: uma rede é um conjunto de nós entre os quais existem vínculos. Nas Ciências Sociais, os nós são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. Nesta trama, o indivíduo forma a rede e é formado por ela. De maneira geral, para se entender uma rede, é preciso conhecer as relações entre cada par de atores da população estudada (Marteletto e Silva, 2004, p. 43).

A análise de redes sociais (ARS) é um instrumento metodológico cada vez mais utilizado pelos pesquisadores que buscam apreender a configuração dinâmica das relações entre os atores. Entretanto, o próprio conceito de redes e as hipóteses de trabalho que a ARS permite formular dependem de contextos teóricos que precisam ser explicitados e operacionalizados na pesquisa. Para

se utilizar a ARS, é necessário problematizar a interação, tanto quanto os atores, ou seja, as relações contam para a lógica da ação tanto quanto os atributos dos atores. Nesse sentido, a ARS pode contribuir significativamente para a abordagem sociológica relacional, cujo núcleo de interpretação dos processos sociais é direcionado à trama relacional disposta em redes (Elias, 1994).

Nem toda a sociologia relacional utiliza a análise de redes, mas toda análise de redes sociais parte de uma sociologia relacional. Pode-se dizer, ademais, que a análise de redes é “uma tentativa de se introduzir um nível intermediário entre os enfoques micro e macro na análise da realidade social, ou entre o indivíduo e a estrutura, nas principais correntes da sociologia” (Marteletto e Silva, 2004, p. 42). Esta necessidade de superação do hiato entre indivíduo e sociedade, ou entre ação e estrutura, é destacada também por Norbert Elias (1994, p. 16):

O que nos falta [...] são modelos conceituais e uma visão global mediante os quais possamos tornar compreensível no pensamento aquilo que vivenciamos na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos compõe entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados: como

* Agradeço a Marco Cepik e ao parecerista anônimo da *BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)* pelas sugestões que permitiram que esse artigo fosse substancialmente melhorado. As falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

aqueles formam uma sociedade e como sucede essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõe.

A ARS permite que o pesquisador lance um novo olhar sobre fenômenos sociais já conhecidos, ou mesmo lhe permite a construção analítica de novos objetos de estudo (Marques, 1994, p. 47). No entanto, ainda de acordo com Marques (*idem, ibidem*), é importante salientar que “a análise de redes é uma metodologia que não substitui a análise de atributos e estruturas formais, para o que inúmeras outras perspectivas como o neoinstitucionalismo, a escolha racional e a análise espacial continuam tendo muito a contribuir”.

Este artigo trata de revisar a proposição de Charles Tilly (2005) sobre as origens relacionais da desigualdade à luz da lei de potência, que, segundo, Albert-László Barabási (2002), caracteriza a distribuição dos vínculos nas redes de grande escala com muitos nós. O argumento central do artigo é que a teoria de Tilly sobre a fixação de desigualdades categoriais duradouras pode ser compreendida como uma instância da lei de potência, servindo de corroboração adicional para a teoria de Barabási e, eventualmente, estimulando um diálogo mais intenso entre os dois programas de pesquisa do ponto de vista interdisciplinar.

Para desenvolver o argumento, são apresentados na seção seguinte alguns elementos bastante introdutórios da teoria das redes e, particularmente, da chamada *lei de potência*. E, na próxima seção, discute-se a concepção relacional da desigualdade tal como formulada por Tilly, quando se sustenta, com base nos conceitos de Barabási e de Tilly, que a fixação de fronteiras nas redes sociais é um momento determinante na criação e reprodução de desigualdades categoriais duradouras. Finalmente, conclui-se o artigo resumindo

do suas principais proposições e apontando futuras pesquisas.

Redes sociais como redes livres de escala: Barabási

Como se sabe, no contexto disciplinar da Matemática, a ciência das redes originou-se na Rússia, em 1736, quando o matemático Leonhard Euler escreveu um artigo sobre sete pontes que existiam perto da cidade prussiana de Königsberg. O artigo respondia a um quebra-cabeça: Pode alguém formular um caminho para cruzar todas as sete pontes sem passar mais de uma vez por nenhuma delas? Euler escreveu uma prova matemática para responder a essa questão, sustentando que a resposta correta era não. Um dos passos do seu processo foi desenhar um gráfico do sistema de pontes, com nós para a terra e linhas para as pontes. Seu desenho marcou o nascimento da teoria dos grafos. Linhas conectando nós constituíram o esboço de uma rede formulado por Euler naquela ocasião (Newman, Watts e Barabási, 2006).

O próximo momento fundacional da teoria das redes se daria mais de 200 anos depois. Em 1959, os matemáticos húngaros Paul Erdős e Alfred Rényi escreveram um artigo propondo um modelo randômico de redes. Nesse modelo, todo nó tinha igual chance probabilística de se ligar a outro nó e a formação dessas ligações era definida com um processo randômico. O modelo Erdős-Rényi permaneceu como paradigma no pensamento matemático de redes por quarenta anos (Barabási, 2002).

Já no contexto disciplinar das Ciências Sociais, pode-se afirmar que a ARS teve um desenvolvimento autônomo já a partir da década de 1920, com destaque para a publicação do estudo sociológico de Jacob Levy Moreno, *Hudson School for girls*, em 1934 (Freeman, 2004, p. 35). Foi sobretudo a partir da segun-

da metade do século XX que a ARS passou a ser mais utilizada como metodologia de pesquisa. Dois fatores singulares teriam contribuído para isso. Primeiro, o interesse teórico gerado a partir da publicação, em 1955, da tradução para o inglês do livro de Georg Simmel, *Conflict and the web of group-affiliations*. Segundo, principalmente a partir dos anos 1970, a inovação representada pelos computadores e pela possibilidade de processar e analisar uma grande quantidade de dados tornou viável a aplicação de uma metodologia de pesquisa que demanda sempre muita informação detalhada sobre os vínculos entre os nós sociais das redes (Simmel, 1964; Folmer e Young, 2008; Freeman, 2004).

Embora a ARS constitua, portanto, uma tradição de pesquisa autônoma e consolidada há mais de trinta anos nas Ciências Sociais, foi, na esteira da disseminação cada vez maior da internet, o físico Albert-László Barabási quem despertou a atenção do público mais amplo sobre a possibilidade de explicar e descrever muitos tipos aparentemente distintos de fenômenos naturais e sociais com base nas propriedades abstratas das redes.

Em 2000, Barabási, professor da Universidade de Notre Dame, publicou um livro chamado *Linked: the new science of networks*, no qual afirmava:

[...] comecei a me dar conta do quão pouco se conhece sobre redes em geral. Todas as minhas leituras me diziam que milhares de cabos elétricos, de telefone e de internet corriam por baixo de Manhattan formando fundamentalmente uma rede randômica. Quanto mais eu pensava sobre isso mais me convencia de que deveria haver algum tipo de princípio organizador dessa teia ao nosso redor (Barabási, 2002).

Em seus inúmeros estudos, Barabási revolucionou a análise topológica de redes

complexas ao descobrir o que ele denominou lei de potência (*power law*), essencial para se entender sistemas complexos em geral. Uma lei de potência é um padrão de distribuição na qual “grande é raro e pequeno é comum”. Por exemplo, os *best-sellers* são raros enquanto os livros que vendem poucos exemplares são comuns. Ou, quando você houve uma afirmação do tipo “5% por cento das pessoas concentram 40% da riqueza de um país”, isso é uma ilustração intuitiva da lei de potência. Tal presença de uma distribuição de lei de potência nas redes requeria nós com uma abundância desproporcional de ligações que não poderiam se formar randomicamente. Esses nós funcionavam como centros roteadores (*hubs*) das redes, decisivos para a dinâmica da rede, mas ainda assim diferentes das organizações caracterizadas por hierarquias. Barabási se propôs a explicar as razões para a formação desses *hubs* e a maneira de operação comum dessas vastas redes complexas que ele chamou de *redes livres de escala* (*scale-free networks*).

Ao observar como crescem as redes em uma grande variedade de realidades a partir de poucos nós e ao tentar entender por que, à medida que elas crescem, elas desenvolvem *hubs*, Barabási acabou desenvolvendo o que hoje é a chave de sua teoria de redes: a noção de *ligação preferencial* (*preferential attachment*). Esta expressão significa que os nós mais antigos das redes, que começam a atrair ligações por diversas razões, logo atraem cada vez mais ligações, numa proporção exponencial que terminava configurando uma curva de distribuição dos vínculos muito mais parecida com a forma de um taco de hóquei do que com a forma de um sino como nas curvas de distribuição normal. Em linguagem cotidiana, temos uma aproximação a este conceito na expressão do tipo “o rico fica cada vez mais rico, mais rapidamente do que os demais”.

Um exemplo da importância da descoberta teórica aqui implicada foi a demonstração produzida pela equipe do Center for Complex Network Research (CCNR) do Departamento de Física da Universidade de Notre Dame sobre como os *hubs* constituem o “calcanhar de Aquiles” de um sistema como a internet. Ou seja, atacando os *hubs*, alguém pode derrubar toda a rede. Isso pode ser ruim para a internet e outras redes das quais depende nossa vida contemporânea, mas não é uma vulnerabilidade intrinsecamente negativa se pensarmos em uma rede genética que causa câncer².

Posteriormente, Barabási tentou entender melhor como redes sociais funcionam, passando a estudar o comportamento dos nós individuais. Ao analisar como as pessoas utilizavam o *e-mail*, ele descobriu que a maioria delas em geral usa *e-mail* nos pequenos intervalos das atividades, em vários momentos do dia. Colocando em gráfico a distribuição de *e-mails* ao longo do tempo, suas pesquisas encontraram uma curva compatível com a lei de potência. Seria esta uma pro-

priedade específica da comunicação mediada pela internet ou toda comunicação pessoal se daria da mesma forma? Barabási analisou as correspondências de Darwin e Einstein e descobriu que algumas respostas eram dadas instantaneamente, enquanto outras demoravam. As respostas instantâneas tendiam a gerar respostas também instantâneas, com uma distribuição da correspondência total dos dois cientistas igualmente compatível com a lei de potência.

Embora Barabási e a equipe do CCNR tenham detectado ilustrações dessa lei de potência em uma grande variedade de redes complexas e extensas em diversos campos da atividade humana e da natureza, ela não se verifica em todas as redes: segundo o autor, uma rede elétrica nacional, por exemplo, por ser fechada e não se organizar segundo ligações preferenciais, não constitui exemplo de rede onde vigora a lei de potência. De qualquer modo, na vasta maioria dos casos de grandes redes complexas estudados até aqui, o desenho predominante da rede corresponde à imagem da Figura 1.

Figura 1
Exemplo de Grandes Redes Complexas com Nós Preferenciais



Fonte: Deszö *et al.* (2006).

Uma implicação importante das pesquisas de Barabási para a ARS foi a descoberta de que a “lei de potência, sempre emerge quando existe uma transição de desordem para ordem” (Albert e Barabási, 2000). Ou seja, o crescimento das redes envolve eventos locais, tais como a adição de novos nós ou a redistribuição de vínculos entre os nós, mas a frequência com que estes processos se dão implica topologias diferentes para as redes. No caso das redes de escala livre (*scale-free networks*), como a internet ou a sociedade, a topologia derivada da lei de potência nos ajuda a entender como o estabelecimento de laços e a adição de novos nós afeta a distribuição de poder, riqueza, acesso ao conhecimento e possibilidades de exercício da política.

Em síntese, a nova ciência de redes tem contribuições importantes para que se possa responder à primeira pergunta orientadora deste trabalho: Por que alguns nós das redes acumulam poder ao longo do tempo? Na próxima seção serão discutidos os mecanismos relacionais que constroem as desigualdades persistentes nas sociedades, entendidas metodologicamente como redes.

Desigualdades sociais: a dimensão relacional

A explicação da desigualdade socioeconômica existente entre os indivíduos e os grupos em uma sociedade gerou diversas tradições interpretativas (como as abordagens estruturalista e funcionalista), estando as ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber sobre estratificação social na base de análises sociológicas bastante consolidadas e extremamente relevantes ao longo das últimas décadas³.

Portanto, não se trata de opor as perspectivas associadas à chamada sociologia relacional a outras abordagens sobre a desigualdade que adotam como ponto de parti-

da as divisões de classe e a estratificação social. Pelo contrário, o argumento aqui é que a abordagem relacional de Tilly é compatível com a problemática weberiana do poder e também com a problemática marxista da desigualdade gerada no âmbito das relações sociais de produção.

Nesse sentido, em um texto publicado há mais de vinte anos, Granovetter e Tilly (1988, p. 175-221) propuseram pensar a desigualdade de acordo com três critérios: (1) a desigualdade tem inúmeras formas; (2) conjuntos de categorias populacionais diferem com respeito a essas formas; (3) existe uma série de distribuições das várias formas de desigualdades também entre indivíduos e categorias de uma mesma população.

As formas de desigualdade incluem os vários tipos de direitos (prerrogativas) e de bens (providimentos) com respeito aos quais as categorias sociais podem ser diferenciadas. A desigualdade que historicamente se destaca como sendo o problema (*issue*) de uma época ou sociedade em particular dependerá grandemente da extensão com que outras estruturas sociais se articulam com as categorias em questão e da intensidade com que os membros dessas categorias mobilizam e reivindicam a atenção pública para seus próprios interesses, valores e necessidades.

Granovetter e Tilly (p. 185-186) já chamavam a atenção para a necessidade de se estudar os processos de desigualdade não apenas tomando os indivíduos ou outras unidades de análise como foco da observação, mas também os agrupando em categorias a partir de sua posição numa distribuição desigual de recursos em uma população. Esse tipo de análise posicional da desigualdade era importante, mas, segundo os autores, precisaria ser refinado mediante análise dos mecanismos relacionais que criam, sustentam, reproduzem e alteram as categorias em torno das quais se organiza a desigualdade social.

Enquanto o foco dos autores naquele texto eram os processos de trabalho como mecanismos relacionais, em seu trabalho mais recente, sobre identidades, fronteiras e laços sociais, Tilly (2005) ampliou o escopo da aplicação das explicações baseadas em mecanismos relacionais, propondo um esquema geral de análise das origens relacionais da desigualdade que vai mais além das distribuições dos indivíduos, grupos e sociedades em posições estratificadas segundo o controle de fatores de produção como terra, capital ou trabalho.

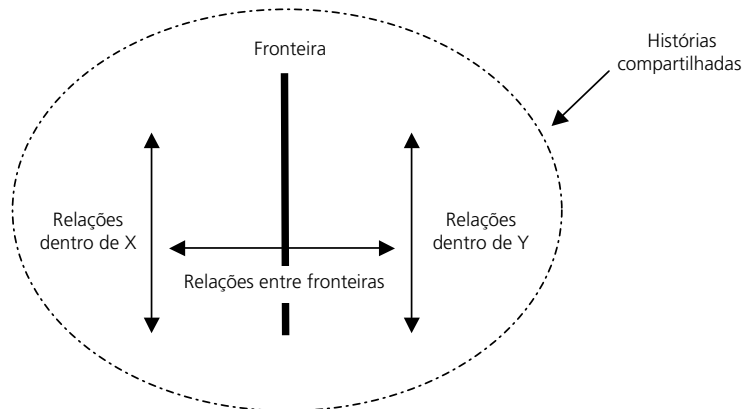
No livro *Identities, boundaries and social ties*, Tilly (2005) coloca as transações interpessoais como base do processo social, forjando identidades, criando fronteiras e transformando-se em laços sociais duráveis.

Por meio de transações entre si, as pessoas transferem energia de um lugar social (*site*) para outro. De uma série de transações, o autor infere a existência de uma *relação*: uma amizade, uma aliança, uma rivalidade etc. Ou seja, enquanto as transações interpessoais são empiricamente observáveis, as relações sociais propriamente ditas são analiticamente inferidas com base em uma te-

oria social. Tilly chama as relações sociais de laços (*ties*) quando se refere às características duráveis das conexões inferidas e as chama de relações (*relations*) quando se refere aos aspectos dinâmicos das conexões. Cumulativamente, tais transações interpessoais criam memórias, permitem aos sujeitos sociais compartilharem conhecimento, reorganizam rotinas e promovem alterações no próprio espaço social em questão (*site*).

São, portanto, as transações interpessoais e as relações sociais assim criadas que permitem a existência de respostas compartilhadas (*shared stories*) para as perguntas do tipo “Quem sou eu?”, “Quem somos nós?” ou “Quem são eles?”. Essas respostas, para Tilly (2005, p. 8), constituem as identidades e definem fronteiras entre indivíduos e grupos que compartilham uma identidade. A fixação de fronteiras do tipo nós-eles quase sempre envolve reivindicações sobre desigualdades (tema este que será abordado neste artigo mais adiante). Aqui, basta explicitar que o argumento geral de Tilly envolve então relações sociais, identidades, fronteiras e memórias compartilhadas (porém diferenciadas) entre os sujeitos sociais, conforme a Figura 2.

Figura 2
Identidades, Relações e Fronteiras segundo Tilly (2005)



Se as identidades e as próprias fronteiras entre grupos sociais são constituídas pelas relações sociais, como, por que e com que consequências as desigualdades sistemáticas dividem as pessoas em categorias socialmente definidas? Como essas desigualdades categóricas se formam, mudam e desaparecem?

Segundo Tilly (2005, p. 71), os mesmos mecanismos relacionais permitem explicar as desigualdades passageiras ou flutuantes e as desigualdades duráveis e sistemáticas. Entretanto, o autor se concentrou na análise das desigualdades duráveis e sistemáticas porque elas têm maior impacto nas chances de vida das pessoas e na trajetória das organizações, tendo fechado o foco nas grandes desigualdades existentes entre os seres humanos que se estruturam em torno de *categorias delimitadas* (*bounded categories*), como preto/branco, homem/mulher, ser cidadão ou estrangeiro, credo religioso, etnia, ideologia etc. Tais categorias, mais do que as desigualdades estruturadas em torno de categorias como rico/pobre, alto/baixo, feio/bonito etc., permitiriam ao pesquisador explicitar as evidências a respeito das implicações das fronteiras das redes para a reprodução dos mecanismos relacionais que mantêm as desigualdades.

Em particular, a análise das desigualdades categoriais lançaria uma nova luz sobre aquilo que uma perspectiva radicalmente individualista de análise tenderia a considerar como decorrente de diferenças individuais de atributos, capacidade, talentos, esforços ou propensões dispostas estratificadamente na sociedade. Mesmo quando empregam ostensivamente marcadores biológicos (cor de pele, altura etc.), tais desigualdades categoriais dependem de uma extensiva organização social, crenças compartilhadas e outros mecanismos relacionais para se imporem e durarem.

Como a perspectiva de Tilly é simultaneamente relacional e coletivista, seus conceitos

e definições são compatíveis com aqueles utilizados pela ARS. Por exemplo, o que Tilly chama de grupos bem delimitados de laços sociais (*well-bounded clusters of social ties*) parece ser apenas outra denominação para redes sociais, nas quais os nós das redes são formados, na verdade, por *clusters* associativos com ligações preferenciais (redes de redes). Portanto, as desigualdades sociais duráveis e sistemáticas possuem mecanismos causais que podem ser elucidados a partir da ARS.

Como destaca Tilly (p. 73), pares de categorias desiguais consistindo de relações assimétricas através de linhas divisórias socialmente reconhecidas entre redes interpersonais são recorrentes em uma ampla gama de situações. O efeito produzido por essas categorias e linhas divisórias é a exclusão de cada rede dos recursos controlados pela outra.

Dois mecanismos mais importantes causam desigualdades quando e na medida em que seus agentes incorporam pares de categorias desiguais em uma fronteira organizacional crucial, a saber: *a exploração e o cercamento oportunístico* (*opportunity hoarding*). Por exploração, Tilly (p. 74) entende um processo por meio do qual as pessoas mais poderosas e bem conectadas de uma rede controlam recursos a partir dos quais elas extraem retornos crescentes utilizando o esforço de outros (*outsiders*) que são excluídos do valor adicionado pelo seu próprio esforço (o mecanismo da exploração da mais-valia de Marx é um exemplo conhecido). Por sua vez, o cercamento oportunístico ocorre sempre que membros de uma *rede categoricamente delimitada* (*categorically bounded network*) adquirem acesso a um recurso que é valioso, renovável, sujeito a monopólio e que constitui um suporte para as atividades da rede (o mecanismo weberiano da dominação é outro exemplo conhecido).

Além dos mecanismos de exploração e de cercamento oportunístico, dois outros




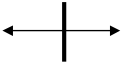
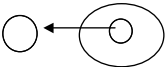
mecanismos sociais adicionais servem para reforçar a eficácia das distinções categóricas: *emulação funcional* e *adaptação evolutiva*. Por emulação, entende-se o mecanismo de cópia de um modelo organizacional e/ou de uma relação social de um contexto social para outro. A adaptação é o mecanismo de elaboração de rotinas diárias tais como ajuda mútua, influência política, busca de informações ou o cortejo, as quais se baseiam nas estruturas desiguais categóricas e generalizam a sua influência.

As distinções categóricas locais ganham força e operam com baixo custo quando são consistentes (combinadas) com pares de categorias desiguais mais amplas. Quando muitas organizações adotam as mesmas distinções categóricas, aquelas distinções tornam-se mais penetrantes (*pervasiva*) e decisivas na vida social mais ampla. Experiências de vida em contextos sociais marcados por desigualdades categoriais dão aos partici-

pantes diferentes oportunidades e uma preparação desigual para atuar em novas redes e organizações. Em resumo, muito do que os observadores comuns interpretam como diferenças individuais inatas criando desigualdades “naturais” são, na verdade, consequências de uma organização categorial das diferenças, fixadas enquanto desigualdades pelos mecanismos sociais descritos acima.

Para Tilly (p. 75), as desigualdades de raça, gênero, etnia, classe, idade, cidadania, nível educacional e outros princípios aparentemente contraditórios de diferenciação são formadas por processos sociais similares e são, em grande medida, intercambiáveis do ponto de vista organizacional. Assim, para Tilly as desigualdades categoriais representam um caso especial de relações categoriais em geral. Segundo ele (p. 76), as relações sociais apresentam cinco tipos ou configurações básicas, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Tipos de Relações Sociais Básicas segundo Tilly (2005)

	Cadeia	Dois ou mais laços similares e conectados entre espaços sociais (pessoas, grupos, redes).
	Hierarquia	Tipos de cadeias onde as conexões são assimétricas e os espaços são sistematicamente desiguais.
	Tríade	Consiste em três espaços que possuem laços similares.
	Pares de Categorias	Consiste em uma fronteira social significativa e ao menos um laço entre um espaço e outro.
	Organizações	São espaços com fronteiras bem fechadas onde ao menos um grupo tem o direito de estabelecer laços através da fronteira.

É importante observar que essas configurações multiplicam-se para além de suas formas elementares: cadeias proliferam em cadeias longas, hierarquias de dois níveis transformam-se em hierarquias de dez níveis, tríades transformam-se em redes com interconexão densa, entre outras. Além disso, na vida social, diferentes configurações de relações sociais podem operar simultaneamente. Por exemplo, em um hospital podemos ter hierarquias e pares de categorias ao mesmo tempo (por exemplo, médicos judeus e enfermeiras católicas).

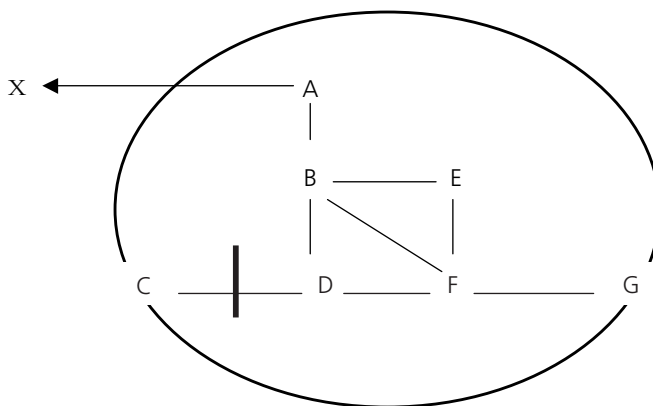
Na Figura 3, Tilly (p. 78) mostra como em uma estrutura social imaginária que conecta as hierarquias ABC e ABF, as tríades BDF e BEF, a cadeia DFG, e o par categórico CD, a unidade A estará em posição de comando de toda a organização (a rede delimitada) em relação a um agente exterior X. Nesse caso imaginário, o ator A goza do direito de estabelecer contratos com todos

os atores internos e externos. A serve simultaneamente como chefe (*boss*) e facilitador (*broker*) de toda a rede.

As cadeias, hierarquias, tríades, pares de categorias e organizações seriam então os tipos de vínculos essenciais das redes e a sua recorrência em diversos contextos sociais e históricos colocariam alguns desafios analíticos adicionais. Em primeiro lugar, seria necessário identificar as diferenças básicas entre as configurações; em segundo, explicar as regularidades causais em cada tipo; e, finalmente, mostrar limites nas concatenações possíveis entre diferentes configurações em redes sociais concretas.

Uma vez que as respostas provisórias para esses três desafios analíticos remetem à questão do vínculo entre o estabelecimento de fronteiras nas redes e a explicação das desigualdades sociais, elas serão desenvolvidas na próxima seção.

Figura 3
Hierarquias, Tríades, Cadeias, Pares Categóricos e Comando segundo Tilly (2005)



Fronteiras das redes: surgimento e implicações

Para Tilly (2005, p. 77), as cadeias, hierarquias, tríades, organizações e pares de categoriais têm padrões de operação diferentes nas redes sociais e produzem consequências distintas. Tomando como base a diferenciação entre laços sociais fortes e fracos introduzida por Mark Granovetter (1973), Tilly propôs uma associação geral dos laços fortes com os grupos sociais pequenos, as redes densas que contêm muitas tríades, através das quais circula uma grande quantidade de informações redundantes e que sustentam a solidariedade, a confiança e os compromissos. Do mesmo modo, propôs uma associação entre laços fracos e cadeias longas de relações diretas e indiretas.

Vale lembrar que, nesse artigo de 1973, “*The strength of weak ties*”, Granovetter escolheu a interação em pequena escala – as relações interpessoais – para demonstrar como a análise de redes permite fazer a conexão entre o nível micro (indivíduo) e o nível macro (sociedade) dos fenômenos sociais. O autor destaca que uma noção intuitiva dos laços interpessoais conduziria alguém a pensar que a força desses laços se encontra na combinação linear da quantidade de tempo, intensidade emocional, confiança mútua e reciprocidade de serviços prestados que caracteriza a relação. A presença de uma escala na intensidade e qualidade desses laços define se eles são fortes, fracos ou inexistentes.

Granovetter observou ainda que os laços fortes existentes entre amigos próximos que se conhecem muito bem agregam, quase sempre, pouco valor quando o indivíduo está buscando recursos. Os laços fortes – da família, dos amigos, dos pequenos círculos –, pela homogeneidade que contêm, conduzem, com frequência, à obtenção das mesmas informações e recursos. Partindo da

rede egocêntrica do indivíduo, Granovetter questiona se os laços fortes seriam suficientes para explicar a distribuição de recursos e informações entre os indivíduos e grupos, bem como as suas consequências. Sua resposta é negativa, ou seja, ele afirma que, na sociedade, de modo geral, os laços ligados ao ego – laços fortes – são insuficientes. A explicação exige que se considerem também os contatos distantes do ego (os contatos dos contatos), ou seja, os vínculos indiretos construídos por meio de “pontes” sociais. Assim, os laços sociais teriam importância não apenas na manipulação egocêntrica da rede, mas também como canais através dos quais as ideias, as influências ou a informação social distante do ego poderiam alcançá-lo (Granovetter, 1973, p. 1369-1373). Basicamente, o que esse autor estava reivindicando era o mesmo que a análise de redes sociais estava tentando fazer.

Para Tilly, a força da distinção proposta por Granovetter entre o papel dos laços fortes (tríades) e fracos (cadeias) reforça a própria proposição de Tilly sobre o papel diferenciado que as cinco configurações básicas de relações sociais teriam no funcionamento das redes sociais complexas e extensas. Ou seja, para explicar a ocorrência de cada configuração, seria necessário partir das consequências distintas que cada tipo de relação tem na rede. Nas tríades, por exemplo, quando B e C possuem uma relação de confiança, parece haver necessidade de que as relações entre BA e CA também o sejam. Se duas relações são similares, solidárias e simétricas, a terceira tende a assumir a mesma forma. A recorrência das tríades, os laços fortes (*strong ties*), nas relações sociais pode ser explicada, portanto, pela necessidade de se criar confiança diante da incerteza, reduzindo custos transacionais decorrentes da inconsistência das transações interpessoais nas cadeias, laços fracos (*weak ties*).

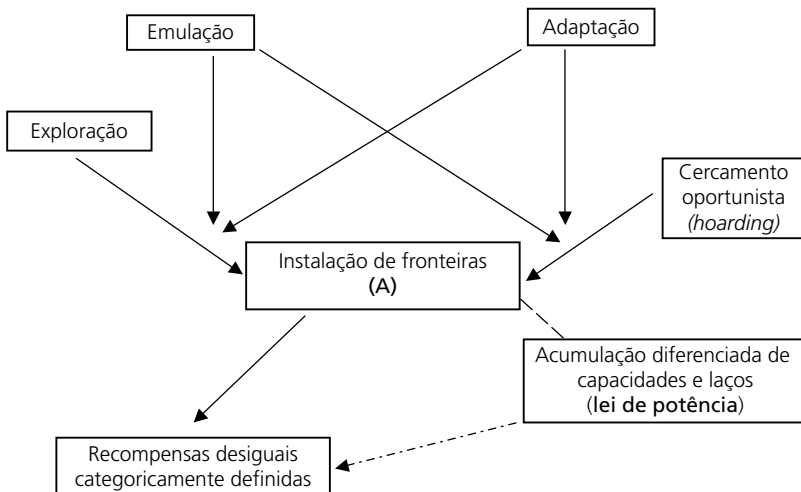
Ao colocarem a qualidade da informação e o acesso ao conhecimento no centro da discussão sobre as causas e os efeitos das diferentes configurações de relações sociais, Tilly e Granovetter explicam ainda os limites das concatenações possíveis entre as cinco configurações básicas. Por exemplo, haveria um limite para a extensão das hierarquias a partir do qual toda a rede tenderia a se tornar ineficiente (ganhos marginais decrescentes no mecanismo de coordenação possibilitado pelas hierarquias). Ou então, os riscos de tensão e rebelião trazidos pela operação simultânea de muitos pares de categorias que demandam que as partes se mantenham separadas por fronteiras (as quais permitem apenas encontros ritualizados entre as partes).

Como reconhece o próprio Tilly (2005, p. 85), uma sociologia relacional compreensiva requer a generalização e a extensão da análise esboçada ao longo desta seção. No entanto, para as finalidades deste texto, é suficiente dizer que a construção de redes

sociais envolve sempre grande esforço dos sujeitos sociais para definir as configurações da própria rede. O surgimento de novas redes sociais e a reprodução estável das redes existentes parecem fortemente dependentes da capacidade dos sujeitos sociais realizarem três tarefas: (a) capturarem recursos valiosos; (b) diminuírem os custos de transação e/ou aumentarem o valor relativo dos recursos mediante o estabelecimento de fronteiras para as redes (*bounded networks*); (c) formar laços transfronteiriços que garantam oportunidades sustentadas ao longo do tempo para facilitar a realização de ganhos baseados nos recursos controlados pela rede.

Os mecanismos relacionais que explicam as desigualdades persistentes e categoricamente determinadas entre os indivíduos e grupos sociais são, portanto, associados ao próprio processo de constituição de redes sociais delimitadas por fronteiras. A ilustração do argumento realizado até aqui pode ser visualizada na Figura 4.

Figura 4
Mecanismos Relacionais e Desigualdades Persistentes segundo Tilly (2005)



A instalação de fronteiras, para Tilly (2005, p. 88), é determinante na vida da rede, pois implica acumulação diferencial de laços sociais e capacidades no interior da rede, bem como recompensas desiguais organizadas categoricamente. Esse é um mecanismo causal básico para a fixação de desigualdades categoriais duráveis, visto que, com a instalação de fronteiras, alguns nós (sejam eles indivíduos ou *clusters* associativos) se beneficiam da acumulação diferencial de capacidades e laços sociais.

Conclusão

Vale relembrar as perguntas que foram propostas no início deste artigo: (1) Por que alguns nós das redes acumulam poder e riqueza ao longo do tempo?; (2) Onde começam e terminam as redes sociais e que diferença isso faz para a análise da desigualdade?

Sinteticamente, alguns nós acumulam poder porque as redes complexas e extensas (*scale-free networks*) se organizam de acordo com uma lei de potência (Barabási) e não aleatoriamente. As ligações preferenciais que caracterizam os nós mais poderosos das redes se formam à medida que as redes passam da desordem à ordem. A “força dos laços fracos” indica que as hierarquias e a contiguidade não são capazes, sozinhas, de explicar porque alguns nós da rede conseguem beneficiar-se de tais ligações preferenciais (Granovetter). Portanto, a unidade adequada para analisar as desigualdades sociais seria a própria rede, ou as redes formadas por redes, que caracterizam a sociedade. Uma abordagem relacional seria, nesse sentido, complementar às abordagens posicionais (baseadas na análise

da estratificação) na explicação das desigualdades sociais.

Por outro lado, as redes são fenômenos delimitáveis. A instalação das fronteiras de uma rede corresponderia, pois, à passagem da desordem à ordem, e os nós da rede que controlam o processo de instalação das fronteiras criam e reproduzem desigualdades categoriais sedimentadas em mecanismos de exploração, cercamento oportunístico de recursos (*hoarding*), emulação e adaptação (Tilly). As redes delimitadas por fronteiras são caracterizadas pela relação entre as redes e as sub-redes (redes de redes), pelas configurações internas de cada rede e por relações inter-redes. Basicamente, a sugestão do trabalho é a de que esse processo de instalação de fronteiras e suas implicações constituem um exemplo, uma instância de uma lei geral que Barabási denominou lei de potência. Uma organização social em rede está longe de corresponder ao que o senso comum poderia desejar ser uma forma igualitária, aleatória, não hierárquica e anárquica de vida.

Por fim, ao estabelecer um diálogo crítico entre a nova ciência de redes de Albert-László Barabási e a sociologia relacional de Charles Tilly e Mark Granovetter, este artigo procurou demonstrar duas coisas: primeira, que abordagens interdisciplinares entre as Ciências Sociais e outras áreas de pesquisa sobre redes sociais são importantes e deveriam ser ainda mais encorajadas; segunda, que a busca por explicações sobre as desigualdades persistentes na sociedade contemporânea indica o quanto ainda há para ser transformado se o que se pretende é viver em uma sociedade justa e equitativa.

Notas

- 1 Dentre as redes complexas estudadas pela equipe de Barabási no CCNR, destacam-se a internet, a base de dados de astros de cinema de Hollywood, redes de doenças humanas (com geneticistas de Harvard) e redes de proteínas em cadeias alimentares. Cf. <www.nd.edu/~alb>. Ver também <www.nd.edu/~networks>.
- 2 Vale mencionar, apenas a título de exemplo, um trabalho clássico de Parsons (1954), bem como os trabalhos de um autor neomarxista, Olin Wright (1985) e de um autor neoweberiano, Goldthorpe (1983). Mais recentemente, destacam-se os trabalhos do neomarxista Goran Therborn (por exemplo, *Inequalities of the world*, 2006).

Bibliografia

- ALBERT, Réka; BARABÁSI, Albert-László (2000), “Topology of evolving networks: local events and universality”. *Physical Review Letters*, v. 85, n. 24, Dec., p. 5234-5237.
- BARABÁSI, Albert-László (2002) [2000], *Linked: the new science of networks*. Cambridge, Massachusetts: Perseus.
- DEZSÖ, Z. *et al.* (2006), “Dynamics of information access on the web”. *Physical Review*, n. 73. Disponível em: <http://nd.edu/~networks/Publication%20Categories/03%20Journal%20Articles/Social%20Science/Dynamics%20of%20Infor_Phy%20Rev%20E%2073%20%286%29%20Art.%20No.%20066132%20Part%202%20%282006%29.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2007.
- ELIAS, Norbert (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008), “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”, in III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas. Disponível em: <www.redeapausul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teoricometodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.
- FREEMAN, Linton C. (2004), *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. Vancouver: Empirical Press. Disponível em: <<http://aris.ss.uci.edu/~lin/book.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.
- GOLDTHORPE, John (1983), “Women and class analysis: in defence of the conventional view”. *Journal of Sociology*, v. 17, n. 4, p. 465-488.
- GRANOVETTER, Mark (1973), “The strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380.
- GRANOVETTER, Mark; TILLY, Charles (1988), “Inequality and labor processes”, in N. Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*. Newbury Park, California: Sage. p. 175-221.

- MARQUES, Eduardo C. (1999), “Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade”. *RBCS*, v. 14, n. 41, out.
- MARTELETO, Regina M.; SILVA, Antônio Braz de Oliveira (2004), “Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local”. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 3, set.-dez., p. 41-49.
- NEWMAN M.; WATTS D.; BARABÁSI A.-L. (2006), *The structure and dynamics of networks*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- OLIN WRIGHT, Erik (1985), *Classes*. London: Verso.
- PARSONS, Talcott (1954), “A revised analytical approach to the theory of social stratification”, in R. Bendix; S. M. Lipset (orgs.), *Class, status and power*. London: Routledge.
- SIMMEL, Georg (1964), *Conflict and the web of group-affiliations*. New York: Free Press.
- THERBORN, Goran (ed.) (2006), *Inequalities of the world*. London: Verso.
- TILLY, Charles (2005), *Identities, boundaries and social ties*. Boulder, Colorado: Paradigm.

Artigo recebido em agosto/2010

Aprovado em agosto/2011

Resumo

Análise de redes e desigualdade social: a abordagem relacional de Charles Tilly à luz da lei de potência de Barabási

O objetivo deste trabalho é discutir o problema da desigualdade social a partir da análise de redes. Mais especificamente, o trabalho se propõe a responder duas perguntas: (1) Por que alguns nós das redes acumulam poder ao longo do tempo? (2) Onde começam e terminam as redes sociais e que diferença isso faz para a análise da desigualdade? A contribuição de Charles Tilly (2005) para a análise das dimensões relacionais da desigualdade é compatível com a perspectiva das redes sociais, pois ambas se inscrevem no contexto da chamada Sociologia Relacional (Emirbayer, 1997). A resposta para a primeira pergunta reside na chamada lei de potência de Barabási (2002), a qual estabelece que a dinâmica evolucionária de redes complexas com topologias similares obedece a um padrão de distribuição dos nós da rede onde “grande é raro e pequeno é comum”. Por sua vez, Tilly (2005, p. 87-90) demonstra como o estabelecimento de fronteiras nas redes permite a acumulação de capacidades e laços sociais que operam segundo esta lei de potência, contribuindo para a reprodução social das desigualdades.

Palavras-chave: Redes sociais; Lei de potência; Desigualdades sociais; Sociologia relacional.

Abstract

Network analysis and social inequality: Charles Tilly's relational approach under the perspective of Barabási's power law

The aim of this paper is to discuss the problem of social inequality based on the network analysis. More specifically, this paper aims to answer two questions: (1) Why do some network nodes amass power over

time? (2) Where do the social networks begin and end, and what difference does it make to the analysis of inequality? The contribution of Charles Tilly (2005) for the analysis of the relational dimensions of inequality is compatible with the perspective of social networks, as both are inserted within the context of the so-called Relational Sociology (Emirbayer, 1997). The answer to the first question lies in the power law of Barabási (2002), which states that the evolutionary dynamics of complex networks with similar topologies follow a pattern of distribution of network nodes in which “large is rare and small is common”. In turn, Tilly (2005:87-90) demonstrates how the establishment of boundaries in networks allows the accumulation of capabilities and social ties that operate according to this power law, contributing to the social reproduction of inequalities.

Keywords: Network analysis; Power law; Inequality; Relational Sociology.

Résumé

Analyse de réseaux et les origines relationnelles de l'inégalité: la contribution de Charles Tilly en tant qu'application de la Loi de Puissance de Barabási

L'objectif de ce texte est de discuter le problème de l'inégalité sociale à partir de l'analyse des réseaux. Il propose, plus spécifiquement, de répondre à deux questions: (1) Pourquoi certains nœuds des réseaux accumulent du pouvoir au long du temps?; (2) Où commencent et où terminent les réseaux sociaux et quelle différence cela fait pour l'analyse de l'inégalité? La contribution de Charles Tilly pour l'analyse des dimensions relationnelles de l'inégalité est compatible avec la perspective des réseaux sociaux car toutes deux s'inscrivent dans le contexte de ce que l'on appelle Sociologie Relationnelle de Emirbayer. La réponse à la première question réside sur ce que l'on appelle la Loi de la Puissance de Barabási, selon laquelle la dynamique évolutionnaire de réseaux complexes avec des topologies similaires obéit à un modèle de distribution de nœuds du réseau dans lequel “le grand est rare et le petit usuel”. Tilly, quant à lui, démontre de quelle façon la mise en place de frontières sur les réseaux permet l'accumulation de capacités et de liens sociaux qui opèrent selon cette loi, en contribuant à la reproduction sociale des inégalités.

Mots-clés: Réseaux sociaux; Loi de Puissance; Inégalités sociales; Sociologie relationnelle.

Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano

Ricardo Fabrino Mendonça*

Os anos 1990 foram marcados por uma guinada na teoria democrática com o fortalecimento do modelo deliberacionista. Tal modelo baseia-se na premissa de que a troca pública de argumentos envolvendo os sujeitos potencialmente afetados por uma questão é o melhor caminho para a produção de soluções políticas. Dentre os principais benefícios atribuídos à deliberação, ressaltam-se o revigoramento da noção de legitimidade¹ e a elaboração de decisões mais complexas².

Trabalhado por um grande número de pesquisadores, o modelo tem impulsionado uma rica e diversificada agenda de pesquisa. Se há alguns princípios que alicerçam o modelo (como *mutualidade*, *publicidade*, *igualdade* e *racionalidade*), a forma como esses princípios são interpretados varia muito, fazendo-se importante perceber a existência de muitas controvérsias no seio da corrente. Não se trata, pois, de uma teoria unificada, mas de uma família de abordagens, muitas vezes contraditórias³.

Há concepções muito diferentes sobre os tipos de comunicação válidos em uma deliberação; os objetivos dessa prática; e as esferas em que ela toma lugar (Thompson, 2008). Para que se tenha uma ideia das divergências que constituem a corrente, basta

lembrar a diversidade de fontes a que recorrem os chamados deliberacionistas: Aristóteles, Burke, Sieyès, Stuart Mill, Kant, Rousseau, Dewey, Arendt, Habermas e Rawls, para citar alguns. Tal ecletismo se torna ainda mais evidente com a virada empírica dos estudos deliberativos, nos anos 2000, quando investigações passam a operacionalizar conceitos muito diversos de deliberação.

Tendo em vista essa multiplicidade de abordagens, o presente artigo se propõe a discutir uma delas: a perspectiva da *democracia discursiva*. Delineada por John Stanley Dryzek, nos anos 1990, a abordagem enfatiza a deliberação como um encontro difuso de discursos, ultrapassando visões mais restritas de comunicação democrática e apostando na vivacidade da esfera pública. Esse viés tem orientado um grande conjunto de investigações empíricas e teóricas. Dryzek o empregou em estudos diversos, que vão do mapeamento histórico de discursos ambientalistas até a análise da relação entre sociedade civil e Estado em diferentes países⁴. Em seu grupo de pesquisa, o Deliberative Democracy Group da Australian National University (ANU), uma série de estudos de caso têm apontado caminhos interessantes.

* Agradeço à Fapemig, pela concessão de apoio financeiro para a realização do presente artigo, bem como para a apresentação do mesmo no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Também sou grato à Capes, pela concessão de uma bolsa de um ano para visita de trabalho à Australian National University, e à Fundação João Pinheiro, por seu apoio no período de redação deste artigo.

Este artigo visa discutir a proposta de Dryzek e alguns trabalhos realizados pelo referido grupo. Na primeira seção, abordam-se as bases do viés e alguns dos seus desdobramentos recentes, destacando-se as ideias de *metaconsenso* e *representação discursiva*. Em seguida, discutem-se três teses de doutorado orientadas por Dryzek. John Parkinson (2003) repensa o conceito de *legitimidade*, ao estudar processos deliberativos realizados no Reino Unido acerca de questões de saúde. Carolyn Hendriks (2004) investiga a *participação* de grupos de interesse em quatro fóruns na Alemanha e na Austrália. Por fim, Bora Kanra (2004) explora a ideia de *aprendizado social* em sociedades profundamente divididas.

Com a discussão dessas pesquisas, o artigo busca clarear as propostas do viés discursivo, analisar algumas de suas aplicações empíricas e levantar contribuições e dificuldades do grupo australiano. Preocupados com a produção de uma teoria simultaneamente normativa e empiricamente operacionalizável, os estudos do grupo questionam o individualismo metodológico, além de contribuir para a superação de perspectivas que restringem os discursos politicamente relevantes às trocas comunicativas que ocorrem no interior de instituições formais ou entre elas e os cidadãos. A grande aposta da abordagem está no adensamento da *constelação de discursos* que é permanentemente atualizada pelos cidadãos.

A ideia de democracia discursiva

A *democracia discursiva* é uma abordagem que afirma que os fluxos discursivos de uma sociedade são a base da democracia. A perspectiva advoga que o aprofundamento democrático requer processos discursivos capazes de coordenar a interação em diversas instâncias sociais, encampando tanto arenas

decisórias formais como interações informais (Dryzek, 1990).

Embora os escritos de Dryzek da década de 1980 já contivessem elementos fundamentais de sua proposta democrática, é no livro *Discursive democracy*, de 1990, que ele sistematiza suas ideias a esse respeito. Fortemente ancorado em Habermas (1983, 1987), Dryzek (1990, p. 14) defende que o potencial emancipatório da modernidade está na *racionalidade comunicativa*, que possibilita a construção intersubjetiva de julgamentos normativos e de princípios de ação. Na visão dele, a participação discursiva dos cidadãos permite que os indivíduos construam suas próprias preferências à luz das posições defendidas por outros atores sociais. Tal prática possibilita o florescimento da criatividade humana e a produção de soluções mais complexas e legítimas para problemas coletivos, questionando a ditadura da maioria e a burocratização da política.

Até aqui, a abordagem de Dryzek não difere da de Habermas. O livro de 1990 é uma tradução da teoria da ação comunicativa habermasiana para a teoria democrática, uma tarefa à qual o próprio Habermas dedicaria-se no início dos anos 1990. Desde então, entretanto, Dryzek buscou distinguir-se de Habermas, criticando a acomodação dele ao liberalismo e assumindo uma concepção distinta de discurso.

De acordo com Dryzek (2000), a definição habermasiana de *discurso* é problemática, na medida em que o encara como reino de absoluta liberdade, em que pretensões de validade são redimidas. O filósofo alemão chama de discurso o processo argumentativo que emerge quando o sentido de uma pretensão de validade se torna problemático, levando os participantes a supor que um acordo racional pode ser atingido (Habermas, 1983, p. 42). Dryzek salienta que discursos não são puramente emancipatórios, mas

também constroem os indivíduos, embora tampouco possam ser pensados como pri-sões, na linha de alguns foucaultianos.

Dryzek (2000, p. 18) define discurso como: “um meio partilhado de dar sentido ao mundo encarnado na linguagem. Qualquer discurso estará sempre alicerçado em premissas, julgamentos, controvérsias, disposições e habilidades”. Discursos são como quadros interpretativos que organizam nossas interpretações do mundo e oferecem padrões de conduta. Um discurso “possibilita aos indivíduos compilar os fragmentos de informações que recebem em compreensões coerentes, organizadas de acordo com enredos que podem ser partilhados” (Dryzek, 2006, p. 1). Nessa acepção, discursos não são simplesmente ideias fluando em uma noosfera. Eles afetam o modo como as pessoas se comportam diariamente, as decisões políticas e o escopo das reivindicações concebíveis. Discursos se revelam em palavras e práticas, estabelecendo, simultaneamente, as balizas que constroem os atores sociais, mas também os caminhos de possibilidades para suas ações.

Partindo dessa definição, a abordagem da *democracia discursiva* acredita no confronto de discursos como um modo de coordenar a transformação reflexiva de coletividades – sejam elas comunidades, Estados nacionais ou ecossistemas transnacionais. Dryzek (2006) pensa em redes discursivas atravessadas pelo desacordo, cujos choques formam o alicerce sobre o qual uma dada sociedade configura suas normas e as modifica.

Essa abordagem democrática repousa sobre uma tensão entre dois fenômenos inter-relacionados: primeiro, a importância dos discursos em ordenar o mundo (e seus conflitos); segundo, o potencial da estrutura dos discursos de se tornar, ela mesma, alvo de reflexão popular a da ação consciente (Dryzek, 2006, p. 24).

Choques discursivos promovem *reflexividade* na medida em que demonstram o caráter social do que é tomado como dado e apontam para a factibilidade de outros mundos possíveis. Eles permitem que atores sociais (re)avaliem as premissas sobre as quais constroem seus entendimentos e práticas

Para Dryzek (2000), o choque deliberativo de discursos ocorre em práticas comunicativas de diversas naturezas e formatos, desde que estas sejam marcadas por três características. Elas devem: (1) *ser não coercitivas*; (2) *induzir à reflexão*; e (3) *promover conexões entre particular e geral*. Na perspectiva da *democracia discursiva*, a deliberação não pode ser pensada como localizada em fóruns específicos. Entendida como um processo ampliado, ela ocorre em várias arenas intersectantes, de cujas conexões emergem a *esfera pública* e suas *constelações de discursos* (Dryzek, 2000, 2004, 2006).

Embora esse foco no papel da esfera pública esteja assentado no legado habermasiano, Dryzek (2000, p. 24) faz questão de distinguir sua proposta do modelo de circulação de poder de *direito e democracia*, alegando que Habermas teria perdido seu foco crítico ao aceitar como imutáveis vários elementos das democracias liberais. Para ele, “a ênfase de Habermas nas eleições como o principal canal de influência da esfera pública sobre o Estado chocaria muitos cientistas políticos como antiquada” (2000, p. 26).

Mais receptivo ao papel da retórica, Dryzek busca pensar outras formas de circulação de poder. O planejamento de ações espetaculares e a criação de *slogans* marcantes seriam alguns dos modos através dos quais discursos disponíveis na esfera pública poderiam se infiltrar em instâncias de decisão. Fóruns de partilha de poder também poderiam se configurar como experiências ricas, o que o leva a contestar a centralidade do Estado nas tomadas de decisão:

[...] o Estado moderno pode estar no processo de perda de sua exclusividade na governança da sociedade [...]. Esse desenvolvimento resulta da interação entre as atividades de movimentos sociais, os imperativos do Estado e a transformação do caráter dos problemas coletivos que se colocam diante de Estados, de movimentos e das sociedades em que eles agem (Dryzek *et al.*, 2003, p. 4).

É preciso salientar, aqui, que a crítica de Dryzek a Habermas não parece de todo justa. Habermas (1997) não restringe a circulação do poder ao voto. Ele discute exaustivamente como os fluxos discursivos na esfera pública podem engendrar um poder comunicativo que, filtrado pelas comportas do sistema político, afeta seu núcleo. A questão é que Habermas parece restringir essas formas de influência mais direta aos momentos de crise, enquanto Dryzek vislumbra um papel mais ativo para a esfera pública nos processos regulares de governança.

Para o cientista político, a chave para o adensamento da esfera pública, de que depende a democratização das democracias contemporâneas, é a sociedade civil. Tanto que ele vê com suspeição os regimes que buscam incorporar as associações da sociedade civil ao Estado, temendo um esvaziamento do potencial crítico da esfera pública. De acordo com Dryzek, historicamente, as grandes transformações sociais se originaram na sociedade civil; sendo assim, um Estado que tenta incluir essas associações pode minar o potencial crítico delas.

Esse argumento foi testado em uma investigação empírica que buscou verificar a atuação do movimento ambientalista em quatro países: Estados Unidos, Alemanha, Noruega e Reino Unido (Dryzek *et al.*, 2003). As conclusões do estudo indicam que Estados *passivamente excludentes*, como a Alemanha, seriam benéficos à democracia,

na medida em que não minam a sociedade civil, mas também não a cooptam. Esse tipo de Estado seria propício à existência de uma esfera pública viva e inovadora, que não se engessa em uma lógica burocratizante. A defesa dos Estados *passivamente excludentes* é controversa, até porque os autores não avaliam formatos muito diversos de inclusão, atendo-se a uma oposição entre inclusão ativa e passiva. É possível pensar como fóruns de partilha de poder contemporâneos fomentam novas possibilidades de inclusão. Apesar desse problema, contudo, o argumento dos autores chama a atenção para a riqueza de uma tensão entre sociedade civil e Estado.

Uma sociedade civil diversa e autônoma é essencial para que haja efetivos choques públicos de discursos. Choques esses que são o coração da *democracia discursiva*. Aqui reside o real significado da proposta de Dryzek. Ao tratar a deliberação em termos de um confronto de discursos, o cientista político amplia o foco do processo, deixando de encará-lo como uma troca direta e imediata de argumentos (Dryzek, 2004). Vista como um processo social a longo prazo, a deliberação se constrói no encontro público e acessível de discursos.

Essa abordagem questiona o individualismo metodológico. A unidade básica de análise não são os indivíduos, suas preferências, suas opiniões, seus cálculos e seus posicionamentos. Na proposta da *democracia discursiva*, a unidade básica são os discursos, até porque os indivíduos são atravessados por diversos deles (Dryzek e Niemeyer, 2008). A democracia, nesse viés, não se configura como uma “contagem de cabeças”, mas como um processo reflexivo por meio do qual uma sociedade se repensa coletivamente (Dryzek, 2004).

Esse descentramento do sujeito que alicerça a perspectiva de Dryzek tem se ma-

nifestado em três desdobramentos recentes de seu trabalho: (A) as discussões sobre representação discursiva; (B) a proposta de democracia transnacional; (C) e a noção de metaconsenso. Mencionaremos, aqui, em linhas muito gerais, as ideias centrais de tais desdobramentos, para, em seguida, abordar os trabalhos de outros integrantes do grupo de Dryzek.

A. Representação discursiva

O conceito de *representação política* tem sido submetido a uma profunda releitura na filosofia política contemporânea. Para além dos clássicos debates (delegação *versus* autorização e participação *versus* representação)⁵, novas questões têm se colocado à medida que as comunidades políticas tornam-se mais fluidas, e os problemas sociais mostram-se mais complexos (Castiglione e Warren, 2005; Urbinati, 2006). Minorias passam a clamar pela criação de mecanismos alternativos de representação (Young, 2006). Órgãos transnacionais não eleitos pelo voto popular tomam decisões consideradas legítimas (Keck, 2004; Castiglione e Warren, 2005). Movimentos sociais e celebridades engajadas afirmam-se representantes de certas causas (Dryzek e Niemeyer, 2008; Runciman, 2007). Nesse cenário, busca-se complexificar a noção, questionando a necessidade da autorização eleitoral para a legitimação da representação⁶.

É no interior desse debate filosófico que Dryzek e Niemeyer (2008) propõem a noção de *representação discursiva*. Os autores argumentam que, na tradição liberal, os indivíduos são o objeto da representação. No entanto, a pessoa em sua integridade não pode ser representada, dada a multiplicidade que a constitui. A representação de grupos padece do mesmo problema em virtude da heterogeneidade das identidades coletivas.

De acordo com os autores, paralelamente à representação de grupos e indivíduos, seria preciso pensar mecanismos para que os diferentes *discursos* se façam representados. Segundo eles, a representação discursiva ajuda a resolver o problema de escala do modelo deliberacionista, que pressupõe que todos os afetados por uma questão devem ter a oportunidade de se pronunciar. Uma vez que uma ampla gama de discursos se faz representada, os sujeitos ver-se-iam contemplados, inclusive em seus dilemas e tensões.

Para pensar a implementação dessa possibilidade, Dryzek e Niemeyer (2008) propõem a constituição de *câmaras discursivas*, que agreguem representantes de diferentes discursos. O primeiro passo na construção de tais câmaras é mapear os discursos existentes na esfera pública através de análise alicerçada em cinco operadores: *ontologia, agência, motivações dos agentes, relações e metáforas*. O segundo passo é designar os representantes para cada um dos discursos mapeados – os autores não recomendam nem o uso do voto nem o de uma seleção aleatória simples. A sugestão deles é trabalhar com um grupo de cidadãos escolhidos aleatoriamente, a partir dos quais se selecionam entre quinze e vinte representantes de acordo com a proximidade com que se identificam com determinados discursos. Tal identificação seria feita através da *Metodologia Q*, que permite mensurar as orientações subjetivas dos indivíduos⁷. Para Dryzek, a vantagem desse método é ser simultaneamente interpretativo e sistemático, ainda que ele admita a possibilidade de utilização de outros procedimentos, como entrevistas em profundidade e métodos etnográficos.

É possível criticar o argumento de Dryzek e Niemeyer por pensarem a constituição de tais câmaras como “uma questão que se resolve de forma técnica” (Miguel, 2010, p. 13). Também se pode criticar o

perigo de essas câmaras engessarem o surgimento de novos discursos, bem como a fluida transformação dos mesmos. Outro aspecto que requereria mais esclarecimentos diz respeito à compatibilidade de tais câmaras com a tese, também controversa, de que Estados ativamente inclusivos poderiam ser prejudiciais ao aprofundamento democrático.

Reconhecendo tais dificuldades, percebemos, todavia, que a noção de representação discursiva ainda oferece ricas contribuições filosóficas. Ela evidencia o descentramento do indivíduo que embasa a proposta de Dryzek, o qual não pode ser confundido com destituição de agência. O sujeito é fundamental, mas ele não é visto como uma essência autônoma, calculista e maximizadora. Ele é um terminal, atravessado por discursos ao mesmo tempo que os afeta. A *representação discursiva* traz para o cerne da democracia esse fluxo de discursos em que se inserem os sujeitos.

B. Democracia transnacional

Um segundo desdobramento do trabalho de Dryzek é a sua preocupação com a elaboração de uma proposta transnacional de democracia. Se a abordagem dele está assentada no choque público de discursos, não há porque restringir esse choque a um Estado-nação. “Deliberação e comunicação podem lidar com fronteiras fluidas e a produção de resultados através de fronteiras” (Dryzek, 2000, p. 126).

O engajamento em fluxos discursivos transnacionais é fundamental para que a ordem internacional não se resuma ao choque de civilizações previsto por Samuel Huntington. É no embate entre discursos que Dryzek (2006) deposita suas esperanças de um mundo mais democrático – o autor critica tanto a proposta neoconservadora como a cosmopolita de globalização da democracia.

A primeira está baseada na ideia de que seria preciso espalhar a democracia em cada país para, então, democratizar o mundo. Para além do perigo de justificar guerras em nome da difusão dos valores democráticos, essa perspectiva atrela a democracia a Estados nacionais, mostrando-se pouco inovadora. A proposta cosmopolita, por sua vez, advoga a necessidade de construção de instituições internacionais, também alicerçadas em Estados. Os cosmopolitas enfocam a dimensão institucional da democracia, sem considerar seriamente as fontes discursivas da ordem internacional (Dryzek, 2000, p. 121). Em contraposição a esses modelos, Dryzek (2006) defende uma transnacionalização por meio do fluxo de discursos na esfera pública. “Democratização discursiva, em qualquer situação, significa inclusão mais efetiva de diferentes vozes, trazendo uma crescente variedade de questões à agenda pública e tornando a comunicação e a deliberação mais abertas e menos propícias à distorção simbólica” (Dryzek, 2006, p. 160).

Esse anseio de Dryzek por estender os limites do democratizável não se evidencia apenas no seu questionamento das fronteiras territoriais. Sua obra também procura transgredir as fronteiras do mundo humano: “autêntica deliberação envolve reflexão sobre preferências induzida pela comunicação de forma não coercitiva. Não há nenhuma razão pela qual essa comunicação deva ter uma fonte humana” (Dryzek, 2000, p. 140). De acordo como pesquisador, é fundamental que o autismo humano seja superado para que se estabeleçam interações mais igualitárias entre pessoas e o meio ambiente. Diferentemente de Habermas, que pressupõe que os sujeitos só possam se relacionar com o mundo natural por meio da racionalidade estratégica, ele sugere a necessidade de se estender a racionalidade comunicativa para entidades não humanas. Dialogar com a natureza e representar

seus discursos na construção de soluções é importante para o aprofundamento democrático. Aprofundamento esse que está na base de sua proposta transnacional, já que poucos problemas ecológicos são delimitados por fronteiras nacionais (Dryzek, 2000, p. 157).

Uma vez mais, é possível notar, aqui, a proposta de um descentramento dos sujeitos. A extensão da democracia para além de fronteiras territoriais (e, mesmo, humanas) questiona o individualismo metodológico e seu antropocentrismo. A democracia não se constrói exclusivamente a partir das intenções e das ações dos sujeitos, mas em um amplo processo discursivo que os ultrapassa. O foco discursivo de Dryzek permite-lhe olhar para as interações, em suas várias modalidades, sem se ater às instituições e padrões naturalizados pelo liberalismo. É justamente aí que reside a dimensão crítica de seus escritos.

C. *Metaconsenso*

O terceiro desdobramento sobre o qual Dryzek vem trabalhando se revela no conceito de *metaconsenso*, que ele desenvolve junto a Simon Niemeyer. Por meio dele, os pesquisadores buscam enfrentar o dilema entre *pluralismo* e *consenso* que atravessa a teoria democrática. Os advogados do pluralismo celebram a diferença, a heterogeneidade e o desacordo, enquanto os defensores do consenso apregoam a necessidade de acordos embasados no bem comum. Estes criticam aqueles pela fragmentação da comunidade política, enquanto aqueles criticam estes por fomentar a homogeneização de perspectivas diferentes. De acordo com os pesquisadores, ambas as noções são consideradas fundamentais à democracia, embora sejam geralmente vistas como irreconciliáveis.

Dryzek e Niemeyer (2008) buscam mostrar que a *democracia discursiva* não promove um dos polos deste debate, mas busca

combiná-los. Diferentemente de outros deliberacionistas, os autores procuram qualificar o tipo de consenso que deve ser atingido pelo choque de discursos, para que ele não engendre a fragmentação política nem pasteurize perspectivas distintas. A proposta de Dryzek e Niemeyer (2008, p. 637) privilegia consenso e pluralismo em diferentes níveis: “pluralismo de valores, crenças e preferências em um contexto de metaconsenso sobre um ou mais de um desses três aspectos”.

Na prática, isso quer dizer que o acordo a que visa o confronto de discursos não deve ser pensado como um *consenso substantivo*, como se todos os sujeitos devessem concordar no que diz respeito a valores, crenças e preferências. Em vez disso, a deliberação deve gerar: (1) *metaconsenso normativo*, que implica o reconhecimento da legitimidade de valores em disputa; (2) *metaconsenso epistêmico*, que significa a concordância a respeito da credibilidade de diferentes crenças sobre os impactos de uma ação; e (3) *metaconsenso de preferências*, isto é, acordo sobre a natureza das escolhas disponíveis (Dryzek e Niemeyer, 2006, p. 639). Os metaconsensos favorecem, assim, o respeito ao outro, a civilidade política e o esclarecimento recíproco, sem esperar plena concordância.

Para ilustrar essa proposta, os autores apresentam os dados de um microprocesso deliberativo sobre o futuro de uma estrada em uma área de proteção ambiental na Austrália e de um fórum para discutir políticas de prevenção da aids nos Estados Unidos, envolvendo ativistas gays e cristãos fundamentalistas. Imaginar que os atores de tais processos poderiam atingir consensos substantivos seria inverossímil. Ao longo das discussões, contudo, teceram-se metaconsensos em que os participantes reconheceram a legitimidade dos valores de outros atores, a credibilidade de suas crenças e as opções em jogo (Dryzek e Niemeyer, 2006).

Mas qual a relação da noção de *metacenso* com as premissas da *democracia discursiva*? Uma vez que a deliberação é descentrada dos indivíduos e se configura como um processo público de embate de discursos, *metacensos* assumem um papel fundamental, já que podem fomentar os fluxos discursivos e a confiança mútua mesmo entre pessoas que não defendem as mesmas posições. A existência de um fluxo discursivo diferido e difuso na esfera pública instiga os defensores de cada discurso a levarem outros em consideração, reconhecendo a legitimidade e a credibilidade destes, e contribuindo para a qualificação dos argumentos. Novamente, mais do que as intenções de sujeitos, o modelo privilegia o embate na constelação pública de discursos.

Algumas operacionalizações da proposta de democracia discursiva

Os anos 2000 foram marcados por uma guinada empírica nos estudos deliberativos (Black *et al.* 2009; Thompson, 2008; Rosenberg, 2005, 2007; Dryzek, 2005, 2007). Adotando práticas e métodos variados, diversos autores se voltaram ao estudo sistemático de práticas e processos discursivos, a fim de avaliar a deliberatividade dos mesmos ou de lê-los à luz da teoria deliberacionista. Marcante nesse processo é a criação do Discourse Quality Index (DQI), de Steiner *et al.* (2004), baseada na obra de Habermas, endossada pelo próprio filósofo (Habermas, 2005), e posteriormente revisada pelos autores (Bächtiger, *et al.*, 2009).

A abordagem da *democracia discursiva* de Dryzek também tem alicerçado um crescente número de investigações empíricas. Neste artigo, discorreremos sobre três teses de doutorado produzidas no âmbito do Deliberative Democracy Group da ANU, as quais exploram diferentes nuances da abordagem e sugerem sua proficuidade para lidar com

problemas diversificados. Parkinson (2003) e Hendriks (2004) trazem contribuições muito interessantes para pensar a noção de *sistema deliberativo*. Kanra (2004) estuda sociedades culturalmente clivadas, argumentando o papel da deliberação na estruturação de processos de *aprendizado social*. Nas seções abaixo, procuramos delinear as principais contribuições desses estudos.

Da legitimidade dos processos deliberativos

John Parkinson concluiu seu doutorado em 2003. Em sua tese, intitulada *The legitimation of deliberative democracy*, ele se propõe a refletir sobre uma lacuna deixada por formulações clássicas da teoria deliberacionista. De acordo com ele, estas não explicariam por que aqueles que não participaram de um processo deliberativo deveriam considerá-lo legítimo. Tendo em vista a impossibilidade prática de um processo que conte com a expressão de todos os concernidos, diversos fóruns mobilizam formas variadas de representação, embora nenhuma delas explicitie procedimentos que assegurem a legitimidade do grupo. “Esse é o problema de escala da democracia deliberativa: decisões deliberativas parecem ilegítimas para aqueles deixados de fora do fórum, enquanto a inclusão de mais do que algumas poucas pessoas pareceria transformar o evento em um espaço para a expressão de discursos e não deliberação” (Parkinson, 2003, p. 6).

Para discutir essas questões, o pesquisador investiga quatro processos deliberativos relacionados à temática da saúde que foram realizados no Reino Unido, bem como o movimento britânico pelos direitos das pessoas com deficiência. Parkinson percebe que diferentes atores em diferentes processos exercem formas distintas de representação. Em alguns casos, opta-se pelo cidadão médio, selecionado randomicamente. Em outros casos, gru-

pos de ativistas afirmam falar em nome de perspectivas específicas. Em outras situações, ainda, pode haver formas variadas de eleição para a escolha de representantes. Analisando essa diversidade, Parkinson (2003, p. 49) conclui que “nenhum representante pode reivindicar perfeita legitimidade, porque todos os tipos [de representação] têm falhas. A legitimidade depende de uma variedade de representantes, ativando uma variedade de grupos de representados, que se encontram em uma tomada de decisão”.

O pesquisador argumenta que várias instituições têm contribuições diferentes a dar ao longo do processo de construção de uma decisão, fazendo pouco sentido pensar em microprocessos isolados e perfeitos. Parkinson retoma o conceito de *sistema deliberativo* proposto por Mansbridge (1999) para pensar a construção da legitimidade de forma diferida e difusa.

A ideia é a de que a legitimidade é um processo, não um destino, criado continuamente entre muitos diferentes participantes e processos. Ela não pode ser propriedade de nenhum indivíduo ou lugar deliberativo. [...] Cada um desses componentes [do sistema deliberativo] deve focar um tipo diferente de representação, uma forma diferente de *accountability*, imperativos motivacionais distintos, diferentes *status* para especialistas e leigos e diferentes níveis de formalidade (Parkinson, 2003, p. 58).

Para sintetizar essa ideia, Parkinson apresenta um interessante quadro que define atores e instituições importantes ao sistema, explicando que eles têm papéis e atribuições distintas em diferentes estágios do processo decisório:

Nessa perspectiva, fóruns deliberativos oferecem contribuições importantes, ponderando argumentos, sugerindo soluções e avaliando a implementação de políticas. No

entanto, eles precisam ser pensados em suas conexões com outros fóruns, instituições e contextos do *sistema deliberativo*. A legitimidade deles depende da costura de arenas discursivas, a qual requer *publicidade* no macroprocesso de circulação de discursos.

As conclusões de Parkinson são absolutamente coerentes com a abordagem da *democracia discursiva*, visto retirar o peso dos indivíduos. Para o sistema deliberativo, o importante é que haja conversação pública, “em vez de quem precisamente está falando a cada momento” (Parkinson, 2003, p. 167). O foco aqui é colocado nos discursos e nas interações sociais. A legitimidade das decisões tomadas deliberativamente reside no atravessamento de vários momentos deliberativos que possibilitam um efetivo embate por meio de múltiplas formas de representação.

O principal problema da proposta de Parkinson, contudo, é não deixar claro como essa articulação entre esferas do sistema deliberativo pode ser promovida. Parkinson demonstra-se cético quanto ao papel dos *media* nesse sentido, em virtude de características intrínsecas ao *modus operandi* midiático. Os critérios de noticiabilidade, as exigências da narratividade, a necessidade da dramatização e as restrições físicas dos dispositivos inviabilizariam o tratamento das complexidades morais e técnicas de muitos assuntos. Destacando que a publicidade *entre* esferas é fundamental à sua proposta, mas negando a centralidade dos *media* na articulação do sistema deliberativo, Parkinson não consegue explicar como o atravessamento entre arenas discursivas pode ser fomentado.

Outro problema da abordagem dele é a negligência à possibilidade de atritos entre arenas do *sistema deliberativo*. O autor parece trabalhar com a premissa de que quanto mais deliberação em cada esfera do sistema, mais rico e articulado este será, o que nem sempre é o caso, como veremos na próxima seção.

Estágios da Decisão

	Definição	Discussão	Decisão	Implementação
Redes de ativistas	<ul style="list-style-type: none"> Levantam questões e buscam torná-las salientes 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisam impactos e oferecem soluções Vocalizam perspectivas 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoram o processo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoram os resultados e os questionam se necessário
Especialistas	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisam e levantam questões 	<ul style="list-style-type: none"> Conduzem pesquisas sobre impactos Oferecem soluções 		<ul style="list-style-type: none"> Monitoram os resultados e os questionam se necessário
Burocracia	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa e levanta questões 	<ul style="list-style-type: none"> Gere processos macrodeliberativos Reúnem argumentos e subsidiam os tomadores de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliam o executivo 	<ul style="list-style-type: none"> Implementam decisões
Microprocessos deliberativos		<ul style="list-style-type: none"> Possibilitam discussão focada de argumentos 	<ul style="list-style-type: none"> Recomendam cursos de ação, inclusive opiniões dissidentes 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliam a implementação
<i>Media</i>	<ul style="list-style-type: none"> Levantam questões e os tornam salientes 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentam os argumentos a favor e contra de diferentes soluções a partir de várias fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Reportam as decisões e as razões pró e contra 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoram os resultados e os questionam se necessário
Assembleia eleita	<ul style="list-style-type: none"> Investiga macroprocessos deliberativos 	<ul style="list-style-type: none"> Debate os argumentos disponíveis na esfera pública 	<ul style="list-style-type: none"> Tomam decisões válidas para a coletividade Comunicam as razões pró e contra a decisão 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoram a implementação
Técnicas diretas (referendos, petições)	<ul style="list-style-type: none"> Investigam macro processos deliberativos 		<ul style="list-style-type: none"> Tomam decisões válidas para a coletividade 	

Fonte: Parkinson (2003, p. 228)

Da participação nos processos deliberativos

O trabalho de Carolyn Hendriks ajuda a pensar a noção de sistema deliberativo de uma forma mais cautelosa. Sua tese de doutoramento, *Public deliberation and interest organizations*, busca responder se, como e por que grupos de interesse atuam em diversos fóruns deliberativos. Para tanto, Hendriks (2004) realizou setenta entrevistas com diversos *stakeholders*, buscando explorar os posicionamentos deles diante de um fórum deliberativo.

O estudo enfocou quatro fóruns específicos, que se diferenciavam pelo desenho institucional e pelo contexto em que foram realizados. Dois deles ocorreram na Austrália: (1) *Citizens's jury*, sobre a legislação de embalagens retornáveis; e (2) *Consensus Conference*, sobre o uso de tecnologias genéticas na cadeia alimentar. Os outros dois tiveram lugar na Alemanha: (3) *Planning Cells*, sobre os direitos dos consumidores; e (4) *Consensus Conference*, sobre diagnóstico genético. A investigação procurou realizar

comparações de três tipos: entre diferentes modalidades de grupos de interesses (de organizações comerciais a movimentos sociais), entre desenhos institucionais e entre países.

De acordo com Hendriks (2004, p. 12-13), a participação de grupos de interesse em processos deliberativos seria interessante por, pelo menos, quatro razões. Em primeiro lugar, trata-se de uma oportunidade para que escutem opiniões que raramente ouviriam. Em segundo, eles podem garantir que a informação disponível seja mais complexa ao expressar suas visões. Em terceiro: o engajamento de tais grupos aumenta a legitimidade dos fóruns. E, em quarto lugar, grupos de interesse podem pressionar tomadores de decisão a seguir as sugestões dos cidadãos.

A análise dos supramencionados casos revelou, todavia, que tais grupos optam, frequentemente, por se distanciar dos fóruns e, mesmo, por miná-los. Muitos grupos argumentam que os cidadãos ordinários são pouco informados e não podem ser vistos como representantes políticos. Outros sentem que a deliberação pode ameaçar uma posição de influência já conquistada. Hendriks constata, assim, a existência de duas formas básicas de participação (ativa ou cética) e duas de não participação (passiva ou disruptiva).

De acordo com sua análise, tais atores só participam de um microfórum quando o engajamento se torna estrategicamente interessante. A pesquisadora sugere, assim, a noção de *deliberação estratégica*, em que não se espera que os participantes de um processo se dispam de seus interesses. “É ‘estratégica’ porque os participantes se engajam para perseguir fins particulares, mas é ‘deliberativa’ na medida em que os participantes são expostos a um processo baseado nos ideais da ação comunicativa” (Hendriks, 2004, p. 268). Na opinião dela, cabe ao próprio processo discursivo, e não às intenções de sujeitos isolados, promover

o choque que levará à produção de soluções mais complexas.

A autora também aponta a necessidade de pensar os fóruns de forma articulada ao macrocontexto discursivo. A diferença entre sua proposta e a de Parkinson é que ela percebe que essa articulação nem sempre é harmônica. Hendriks (2004, 2006) critica a noção de *sistema deliberativo* por se calar sobre possíveis incongruências entre arenas comunicativas. Ela sugere um modelo integrado que pensa os atravessamentos entre esferas discursivas macro, micro e híbridas, sem julgar simplesmente que mais deliberação em cada esfera é bom para o sistema.

Hendriks cita o exemplo da *Consensus Conference* alemã sobre diagnóstico genético para ressaltar que “quando há oportunidades demais para o discurso público, torna-se difícil para um fórum deliberativo pontual influenciar o debate sobre políticas públicas tanto diretamente [...] como indiretamente” (2004, p. 199). Há incentivos para que organizações de interesse participem de desenhos deliberativos quando não há nem pouca nem excessiva discussão em torno do assunto, o que leva o engajamento a ser visto como importante e eficaz. O assunto em discussão deve ter presença marcante, mas não saturada, na esfera pública.

Nesse sentido, Hendriks (2004) (re) pensa a noção de participação à luz da abordagem discursiva, interessando-se pelo modo como o macroprocesso comunicativo pode impulsioná-la ou desmotivá-la. A decisão de participar não é tomada simplesmente pelos indivíduos em um processo isolado de abstração mental. Ela se configura pragmaticamente, na avaliação da dinâmica discursiva.

Mais uma vez, a solução sugerida passa pela costura de esferas discursivas, enfatizando-se que tal costura deve ser cautelosa e criteriosamente delineada. Mais uma vez, contudo, a pesquisa não indica formas de

promover a articulação entre arenas. Embora se frise que fóruns deliberativos devem ser atravessados pela esfera pública, não há sugestões específicas sobre como desenhar fóruns mais permeáveis e sobre como lidar com os possíveis atritos entre esferas.

Curiosamente é o próprio Dryzek que vem tentando endereçar alguns desses problemas. Se Hendriks e Parkinson seguiram as premissas da *democracia discursiva* para construir suas análises, eles trouxeram novas indagações para a perspectiva. Nesse sentido, entende-se a proposição das já mencionadas *câmaras discursivas* como uma tentativa de desenhar instituições mais porosas. Vale citar, também, o papel de Dryzek na organização, em 2009, do *Citizens' Parliament* australiano, que reuniu cidadãos de todos os condados eleitorais do país para pensar sua reforma política. A preocupação dos organizadores em elaborar uma plataforma *online* que precedesse o encontro mostra esforço por fomentar o atravessamento do fórum por outras arenas.

Da função dos processos deliberativos

A terceira operacionalização da perspectiva da democracia discursiva a ser abordada neste artigo foi desenvolvida por Bora Kanra. Em sua tese de doutorado, intitulada *Deliberating across difference*, Kanra (2004) argumenta que a maioria dos autores deliberacionistas opera com uma concepção decisionística de deliberação. O foco na necessidade de acordos impulsionaria muitos pesquisadores a encarar a deliberação como um procedimento legítimo para a construção de soluções coletivas, negligenciando sua dimensão de *aprendizado social*.

O pesquisador defende que essa dimensão é fundamental em sociedades profundamente divididas, em que os atores partem de premissas muito distintas. Recorrendo a Gadamer (1986), Kanra (2004) explica

que tal aprendizado é semelhante à *fusão de horizontes*, configurando-se como prática hermenêutica, que possibilita aos sujeitos colocarem-se no lugar dos outros, sem abrir mão de suas próprias perspectivas. Para ele, o aprendizado social é um processo cooperativo e com o fim em aberto. Sua lógica é distinta da tomada de decisão em seus objetivos (já que o aprendizado não visa a um acordo), e forma de manifestação (visto que ele requer a inexistência de restrições espaço-temporais). De acordo com Kanra (2004, p. 20), “a orientação para a tomada de decisão mina o papel cooperativo da interação por fomentar uma inclinação à proteção das configurações de interesses existentes, levando a uma luta estratégica entre os participantes”.

Entre os deliberacionistas, Kanra encontra as bases para o tratamento da dimensão do *aprendizado social* nos trabalhos de Habermas, Benhabib e Young, que ressaltam a importância das comunicações informais na esfera pública para a compreensão mútua. No entanto, ainda segundo o pesquisador, nenhum deles teria percebido a distinção analítica entre esses dois momentos deliberativos, o que os levaria a esperar que a deliberação informal operasse com os mesmos procedimentos e lógicas das trocas voltadas para decisões. Kanra recorre, então, ao modelo discursivo de Dryzek para sustentar o desacoplamento das *fases da deliberação*. Seu argumento é o de que, mesmo em processos de tomada de decisão, é preciso haver uma etapa precedente em que as pessoas buscam simplesmente se entender. Isso seria essencial, sobretudo, em sociedades profundamente divididas.

Para sustentar seu argumento, Kanra (2004) realiza um estudo de caso sobre a Turquia, enfocando três temáticas (islã, secularismo e democracia) bastante controversas para um país que tem origem muçulmana, Estado laico e vários golpes militares. Apoiando-se na Metodologia Q, o autor

mapeia discursos disponíveis na esfera pública. Ele recorre a três grupos de discussão para levantar afirmações, solicitando a 33 indivíduos que procedessem ao *Q-sorting* de 64 proferimentos. Com base nesses dados, Kanra realiza uma análise fatorial, derivando quatro discursos predominantes: *kemalista, nacionalista, liberal de esquerda e islâmico*.

A análise segue, então, uma direção mais qualitativa, em que Kanra explica os fundamentos e origens de cada um desses discursos, além de comparar as premissas que os alicerçam. O autor constata a existência de muitas convergências, sobretudo entre islâmicos e liberais de esquerda, entendendo tais convergências como indicativas da existência de condições para a interlocução.

Por fim, o pesquisador busca demonstrar que, para além das condições de interlocução, a deliberação seria, na prática, benéfica ao *aprendizado social*. O autor o faz através de duas ilustrações. A primeira é a recente aproximação entre muçulmanos e grupos de esquerda acerca de causas ligadas aos direitos humanos. A segunda é um movimento social (*Women's Platform for Peace*) que agrega associações de mulheres de diferentes tendências (muçulmanas, lésbicas, kemalistas, liberais). As entrevistas com participantes desses casos mostram como diferenças foram negociadas em processos de interlocução voltados para o entendimento.

As conclusões do trabalho indicam, no mesmo rumo das proposições de Dryzek, a necessidade de fortalecimento da esfera pública para a vitalidade da democracia. A publicidade promoveria valores democráticos independentemente das motivações de indivíduos específicos. A sugestão de Kanra (2004, p. 240) é o “redesenho da esfera pública” para que ela assegure oportunidades e locais concretos de deliberação voltada ao *aprendizado social*. Esses *insights* iniciais levaram o autor a configurar sua proposta de *binary deliberation*, em que fóruns de tomada

de decisão seriam precedidos e atravessados por um processo não decisório voltado para o entendimento (Kanra, 2008). Em 2009, o autor realizou um processo experimental na Austrália, cujos resultados encontram-se em fase de análise.

O trabalho de Kanra dá passos significativos no interior do modelo discursivo. No plano filosófico, traça uma importante distinção analítica. No empírico, a análise mostra a riqueza de se trabalhar a deliberação como um choque público de discursos. Finalmente, há de se destacar o esforço por operacionalizar o sistema deliberativo, com o desenho de fóruns voltados à *deliberação binária*.

Há, todavia, alguns problemas nas propostas de Kanra, a começar pelo perigo da própria ideia de redesenho da esfera pública. Além disso, a transformação de uma distinção analítica em *fases* deliberativas é bastante complicada. O etapismo de sua proposta binária negligencia o modo como as lógicas do aprendizado social e da tomada de decisão podem se confundir. Kanra não consegue explicar como a tendência de agir estrategicamente pode ser eliminada do processo de aprendizado social quando os atores sabem que participarão de uma tomada de decisão posterior.

Ademais, Kanra parece padecer de outro problema cuja raiz encontra-se no próprio trabalho de Dryzek, qual seja: uma concepção de discurso pouco atenta à dimensão situacional. Curiosamente, a maior riqueza da perspectiva discursiva gera sua maior dificuldade. Ao adotar uma macroperspectiva de discurso, Dryzek transforma discursos em entidades que se confrontam em uma constelação pública. Essa visão permite mapear configurações discursivas existentes em determinadas sociedades, mas não consegue capturar as especificidades de manifestações situadas do uso da linguagem. Uma concepção pragmática, atenta ao contexto e ao papel dos sujeitos na enunciação, ajudaria na

compreensão das heterogeneidades, alterações e disputas internas dos discursos.

No trabalho de Kanra (2004), esse problema se faz evidente no uso feito pelo autor da Metodologia Q. Ainda que tal procedimento se proponha a captar perspectivas subjetivas dos sujeitos, a análise destituiu o papel deles para enfatizar macroperspectivas que, a rigor, são construções estatísticas. Kanra (2004) consegue notar convergências entre diferentes discursos, mas sua investigação não captura o motivo pelo qual o diálogo entre grupos permanece truncado e repleto de indisposições. Sem uma análise mais contextualizada e mais atenta ao papel dos sujeitos, a superação desses problemas parece inviável.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir a perspectiva da *democracia discursiva* no interior do *modelo deliberativo* de democracia. Para tanto, exploramos as bases conceituais da proposta de John Dryzek e investigamos alguns dos desdobramentos mais recentes de sua agenda de pesquisa (representação discursiva, democracia transnacional e metaconsenso). Em seguida, enveredamo-nos por três teses de doutorado produzidas no Deliberative Democracy Group da ANU.

Nesse percurso, procuramos mostrar que a principal contribuição da abordagem reside em sua ênfase no encontro de discursos. Dryzek consegue desvincular a noção de deliberação de diálogos específicos, advogando que processos deliberativos transcendem os sujeitos e se concretizam no embate de discursos publicamente acessíveis que induzem a reflexão. Esse movimento teórico permite que os adeptos da abordagem revisitem conceitos centrais à teoria política, como os de representação, legitimidade, participação e pluralismo. As leituras fomentadas pelo enfoque da *democracia discursiva* salientam a

necessidade não apenas de fortalecer a sociedade civil e a esfera pública, mas também de articular as diferentes arenas comunicativas que possibilitam o surgimento de uma constelação de discursos. O destaque à urdidura de contextos variados fica muito claro nas propostas de Parkinson, Hendriks e Kanra que operacionalizam a abordagem discursiva e colocam novos desafios à teoria.

Ao longo de nossa análise, exploramos alguns dos desafios não resolvidos pelos integrantes da corrente. O maior deles é, indubitavelmente, a dificuldade de propor soluções concretas para que a costura de arenas comunicativas se fortaleça de modo a promover o choque público de discursos. Como exploramos em outro trabalho (Mendonça, 2009), essa costura não está dada *a priori* nem é simples de ser fomentada, devendo ser cuidadosa e politicamente promovida. O enfoque discursivo ainda não conseguiu esclarecer como aprimorar as práticas sobre as quais depositam as esperanças de uma democracia melhor. Essa é uma agenda de pesquisa importante, abrindo possibilidades variadas de investigações empíricas e filosóficas.

Um segundo desafio diz respeito à própria noção de discurso com que operam os integrantes do grupo australiano. A perda da dimensão situacional dos discursos, bem como da força enunciativa dos sujeitos, corre o risco de produzir análises desencarnadas e pouco atentas às multiplicidades e heterogeneidades da realidade empírica. Nota-se, aqui, a existência de um dilema já que o problema surge justamente da maior contribuição da perspectiva. A saída para esse dilema requer a configuração de uma abordagem pragmática que combine o descentramento dos sujeitos com a atenção à manifestação situada dos discursos. Um caminho interessante são as teorias da comunicação embasadas em modelos interacionais. Desnecessário dizer que há, aqui, outra instigante agenda de pesquisa.

Notas

- 1 Cf. Cohen (1997); Habermas (1997, 2005); Chambers (2003); Benhabib (1996).
- 2 Cf. Habermas (2006), Bohman (1996, 2007), Dryzek (2000), Warren (2006), Gutmann e Thompson (2004), Fearon (1998), Maia (2008), Marques (2007), Mendonça (2006, 2009). Vale destacar, aqui, a posição de Estlund (1997), para quem a deliberação deve gerar um ganho epistêmico. As recentes propostas de aproximação da abordagem com o pragmatismo americano advogam essa premissa. Cf. Talisse (2005), Browne (2008), Bohman (2004) e Misak (2004).
- 3 Cf. Thompson (2008), Gutmann e Thompson (2004), Talisse (2004), Chambers (2003), Dryzek (2000), Bohman (1998), Young (2000), Mendonça (2008a).
- 4 Cf. Dryzek (1990, 1997, 2000, 2004, 2005a, 2006); Dryzek *et al.* (2003); Dryzek e Niemeyer (2006, 2008).
- 5 Para uma clássica leitura sobre a história do conceito, ver Pitkin (2006).
- 6 Cf. Avritzer (2007), Castiglione e Warren (2005), Dryzek e Niemeyer (2008), Urbinati (2006), Runciman (2007), Saward (2009), Mansbridge (2003), Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006), Keck (2004), Parkinson (2003), Young (2000), Mendonça (2008b).
- 7 Desenvolvida pelo psicólogo William Stephenson, na década de 1930, a Metodologia Q busca analisar as disposições subjetivas de pessoas com relação a alguns temas. O procedimento vem ganhando crescente número de aplicações nas mais diversas áreas da ciência. Sua base consiste na montagem de uma amostra de enunciados, que devem ser hierarquizados pelos participantes de acordo com o grau de concordância. Esses ordenamentos são submetidos a análises estatísticas que permitem a localização de padrões de subjetividade. Diferentemente de outras abordagens, contudo, a Metodologia Q não trabalha com uma amostra de n indivíduos que é medida por m testes, mas envolve uma população de n testes que é escalonada por m indivíduos (Kanra, 2004, p. 78). Ver também Dryzek (1990; 2005b).

Bibliografia

- AVRITZER, L. (2007), “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. *Dados*, v. 50, n. 3, p. 443-464.
- BÄCHTIGER, André *et al.* (2009), “Measuring deliberation 2.0: standards, discourse types, and sequentialization”, in ECPR General Conference, Potsdam, 5-12 Sept.
- BENHABIB, S. (1996), “Toward a deliberative model of democratic legitimacy”, in _____. *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press. p. 67-94.
- BLACK, Laura W. *et al.* (2009), “Methods for analyzing and measuring group deliberation”, in E. Bucy; L. Holbert (eds.), *Sourcebook of political communication research: methods, measures, and analytical techniques*. New York: Routledge.

- BOHMAN, J. (1996), *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT.
- _____. (1998), “The coming age of deliberative democracy”, *The Journal of Political Philosophy*, v. 6, n. 4, p. 400-425.
- _____. (2004), “Realizing deliberative democracy as a mode of inquiry: pragmatism, social facts, and normative theory”. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 23-43.
- _____. (2007), “Political communication and the epistemic value of diversity: deliberation and legitimation in media societies”. *Communication Theory*, v. 17, n. 4, p. 348-355.
- BROWNE, C. (2008), “Pragmatism, deliberative democracy and critical theory”, in Theory and Practice of deliberative Democracy Workshop, Canberra, Australia, 7-8 Feb.
- CASTIGLIONE, D.; WARREN, M (2005), “Rethinking representation: seven theoretical issues”, in Midwest Political Science Association Annual Conference, Chicago (EUA), 6-10 Apr.
- CHAMBERS, S. (2003), “Deliberative democratic theory”. *Annual Review of Political Science*, v. 6, p. 307-326.
- COHEN, J. (1997), “Deliberation and democratic legitimacy”, in J. Bohman; W. Rehg (eds.), *Deliberative democracy*. London: MIT Press.
- DRYZEK, J. S. (1990), *Discursive democracy: politics, policy, and political science*. New York; Oakleigh: Cambridge University Press.
- _____. (1997), *The politics of the earth: environmental discourses*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2000), *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. New York: Oxford University Press.
- _____. (2004), “Legitimidade e economia na democracia deliberativa”, in V. Coelho; M. Nobre (orgs.), *Participação e deliberação – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34. p. 41-62.
- _____. (2005a), “Deliberative democracy in divided societies: alternatives to agonism and analgesia”. *Political Theory*, v. 33, n. 2, p. 218-242.
- _____. (2005b), “Handle with care: the deadly hermeneutics of deliberative instrumentation”. *Acta Politica*, v. 40, n. 2, p. 197-211.
- _____. (2006), *Deliberative global politics – Discourse and democracy in a divided world*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (2007), “Theory, evidence, and the tasks of deliberation”, in S. Rosenberg, *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?* New York: Palgrave MacMillan. p. 237-250.

- _____. (2008), “The empirical turn in deliberative democracy”, *in* Theory and Practice of deliberative Democracy Workshop, Canberra, Australia, 7-8 Feb.
- DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. (2006), “Reconciling pluralism and consensus as political ideals”. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, p. 634-649.
- _____. (2008), “Discursive representation”. *American Political Science Review*, v. 102, n. 4, p. 481-483.
- DRYZEK, J. S. *et al.* (2003), *Green states and social movements*. New York: Oxford University Press.
- ESTLUND, D. (1997), “Beyond fairness and deliberation: the epistemic dimension of democratic authority”, *in* J. Bohman; W. Rehg (orgs.), *Deliberative democracy*. London: MIT Press. p. 173-204.
- FEARON, J. D. (1998), “Deliberation as discussion”, *in* J. Elster (ed.), *Deliberative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 44-68.
- GADAMER, Hans-Georg (1986), *Truth and method*. New York: Crossroad.
- GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. (2006), “Democracia, pluralização da representação e sociedade civil”, *Lua Nova*, n. 67, p. 49-103.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis (2004), *Why deliberative democracy?* Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- HABERMAS, J. (1983), *The theory of communicative action*, v. 1: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press.
- _____. (1987), *The theory of communicative action*, v. 2: Lifeworld and system – a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press.
- _____. (1997), *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (2005), “Concluding comments on empirical approaches to deliberative politics”. *Acta Politica*, 40, 3: 384-392.
- _____. (2006), “Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research”. *Communication Theory*, v. 16, n. 4, p. 411-426.
- HENDRIKS, C. M. (2004), *Public deliberation and interest organizations: a study of responses*. Tese de doutorado, Canberra, Austrália, Departamento de Ciência Política, Research School of Social Sciences, Australian National University.
- _____. (2006), “Integrated deliberation: reconciling civil society’s dual role in deliberative democracy”. *Political Studies*, v. 54, n. 3, p. 486-508.

- KANRA, B. (2004), *Deliberating across difference: bringing social learning into the theory and practice of deliberative democracy in the case of Turkey*. Tese de doutorado, Canberra, Austrália, Departamento de Ciência Política, Research School of Social Sciences, Australian National University.
- _____. (2008), “Binary deliberation. The role of social learning in divided societies”, in Theory and Practice of deliberative Democracy Workshop, Canberra, Australia, 7-8 Feb.
- KECK, M. (2004), “Governance regimes and the politics of discursive representation”, in A. Uhlin; N. Piper (eds.), *Transnational activism in Asia: problems of power and democracy*. London: Routledge.
- MAIA, R. C. M. (coord.) (2008), *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- MANSBRIDGE, J. (1999), “Everyday talk in deliberative system”, in S. Macedo (ed.), *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. New York: Oxford University Press. p. 211-239.
- _____. (2003), “Rethinking representation”. *The American Political Science Review*, v. 97, n. 4, p. 515-528.
- MARQUES, A. (2007), *O processo deliberativo a partir das margens: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG.
- MENDONÇA, R. F. (2006), “Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito”. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 73-98.
- _____. (2008a), “Why discursive democracy?”, in Theory and Practice of deliberative Democracy Workshop, Canberra, Australia, 7-8 Feb.
- _____. (2008b), “Representation and deliberation in civil society”. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, n. 2, p. 117-137.
- _____. (2009), *Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG.
- MIGUEL, L. F. (2010), “Representação e interesses: uma crítica a Young e Urbinati”, in 7^o Encontro da ABCP, Recife, 4-7 ago.
- MISAK, C. (2004), “Making disagreement matter: pragmatism and deliberative democracy”. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 9-22.
- PARKINSON, J. (2003), *The legitimation of deliberative democracy*. Tese de doutorado, Canberra, Austrália, Departamento de Ciência Política, Research School of Social Sciences, Australian National University.

- PITKIN, H. (2006), “Representação: palavras, instituições e ideias”. *Lua Nova*, n. 67, p. 15-47.
- ROSENBERG, S. (2005), “The empirical study of deliberative democracy: setting a research agenda”. *Acta Politica, International Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, p. 212-224.
- _____. (2007), “An introduction: theoretical perspectives and empirical research on deliberative democracy”, in _____. *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?* New York: Palgrave MacMillan. p. 1-25.
- RUNCIMAN, D. (2007), “The paradox of political representation”. *The Journal of Political Philosophy*, v. 15, n. 1, p. 93-114.
- SAWARD, M. (2009), “Authorization and authenticity: representation and the unelected”. *The Journal of Political Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 1-22.
- STEINER, J. *et al.* (2004), *Deliberative politics in action. Analyzing parliamentary discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TALISSE, R. B. (2004), Introduction: Pragmatism and deliberative politics. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 1-08.
- _____. (2005), *Democracy after liberalism: pragmatism and deliberative politics*. New York: Routledge.
- THOMPSON, D. (2008), “Deliberative democratic theory and empirical political science”. *Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 497-520.
- URBINATI, N. (2006), *Representative democracy: principles and genealogy*. Chicago, University of Chicago Press.
- WARREN, M. (2006), “What should and should not be said: deliberating sensitive issues”. *Journal of Social Philosophy*, v. 37, n. 2, p. 163-181.
- YOUNG, I. (1996), “Communication and the other: beyond deliberative democracy”, in S. Benhabib (org.), *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press. p. 120-135.
- YOUNG, I. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2006), “Representação política, identidade e minorias”. *Lua Nova*, n. 67, p. 139-190.

Artigo recebido em agosto/2010

Aprovado em agosto/2011

Resumo

Democracia discursiva: contribuições e dilemas da abordagem deliberativa do grupo australiano

Este artigo visa discutir a perspectiva da “democracia discursiva” no seio das abordagens que compõem o modelo deliberacionista de democracia. Inicialmente, exploram-se as premissas teóricas do trabalho de John Dryzek, que questiona o individualismo metodológico ao propor um descentramento dos sujeitos na teoria democrática. Em seguida, abordam-se três desdobramentos recentes de sua obra: a noção de representação discursiva, a transnacionalização da democracia e o conceito de metaconsenso. Por fim, analisam-se três estudos empíricos que repensam os conceitos de legitimidade (Parkinson, 2003), participação (Hendriks, 2004) e aprendizado social (Kanra, 2004) à luz da perspectiva discursiva. Apesar das contribuições dessa corrente, dois problemas saltam aos olhos: (1) a ausência de um mecanismo de articulação entre arenas comunicativas; e (2) a negligência ao componente situacional na análise de discurso.

Palavras-chave: Teoria democrática; Democracia discursiva; Deliberação pública; John Dryzek; Representação.

Abstract

Discursive democracy: challenging the Australian deliberative theories

This paper aims to discuss a specific approach among those that constitute the family of deliberative theories: discursive democracy. Initially, it explores the theoretical premises of the works of John Dryzek, who challenges methodological individualism by proposing a displacement of subjects within democratic theory. The article, then, presents three recent developments of Dryzek's work: the notion of discursive representation, the trans-nationalization of democracy and the concept of meta-consensus. Lastly, it analyzes three empirical studies that re-conceive of the concepts of legitimacy (Parkinson, 2003), participation (Hendriks, 2004) and social learning (Kanra, 2004) through the lenses of the discursive approach. Despite the contributions of this perspective, two difficulties may be pointed out: (1) the absence of a mechanism of articulation among communicative arenas; and (2) the neglect of the situational component in discourse analysis.

Keywords: Democratic theory; Discursive democracy; Public deliberation; John Dryzek; Representation.

Résumé

Démocratie discursive: contributions et dilemmes de l'abordage délibératif du groupe australien

Cet article a pour but de discuter la perspective de la “démocratie discursive” au sein des abordages qui forment le modèle dit “délibérationniste” de la démocratie. Initialement, sont explorées les prémisses théoriques du travail de John Dryzek, qui questionne l'individualisme méthodologique en proposant un décentrement des sujets dans la théorie démocratique. Sont abordés, ensuite, trois dédoublements récents de son œuvre: la notion de représentation discursive, la transnationalisation de la démocratie et le concept de “méta-consensus”. Finalement, sont analysées trois études empiriques qui repensent les concepts de légitimité (Parkinson, 2003), de participation (Hendriks, 2004) et d'apprentissage social (Kanra, 2004) à la lumière de la perspective discursive. Malgré les contributions de ce courant, deux problèmes sautent aux yeux: (1) l'absence d'un mécanisme d'articulation entre les arènes communicatives; et (2) la négligence de l'élément situationnel dans l'analyse du discours.

Mots-clés: Théorie démocratique; Démocratie discursive; Délibération publique; John Dryzek; Représentation.

Introdução

Nas duas últimas décadas, alguns países – principalmente da Europa – enfrentaram graves crises alimentares, tais como a doença da “vaca louca”, a contaminação de dioxina na ração de aves e suínos e, mais recentemente, a controvérsia em torno dos alimentos transgênicos. Esses eventos levaram a uma “crise de confiança” do consumidor, com consequências econômicas significativas, emergindo daí a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o papel da ciência e da tecnologia na fabricação de novos riscos, no caso, os alimentares. Além disso, as crises alimentares tornaram visíveis também um “desencantamento” do público com as políticas reguladoras e a eficiência dos órgãos fiscalizadores e seus instrumentos, o que mostra a necessidade de um gerenciamento democrático do risco.

Em resposta a isso, os governos de muitos países buscaram uma reformulação da legislação e da estrutura dos sistemas de segurança alimentar, que passou a contar com maior participação da sociedade. Também foram feitos fortes investimentos na pesquisa sobre a percepção, bem como na comunicação sobre os riscos alimentares para o consumidor. Essas medidas buscavam restaurar a confiança dos consumidores e evitar futuras controvérsias. Dentro desse contexto, as Ciências Sociais têm adquirido, nesses países,

um papel influente na avaliação e diagramação de políticas públicas, bem como no estudo e teorização sobre a (des)confiança do consumidor.

É importante ressaltar que a questão da confiança tem atraído cada vez mais interesse dentro da academia e conta com diversas contribuições de diferentes disciplinas. Em relação à alimentação especificamente, esse é um campo marcado por uma profunda ansiedade e riscos (Fischler, 1979). Dentro do campo de pesquisa sobre riscos alimentares, a confiança como uma variável começou a receber atenção recentemente – pós-crisis alimentares. Apesar disso, já existe um número impressionante de estudos sobre confiança ligada à alimentação, feitas, em sua maioria, nos Estados Unidos ou em países europeus.

No Brasil, há muito menos casos de “pânicos alimentares”. No entanto, isso não quer dizer que não existam riscos, mas que o sistema de segurança alimentar não é eficiente para detectá-los e que estes não se tornam um assunto público ou centro de conflitos políticos. Além disso, há uma carência significativa de dados sobre a percepção pública acerca do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza a desconsideração do engajamento público nesse debate e a falta de problematização dentro do espaço acadêmico sobre os riscos (Guivant, 2002, 2006a).

* Agradeço ao CNPq pela bolsa de pós-doutorado júnior.

Nesse trabalho, analisamos algumas das principais pesquisas sobre confiança na alimentação, buscando sistematizar as principais abordagens utilizadas e resultados encontrados nesse campo no cenário internacional. A seguir, apresentamos uma breve análise do sistema de segurança alimentar brasileiro, bem como o campo de pesquisa nacional, o que nos permite, nas considerações finais, formular sugestões de pesquisas para o Brasil.

Campo de estudos sobre confiança na alimentação

Uma busca rápida em revistas internacionais como *appetite*, *risk analysis*, *food policy*, *health, risk and society* e *journal of consumer culture*, com as palavras-chave *trust* e *food* (confiança e alimento/alimentação) apontou mais de 100 pesquisas sobre esse assunto, publicadas nos últimos quinze anos, embora a grande maioria tenha sido publicada nos anos mais recentes.

Como foi dito na introdução, a confiança tem atraído cada vez mais interesse dentro da academia e conta com diversas contribuições de diferentes disciplinas como a Ciência Política, a Economia, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, resultando em uma “diversificação de definições e dos aspectos da confiança que são estudados” (Lundâsen, 2002, p. 305).

Dentro do campo de estudos sobre confiança na alimentação, também se observa contribuições dessas diversas disciplinas. Algumas das teorias mais empregadas por essas pesquisas têm sido as da reflexividade de Ulrich Beck (1992; 1999), da confiança ativa de Anthony Giddens (1997, 2002) e da confiança com função de reduzir a complexidade proposta por Nicklas Luhmann (1979; 1988). Entretanto, apesar de parte das pesquisas adotar explicitamente uma

teoria sobre a confiança, alguns autores afirmam que o conceito de confiança não tem sido bem definido nas pesquisas (Siegrist, 2000; Frewer e Miles, 2003; Priest, Bonfadelli e Rusanen, 2003; Frewer, Scholderer e Bredahl, 2003).

Além disso, muitos dos conceitos que alguns estudiosos pensam que implicam na confiança, frequentemente também não são definidos (Frewer e Miles, 2003). Isso leva à outra discussão: confiança seria um conceito uni ou multidimensional e como isso é operacionalizado nas pesquisas?

Siegrist (2000) defende que a confiança deve ser vista como um constructo unidimensional, variando da confiança à desconfiança. Apesar disso, a confiança deve ser relacionada à determinada situação, uma vez que uma medida geral, de um domínio não específico da confiança em um ator não tem valor prático ou teórico (Siegrist e Cvetkovich, 2000; Siegrist, Cvetkovich e Roth, 2000). Já Vikhund (2003) faz uma distinção entre confiança específica e confiança geral. A confiança específica é limitada à determinada autoridade e à percepção da habilidade de proteger os cidadãos contra riscos. A confiança geral cobre vários alvos da confiança (diferentes atores sociais), assim como vários aspectos da confiabilidade (competência, honestidade etc.). Em seu estudo, Vikhund conclui que a confiança geral se mostrou um preditor mais potente na variação da percepção de risco do que a confiança específica.

Entre os autores que defendem que a confiança é um conceito multidimensional, também não há consenso. Alguns priorizam as diferentes características que influenciam na percepção da confiabilidade de um ator social, como conhecimento, competência, honestidade, preocupação etc. (Jonge *et al.*, 2008; Frewer e Miles, 2003; Maeda e Miyahara, 2003). Outros dão destaque para

diferentes aspectos que podem influenciar na confiança de um indivíduo ou grupo na alimentação de forma mais ampla, tais como a cultura, as práticas sociais e o comportamento institucional dos responsáveis por essa questão (Poppe e Kjaernes, 2003). Por fim, alguns autores discutem as dimensões da confiança em relação aos diferentes aspectos da própria alimentação, como a segurança, a qualidade, a nutrição, a ética etc. (Wales, Harvey e Warde, 2006; Halkier *et al.*, 2007).

Tal falta de consenso sobre as definições dos conceitos e a dimensionalidade da confiança pode ser inerente à complexidade que envolve o tema. Salvatore e Sassatelli (2004, p. 5) levantam algumas questões importantes que contribuem para organizar diferentes formas de pensar a confiança:

Que tipo de relação social está indicado na ideia de confiança? É suficiente falar de confiança e desconfiança ou são necessárias noções paralelas apontando para relações sociais contíguas, porém não idênticas, que também afetam as relações de confiança? É possível se prover uma definição única para todas as pessoas e todos os países? Como fatores históricos e institucionais contribuem para a definição de confiança e sua implementação prática?

Diferentes respostas para essas questões implicam diferentes abordagens para o estudo da confiança em relação à alimentação. Segundo Kjaernes *et al.* (2005), as abordagens dominantes nesse campo de estudo têm focado a confiança como um fenômeno individual, cognitivo. A visão individual (escolha do consumidor, responsabilidade do consumidor) é quase hegemônica nos estudos sobre percepção de riscos alimentares e domina também os estudos sobre a confiança dos consumidores na comida. Porém, os autores destacam que muitas teorias con-

temporâneas sobre as práticas de consumo sugerem que a escolha do consumidor não é baseada em cálculos instrumentais, mas que o consumo de alimentos é uma forma de ação social. Junto a isso, outro aspecto que influenciaria fortemente os padrões de compra e preparação de alimentos seria o das culturas alimentares regionais e nacionais, que constroem as identidades nacionais. Por fim, os autores argumentam que é preciso considerar que tais práticas ocorrem em instituições, o que implica uma divisão de responsabilidades entre diferentes atores “e, assim, de *quem* confia em *quem* sobre o *quê*, que é construída nessa relação” (p. 3). Desse modo, três formas de explicação para a variação de confiança (individual e transcultural) se destacam no campo de estudos sobre confiança na alimentação: estudos sobre o impacto da informação (percepção de risco/comunicação do risco), explicações culturais e explicações institucionais.

Segundo Poppe e Kjaernes (2003), embora a maioria dos estudos sobre o impacto da informação procure explicações para a variação da confiança em nível individual, cognitivo, eles também fazem contribuições que focam em fluxos de informação e confiança em um *setting* transcultural. Os principais representantes dessa abordagem admitem que receberam críticas sobre a falta de integração dos aspectos culturais e estão tentando levar em conta também a esfera institucional. Poppe e Kjaernes também argumentam que estudos empíricos recentes sugerem que as explicações culturais podem ser importantes em condições estáveis, marcadas por um consenso geral sobre valores e soluções. Já as explicações relacionadas à performance de instituições são necessárias para o entendimento da confiança em condições de turbulência e mudança social. Entretanto, esses autores consideram que, em vez de perspectivas que competem entre si, as abor-

dagens culturais e institucionais oferecem explicações parciais ou complementares.

A seguir, tentaremos sistematizar os principais resultados dessas três abordagens de pesquisa sobre a confiança. Todas as pesquisas citadas adiante ligam a questão da confiança com algum aspecto da alimentação, seja de forma geral ou mais específica (alimentos orgânicos, industriais, funcionais, geneticamente modificados, nanoalimentos, presença de aditivos, entre outros). Ao apontarmos os principais resultados, não faremos menção a cada tipo de alimento que determinada pesquisa faz referência.

Estudos sobre o impacto da informação (percepção de risco/comunicação de risco)

Alguns autores que analisam o histórico desse campo de pesquisa (Slovic, 1999; Siegrist, Cvetkovich e Roth, 2000) enumeram os fatores que têm sido considerados como influentes na percepção do risco, entre eles: características dos participantes (sexo, idade, raça/etnia, escolaridade, ocupação, renda, conhecimento/interesse, visões de mundo, afiliações, atitudes/valores etc.); características das tecnologias (incerteza, novidade, potencial catastrófico, controle dos riscos etc.); informação (quantidade, especificidade, valência, fonte etc.). Recentemente, a confiança como uma variável começou a receber grande atenção nesse campo de pesquisa.

Um pressuposto central nesses estudos é de que a maior percepção de benefícios, em detrimento de uma menor percepção de riscos, leva à maior aceitação da tecnologia em questão. Porém, dentro desse campo não há um consenso sobre se a confiança é um determinante ou uma consequência da percepção de riscos (Chrysochoidis, Strada e Krystallis, 2009) ou mesmo se se trata de uma relação causal ou se a inter-relação é

mediada por outros fatores (Poppe e Kjaernes, 2003).

Alguns autores argumentam que a confiança é um determinante importante no julgamento de riscos e benefícios na ausência de conhecimento (Siegrist, 2000; Siegrist e Cvetkovich, 2000; Sapp e Bird, 2003; Siegrist *et al.*, 2007; Siegrist, Stampfli e Kastenholtz, 2008). Apesar de utilizarem tal argumentação, os próprios resultados de algumas dessas pesquisas mostram dados contraditórios. Os resultados obtidos por Siegrist e Cvetkovich (2000), por exemplo, mostraram que não houve correlação significativa entre conhecimento e outras variáveis (confiança, percepção de risco). Os autores justificaram isso pelo estudo envolver um grupo homogêneo e, portanto, sem variação do nível de conhecimento.

Devido a tais contradições e falta de consenso, os estudos sobre a relação entre confiança e percepção de risco têm recebido duras críticas, mesmo dentro do próprio campo temático. Sjöberg (2001) argumenta que grande parte desses estudos são apenas teóricos e que as pesquisas empíricas apresentam dados fracos. Muitas réplicas desses estudos mostraram que o nível de explicação das medidas de confiança é de fraco a moderado, não explicando a maior parte da variância da percepção de risco. Além disso, existem dados contraditórios em estudos transculturais (por exemplo, na França foi identificada maior percepção de riscos acompanhada de um nível mais alto de confiança, enquanto nos Estados Unidos observou-se menor percepção de risco acompanhada de um nível mais baixo de confiança em relação a determinadas tecnologias ligadas à alimentação).

Outros estudiosos desse campo rebatem tais críticas argumentando que essa inter-relação é mediada por outras variáveis, como foi dito anteriormente. White *et al.* (2003) e Frewer, Scholderer e Bredahl (2003) apre-

sentam resultados de pesquisas que mostram que a confiança dos participantes em atores sociais ou na informação por estes apresentadas foi quase exclusivamente determinada pelas atitudes anteriores dos participantes em relação à determinada tecnologia.

Isso abre espaço para outro fator muito importante no campo de estudos sobre percepção do risco: o papel da informação e da comunicação do risco. Uma vez que a maioria dos riscos não pode ser percebida no nível do produto (no caso, o alimento), a comunicação dos riscos recebe grande importância.

Mais uma vez, um pressuposto central nesses estudos é de que a informação diminui a percepção de riscos, aumentando a aceitabilidade da tecnologia em questão. Em relação à confiança, argumenta-se que a informação aumenta a confiança (diminuindo a percepção de risco e aumentando a aceitabilidade) e que a desconfiança é explicada pela falta ou percepção errada da informação. Ainda que existam ligações entre informação e confiança, ela pode não ser causal, mas mediada por vários outros fatores (Poppe e Kjaernes, 2003).

Uma pergunta central nesses estudos é: Como a confiança é gerada através da informação? Para responder a essa pergunta, os estudos se concentram em três aspectos: a valência, a especificidade e a fonte da informação.

Um dos primeiros estudos a investigar a valência da informação na construção da confiança foi o de Slovic (1993). De acordo com o princípio da assimetria, Slovic argumentava que a confiança e a desconfiança são criadas e mantidas de formas diferentes. Eventos negativos têm efeito mais forte em diminuir a confiança do que eventos positivos têm de aumentá-la. A partir de então, surge uma série de estudos que buscavam investigar esse princípio, sugerindo diferentes explicações. Siegrist e Cvetkovich (2001)

confirmaram em sua pesquisa que o princípio da assimetria se devia a um viés negativo (informações negativas sugerindo a presença de risco são mais confiadas do que mensagens indicando a ausência de riscos). Os resultados obtidos por White *et al.* (2003) e por Cvetkovich *et al.* (2002) mostram que o efeito da valência da informação na confiança era moderado pelas atitudes anteriores dos participantes – as mensagens positivas não eram confiadas por aqueles que já tinham uma atitude negativa, sugerindo que a maior confiança em mensagens negativas se devesse a um viés confirmatório e não a um viés negativo. Já Poortinga e Pidgeon (2004) encontraram que o princípio da assimetria podia ser atribuído tanto ao viés negativo como ao confirmatório, dependendo do grupo estudado.

White e Eiser (2005) investigaram o papel da especificidade da informação na construção da confiança. Eles mostraram que a especificidade da informação (por exemplo, se a informação tratava de um evento específico ou de políticas mais amplas para regular determinada tecnologia) era um importante mediador do impacto da valência da informação na confiança. O princípio da assimetria só valeria para eventos e não para políticas e que o viés confirmatório também seria mediado pela especificidade da informação.

Baseadas principalmente na crítica de Wynne (1995), de que a confiança (ou a desconfiança) não diz respeito à falta de conhecimento (informação) ou da percepção (errada ou não) de risco, mas sim de uma análise do modo como as instituições responsáveis por determinadas inovações se comportam, os estudos sobre o impacto da informação têm recebido duras críticas (Groove-White, Macnaghten e Wynne, 2000; Sapp e Bird, 2003; Meijboom, Visak e Broom, 2006; Eden, Bear e Walker, 2008).

De acordo com Meijboom, Visak e

Broom (2006), a questão da confiança do consumidor não deve ser vista simplesmente como um problema relacionado ao comportamento do consumidor, mas como um problema de confiabilidade: quem quer ser confiado deve ser confiável. Assim, o deslocamento do foco da confiança para a confiabilidade enfatiza que a falta de confiança é um problema de quem quer ser confiado ao invés de de quem confia.

Como foi dito no início, alguns dos principais representantes desse campo de estudo têm tentado acatar tais críticas, considerando também a esfera institucional. A maioria desses estudos busca verificar quais são as características necessárias (conhecimento, honestidade, preocupação, competência, valores etc.) aos diferentes atores sociais (políticos, indústria, cientistas, ONGs, entre outros) para que estes sejam percebidos como fontes confiáveis de informação.

Frewer e Miles (2003) fizeram uma revisão de alguns desses estudos e mostram que não há um consenso entre os pesquisadores sobre quais características são mais importantes, apresentando até dados contraditórios. Alguns autores defendem um número maior de características (quatro a cinco). Outros criticam esse número dizendo que se trata de uma complexidade desnecessária e que tais estudos apresentam pouca evidência empírica, sugerindo um número reduzido de características (duas apenas). Frewer e Miles também destacam que muitos desses autores não definem as características que eles pensam influenciar na confiança. Além disso, Poortinga e Pidgeon (2003) chamam a atenção para o fato de que esses estudos empregam escalas predeterminadas pelos próprios autores, nas quais os respondentes não podem relacionar as características que acham mais importantes em relação à confiança.

Earle e Cvetkovich (1995 *apud* Siegrist, 2000) argumentam que os valores compar-

tilhados são a fundação da confiança. Para eles, a visão de mundo tem uma influência significativa na confiança em instituições responsáveis por regulamentar determinada tecnologia. Esses autores propuseram o modelo da saliência e similaridade de valores (*salient values and value similarity – SVS model*). Segundo esse modelo, o significado da situação determina quais são os valores salientes e, portanto, importantes para que um ator social seja percebido como confiável. A questão dos valores passou a receber grande atenção no estudo da confiabilidade de atores sociais em relação à alimentação. Os resultados do estudo de Siegrist, Cvetkovich e Roth (2000) mostraram que esse modelo é fortemente relacionado com atribuições de confiança social e o que pode ser importante para uma situação não necessariamente é para outra. Já Poortinga e Pidgeon (2003) encontraram pouco impacto desse modelo na confiança, mas argumentaram que esse modelo não exclui outros fatores explicativos.

Apesar das contradições apresentadas, o fato de esse campo de estudos estar tentando se abrir para a análise da esfera institucional já representa um avanço. De acordo com Poortinga e Pidgeon, os resultados desses estudos sugerem que ainda há muita pesquisa interessante a ser feita em relação ao modo como instituições (em vez de só riscos) são percebidas, como isso se relaciona com o histórico da competência da instituição e como isso então aparece nas avaliações dos diferentes tipos de confiança. São questões que abrem espaço para outro tipo de discussão que será apresentada nas duas seções a seguir.

Explicações culturais

Para as pesquisas que se baseiam nessa abordagem, fatores culturais parecem ser muito importantes para a construção de per-

cepções de confiança. Assim, valores, normas e códigos de comunicação enraizados culturalmente são exemplos de elementos contextuais possíveis de influenciar o modo como a confiança emerge em práticas relacionadas à comida. As práticas sociais se referem às atividades rotineiras e comportamentos estratégicos (de compra, preparação e consumo de alimentos, por exemplo), manifestadas no nível individual, mas que são enraizadas em aspectos culturais – regionais e nacionais –, que contribuem para a construção de e pertença a uma identidade nacional (Poppe e Kjaernes, 2003).

O projeto Trustinfood (*Consumer Trust in Food. A European Study of the Social and Institutional Conditions for the Production of Trust*), coordenado por Unni Kjaernes do National Institute for Consumer Research da Noruega, é um bom exemplo de pesquisa com essa abordagem. Esse projeto investigou, em seis países europeus (Dinamarca, Noruega, Alemanha, Inglaterra, Itália e Portugal), as condições sociais e institucionais suscetíveis de produzirem e manterem a confiança do consumidor na alimentação, buscando identificar e analisar os fatores que determinam a confiança na cadeia alimentar e nas fontes de informação, incluindo o papel dos agentes de mercado, as autoridades públicas, as associações de defesa do consumidor, os próprios consumidores, ONGs etc. A análise integrou dados quantitativos de uma amostra representativa dos consumidores de cada país envolvido, para avaliar como é que os consumidores lidam com as situações de confiança/desconfiança nas suas rotinas diárias e uma análise qualitativa de dados recolhidos em nível institucional (regional, nacional e da União Europeia) sobre as condições que levam à produção e manutenção da confiança (Kjaernes, Harvey e Warde, 2007).

Embora o projeto tenha buscado integrar ambas as explicações culturais e ins-

titucionais, apresentaremos, nessa parte, apenas os principais resultados dos dados quantitativos referentes à análise dos aspectos culturais. Para tanto, o questionário utilizado incluía: medidas de preocupações dos consumidores em relação à alimentação; práticas e estratégias para consumidores no papel de compradores, *eaters* (“comedores”) e cidadãos, com foco particular nas práticas relacionadas aos hábitos de comprar e comer, mas abrangendo também expressões de “voz”, como reclamações, boicotes e mobilizações; e variáveis sócio-demográficas (Poppe e Kjaernes, 2003).

Pode-se notar que a confiança nesse estudo é concebida como um fenômeno multidimensional que envolve: a confiança na comida em geral (impressão geral do *state of affairs* no mercado, considerando diferentes tipos de alimentos – de produtos verdes a carnes, de alimentos mais naturais a alimentos mais processados); a comida que é comprada para se levar para casa (processos de escolha de alimentos nos quais nos engajamos); avaliações a longo prazo das tendências na produção (o que os autores denominam de “pessimismo”), distribuição e venda de produtos alimentícios; e a confiança em atores institucionais (que será discutida na seção seguinte).

Dentre os resultados principais da pesquisa, destaca-se que, em relação à confiança na comida em geral, apesar dos escândalos alimentares recentes, os consumidores ingleses são em média os mais confiantes. Em oposição a isso, os alemães e os italianos são os consumidores com menos confiança. A ordem do *ranking* nacional das comidas consideradas “muito seguras” para se comer varia de país para país. A tendência geral é de que os produtos verdes sejam mais confiáveis, e que o primeiro item de carne esteja em 3º ou 4º lugar. A exceção desse padrão é a Inglaterra, onde os produtos de carne eram

muito pouco confiáveis. Isso demonstrou que, apesar dos altos níveis de confiança entre os consumidores ingleses, ainda há ceticismo em relação à carne.

As variáveis demográficas tradicionais tiveram modesto impacto na avaliação da confiança em cada contexto nacional. A única variável com efeito estatisticamente significativo em todos os países foi sexo: as mulheres têm menos confiança na comida do que os homens. No entanto, os autores encontraram efeitos modestos da responsabilidade por compra e hábitos alimentares na confiança. Pessoas que fazem as compras têm mais confiança na alimentação do que aquelas que não são responsáveis pela escolha dos alimentos. Por isso, eles sugerem que pesquisas futuras devam investigar melhor as práticas de escolha de alimentos.

A mudança do foco da confiança na comida em geral para confiança na comida que é levada para casa mostrou resultados diferentes. Embora os consumidores ingleses ainda estejam entre os mais confiantes, junto com os noruegueses e dinamarqueses, eles não mais se distinguem como antes. Os consumidores com menos confiança na comida levada para casa são os italianos e os portugueses. Os alemães têm uma confiança razoável em sua própria comida, e assim conseguem compensar o ceticismo geral com estratégias de compra adequadas, garantindo comidas seguras em seus lares.

Em relação às avaliações a longo prazo das tendências na produção, distribuição e venda de produtos alimentícios, os consumidores italianos e portugueses são os mais pessimistas e os ingleses os mais otimistas. Novamente, variáveis demográficas tiveram um impacto modesto na avaliação do pessimismo, com exceção do sexo, sendo as mulheres um pouco mais pessimistas do que os homens. Do mesmo modo, comportamentos de compra e alimentação tiveram signi-

ficativo impacto do pessimismo em muitos países, sendo tipicamente menos pessimistas as pessoas que compram comida com frequência ou comem carne e vegetais.

Combinando as pontuações nacionais de confiança na comida em geral e de pessimismo, Inglaterra, Dinamarca e Noruega são caracterizados por uma combinação de baixo pessimismo e alta confiança. Portugal e Itália mostram padrão inverso. A Alemanha fica no meio. Combinando as pontuações nacionais de confiança na própria comida e de pessimismo, obteve-se o mesmo resultado.

Explicações institucionais

De acordo com a abordagem institucional, as variações dos níveis individuais e nacionais de confiança em instituições estão associadas com avaliação da performance destas. Instituições que têm boa performance geram confiança, enquanto aquelas que têm uma má performance geram desconfiança e ceticismo. De acordo com Poppe e Kjaernes (2003), grande parte dos estudos nesse campo se pauta na teoria da escolha racional, enfatizando o papel do cálculo racional dos interesses próprios. Mas os autores destacam que tais avaliações de performance não podem ser vistas somente como uma consideração racional de interesses próprios, mas “como parte de um processo compreensivo, dinâmico, enraizado em *settings* culturais e históricos” (p. 14), o que abre espaço para uma combinação dessa abordagem com a das explicações culturais.

Kjaernes *et al.* (2005) também enfatizam que a confiança nem sempre se limita a uma questão de aceitabilidade. Nesse sentido, algumas pesquisas têm discutido aspectos participatórios que parecem ser importantes para essa questão, uma vez que a confiança liga os cidadãos aos corpos regula-

mentadores que devem governar a seu favor, melhorando assim a legitimidade e eficácia da governança e processos democráticos. Para esses autores, a performance institucional não diz respeito somente à performance do mercado e das organizações políticas, mas inclui também a participação além da esfera política, devendo-se observar o contexto do mercado também como uma questão de ativismo e *feedback* do consumidor.

Como já foi dito, o projeto Trustinfood também buscou integrar explicações institucionais às culturais para a construção da confiança do consumidor europeu nas questões alimentares. Para investigar esse aspecto, foram utilizados dados quantitativos coletados através do questionário mencionado na seção anterior e também dados qualitativos – análise de mídia e entrevistas com atores do sistema alimentar de cada país. A seguir, discutiremos alguns dos principais resultados desse estudo.

Poppe e Kjaernes (2003) discutiram os resultados referentes aos dados quantitativos dos questionários aplicados aos consumidores dos seis países, sobre as visões destes a respeito da distribuição de responsabilidade entre consumidores e vários atores institucionais em relação a assuntos chave sobre alimentação, tais como: segurança, qualidade, nutrição, preço e ética.

Os atores mais ou menos confiados (e as razões para isso) variaram de país para país. No entanto, quando os consumidores eram perguntados sobre se confiavam que os diferentes atores falariam a verdade no caso de um escândalo alimentar, ordem do *ranking* de atores forma grupos de dois: em primeiro lugar estão as organizações dos consumidores e os peritos; depois, as autoridades e a mídia; em terceiro, aparecem os fazendeiros e as cadeias de supermercados; os últimos são os políticos e a indústria alimentícia. É interessante notar que essa ordem reflete a

distância relativa à fabricação dos produtos alimentícios e que o *ranking* é mais ou menos idêntico nos seis países. No entanto, em relação à pontuação geral dos atores que são acreditados por dizerem a verdade, os consumidores noruegueses e dinamarqueses aparecem como os mais confiantes, os alemães e italianos confiam em poucos atores e os consumidores ingleses e portugueses ficam no meio.

Os resultados também mostraram que quanto maior o número de atores percebidos como dizendo a verdade, maior o número de itens de comida considerados muito seguros para se comer. Em específico, acreditar que atores do mercado (produtores e vendedores) dizem a verdade aumenta significativamente o número de itens confiados de comida.

Dizer a verdade também tem influência na confiança na comida levada para casa, uma vez que quanto maior a confiança nos atores, maior a confiança nesse aspecto. Como também foi visto pelos dados apresentados na seção anterior, as pontuações combinadas dessas variáveis colocam Itália e Portugal nas regiões de baixa confiança, enquanto Dinamarca e Noruega ficam na área da alta confiança.

Kjaernes *et al.* (2005) também discutiram esses resultados. Segundo esses autores, “pode-se dizer que a institucionalização do consumo é uma das fontes mais importantes das diferenças nacionais. Práticas e contextos diferem e continuam a gerar resistência contra tendências dos sistemas alimentares da Europa a convergirem” (p. 14).

Eles argumentam que, entre os seis países, há considerável variação nacional da confiança em função de combinações e transições das condições institucionais e estruturais. Entretanto, eles identificam dois padrões gerais ideais. De um lado, notam-se relações que são baseadas em redes particulares. Isso ocorre nas sociedades em que pre-

domina a família grande, tradicional, poucas pessoas moram sozinhas e existe uma divisão clara de trabalho entre homens e mulheres. Por isso, muitas refeições diárias são cozinhadas com ingredientes frescos e preparadas num contexto familiar. As compras são feitas em pequenas lojas, dentro de sistemas de distribuição local e de pequena escala. A qualidade da comida não é padronizada e as avaliações são mais baseadas na experiência e na troca pessoal. Desse modo, familiaridade e proveniência da comida se tornam muito importantes. Do mesmo jeito, se lida com a desconfiança de forma mais particular em relação às lojas e fontes de alimentos. Nesse padrão, o papel do consumidor privado torna a agenda pública e agência do consumidor dentro dos sistemas mais amplos menos importantes.

Por outro lado, encontram-se as relações mais gerais que se apoiam em instituições complexas. Nesse padrão, o consumo de comida altamente processada é frequente e ligado ao número de mulheres que trabalham, assim como grande número de solteiros. A relação dos consumidores com o mercado é baseada na previsibilidade, havendo pouca diferenciação entre lojas, qualidades de comida ou sistemas de provisão. A indústria alimentícia é quem deve assegurar essa previsibilidade, por meio da distribuição via supermercados.

Halkier *et al.* (2007) analisaram os dados qualitativos (referentes à mídia e entrevistas com diversos atores sociais do sistema alimentar) de quatro países (Noruega, Dinamarca, Itália e Portugal) que participaram do projeto Trustinfood. Segundo esses autores, nos debates sobre regulamentação dos alimentos, o papel do consumidor individual se tornou uma questão importante, aparecendo novas expressões como o “consumo político”. Entretanto, nos debates societais sobre comida, diferentes definições do pa-

pel do consumidor podem ser encontradas. Assim, várias construções do consumidor são usadas em diferentes contextos nacionais na Europa.

Os autores também argumentam que as crises alimentares levaram a mudanças na política alimentar na União Europeia. No entanto, apesar da mudança ser percebida, os arranjos institucionais e a estrutura do setor alimentar ainda variam bastante nos quatro países, assim como o papel e a posição de diferentes atores no setor alimentar. Para os autores, essas diferenças são refletidas na maneira como os consumidores são enquadrados nesses países.

Por enquadramento do consumidor, os autores se referem às construções discursivas que são expressas por todos os diferentes tipos de atores sociais envolvidos no sistema alimentar de um país. Halkier *et al.* encontraram que os principais enquadramentos discursivos nesses países foram: na Noruega – o consumidor confiante, para o qual a segurança alimentar é central; na Dinamarca – o consumidor complexo, que discute a segurança, o preço, a qualidade e a questão ética dos alimentos produzidos; na Itália – o consumidor preocupado com a qualidade; e em Portugal – o consumidor desprotegido, para o qual a segurança e a qualidade *stand out*.

Os autores destacam que os dados da análise quantitativa (a construção que os próprios consumidores fazem de si mesmos e de sua agência social), discutidos anteriormente, correspondem à análise que os outros atores sociais fazem sobre eles. Mas os autores chamam a atenção para o fato de que tais enquadramentos são construídos não apenas pelo discurso, mas também pelos processos de institucionalização específicos. Assim, os enquadramentos encontrados podem ser relacionados aos arranjos institucionais e a estrutura do setor alimentar de cada um desses países.

De fato, os autores encontraram que, na Noruega, há consenso a respeito do papel do Estado na proteção do consumidor, que é reforçado por um mercado alimentar fechado, com restrições às importações. Na Dinamarca, também há consenso acerca do papel do Estado na proteção da segurança alimentar do consumidor, porém, o mercado alimentar desse país é mais aberto (o que representa mais escolhas e dilemas para o consumidor), assim, o consumidor fica responsável pela qualidade dos alimentos que compra. Na Itália, não há uma divisão clara da responsabilidade entre os atores sobre a responsabilidade alimentar, os produtores e vendedores focam na qualidade dos alimentos. Em Portugal, novamente não há uma divisão clara da responsabilidade entre os atores sobre a responsabilidade alimentar, o que se reflete até em controvérsias políticas, como na organização da Agência Alimentar Portuguesa. Mais uma vez, nota-se que a organização institucional combina com os enquadramentos feitos sobre o papel dos consumidores em cada um desses países.

Wales, Harvey e Warde (2006) analisaram especificamente o caso da Inglaterra. Os autores queriam entender como esse país, tomado como o vilão da Europa como fonte da maior crise de confiança recente¹, tornou-se o país com o nível de confiança mais alto em relação à segurança alimentar segundo os resultados do projeto Trustinfood. Os autores reconhecem que esses resultados não refletem uma confiança surpreendente no sistema alimentar inglês, uma vez que muitas pessoas relatam que estão comendo alimentos que não consideram muito seguros. Mesmo assim, o resultado geral é relevante dada as crises alimentares recentes.

Os autores analisaram como e em que extensão as respostas institucionais principais do governo britânico à crise e o desenvolvimento do sistema alimentar conseguiram

juntos superar a crise de governança exposta pelo caso da “vaca louca”. Eles relatam que, a partir dos anos 1990, começa a ser dado maior papel aos vendedores e consumidores. Além disso, a Agência Alimentar Britânica passa por uma reorganização, não mais defendendo os produtores, com independência científica e agregando um comitê de consumidores. Os supermercados também passam a contar com um sistema de rastreamento dos alimentos distribuídos. Tudo isso ajudou a superar a crise de suposta confiança.

Entretanto, os autores argumentam que uma nova crise começa a surgir com o problema da obesidade da população. Segundo os pesquisadores, o consenso entre os atores institucionais sobre a questão da segurança sanitária alimentar, em resposta à crise da “vaca louca”, representou significativo avanço em relação a essa dimensão da confiança. Contudo, isso não garantiu a estabilidade em relação às outras dimensões. A questão da obesidade e os desafios de nutrição e dieta “demonstram que as bases institucionais para a confiança na alimentação devem se vistas em uma perspectiva histórica. Não há um estado permanente de confiança: que é confiado, o que é confiado, e sobre o que a confiança diz respeito é um cenário que muda constantemente” (Wales, Harvey e Warde, 2006, p. 193).

O sistema de segurança alimentar brasileiro e a questão da confiança na alimentação no país

A partir da década de 1990, os supermercados no Brasil, assim como no contexto internacional, passaram a assumir novos papéis. Além do abastecimento de alimentos, esse setor fez investimentos também na produção, controle de qualidade e seleção de produtos, tornando-se central no processo de transformação do consumo alimentar

(Guivant, 2009). Ainda assim, esse setor divide espaço com outros tipos de arranjos, como as feiras e pequenos estabelecimentos locais. Também não se pode ignorar a importância que o setor informal ainda tem no país na produção e distribuição de alimentos frescos e processados, aumentando o número de riscos para o consumidor.

Nesse contexto, como entender o sistema de segurança sanitário alimentar brasileiro? Ainda que o país possua uma legislação de acordo com as normas internacionais (Casiano, 2009), segundo Guivant (2006b), o sistema de controle da segurança alimentar não é confiável em nenhuma de suas etapas (produção, estocagem, distribuição, comercialização, fiscalização etc.), devido a conflitos de interesses dentro do próprio sistema, o que gera fragmentação das políticas nas ações locais e federais. Também não há transparência de informações aos consumidores, uma vez que não se sabe quem toma as decisões, além de faltarem dados oficiais sobre, por exemplo, contaminações alimentares.

Como foi dito no início, as “crises alimentares” pelas quais muitos países passaram, como a crise da “vaca louca” e as controvérsias sobre os transgênicos, contribuíram não apenas para mostrar as falhas da ciência no controle dos sistemas segurança alimentar, mas levaram também a uma discussão sobre e revisão das normas que regulam tais sistemas, incluindo a participação da sociedade nos processos decisórios sobre os riscos causados pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

No Brasil, essas crises não tiveram as mesmas consequências. Segundo Guivant (2002), a crise da “vaca louca” teve reflexos no país em 2001, quando o Canadá e depois o Nafta (North America Free Trade Agreement) embargaram a carne brasileira devido a uma suspeita de contaminação com EEB, destacando a ineficiência do sistema de con-

trole sanitário animal do Brasil, uma vez que não foi possível identificar imediatamente o destino do gado importado. Apesar disso, esse embargo foi interpretado como tendo razões econômicas e políticas devido à disputa comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC) entre o Canadá e o Brasil por causa de subsídios à fabricação de aviões. Assim, essa crise, “em vez de provocar uma reflexão crítica sobre o sistema de segurança alimentar do Brasil, gerou uma resposta nacionalista, e não levou a uma discussão sobre a vulnerabilidade da saúde dos consumidores e a sustentabilidade do ambiente rural” (Guivant, 2002, p. 242).

Também a questão dos transgênicos, ao contrário do que foi visto nos países europeus, foi pouco questionada no Brasil e não teve uma participação efetiva da população. Mesmo que a necessidade de um debate público tenha sido mencionada pela coalizão contra a liberação dos transgênicos, faltou uma discussão sobre como tal debate deveria ser feito, como legitimar os espaços de participação e como escolher as estratégias mais eficientes para essa tarefa. Assim, as estratégias empregadas procuravam mais mobilizar do que engajar a participação do público no debate (Guivant, 2005, 2007).

Guivant (2006a) analisou o campo de pesquisa nacional sobre percepção pública dos transgênicos e concluiu que, ao contrário do cenário internacional, onde os dados dessas pesquisas muitas vezes constituem em um *input* fundamental para processos de legislação e regulação das inovações científico-tecnológicas, as pesquisas realizadas no país, além de serem poucas, apresentam sérias limitações metodológicas, chegando a respostas diferentes a partir da informação que é oferecida. Assim, esses dados apenas confirmam os argumentos que determinados grupos sociais, políticos ou econômicos encomendam as pesquisas, querem legitimar.

Em relação ao campo de estudos sobre confiança na alimentação no Brasil, a situação é ainda pior. Em uma pesquisa no portal da Scielo Brasil, com as palavras-chave *confiança* e *alimento/alimentação*, não obtivemos nenhum artigo. Em uma pesquisa mais ampla no portal do Google Acadêmico, encontramos apenas o relatório de uma pesquisa apresentada no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural acerca de fontes de informação sobre alimentos (Lima Filho, Spanhol e Ribeiro, 2009). Essa pesquisa buscou identificar as fontes de informação consideradas importantes por consumidores da cidade de Campo Grande para obtenção de conhecimento sobre alimentação em diversas classes sociais. Ainda que tenha sido realizada dentro dos moldes do impacto da informação, essa pesquisa traz algumas contribuições sobre quais fontes de informações são consideradas como mais confiáveis pelos consumidores. Apesar de haver diferença nos níveis de confiança entre as classes sociais estudadas, de um modo geral, pode-se dizer que os pesquisadores da área de alimentos/nutrição, os médicos e os conselhos de medicina são as fontes de informação tidas como mais confiáveis. A seguir (e com um *score* bastante alto), aparecem os órgãos reguladores de alimentos e as autoridades do governo. Os vendedores de alimentos e as pessoas famosas são as fontes menos confiáveis.

Como já dissemos anteriormente, a alimentação, tem sido tomada, muitas vezes, como exemplo de uma discussão mais ampla sobre ciência e tecnologia. Assim, levando em conta a análise feita por Guivant (2006a), essa carência de dados na literatura nacional referente à percepção pública ou confiança do consumidor sobre a alimentação pode ser entendida em um contexto maior, no qual a carência significativa de

dados sobre a percepção pública acerca do desenvolvimento científico e tecnológico caracteriza a desconsideração do engajamento público nesse debate e a falta de problematização dentro do espaço acadêmico sobre os riscos, o que contribui para o fortalecimento da visão tradicional de ciência e sua relação com a política.

Considerações finais

De acordo com Salvatore e Sassatelli (2004), o interesse no gerenciamento democrático do risco na Europa demonstra que as crises alimentares e de confiança não são mais vistas como eventos singulares ou anormalidades.

A análise do sistema de segurança alimentar do Brasil mostra que o país possui uma legislação de acordo com as normas internacionais. Ainda assim, predomina uma situação em que os riscos alimentares existem devido à falha no sistema de fiscalização, esquema de denúncias, implementação de políticas públicas e espaço dedicado a essas questões na mídia.

Não é de admirar que existam menos casos de “pênicos alimentares” na população quando comparado ao debate que ocorre em outros países. Mas o que esse “silêncio” da população brasileira significa? Seria possível dizer que há uma confiança da população em relação ao sistema de controle de riscos alimentares? Ou seria mais o caso de “uma atitude de resignação ou indiferença frente aos possíveis riscos junto com o desconhecimento de sua dimensão” (Guivant, 2001, p. 107)? Esse é um campo vasto de exploração, no qual as Ciências Sociais têm ganhado, em muitos países, um papel influente na avaliação e desenvolvimento de políticas públicas. Assim, pode ser também um campo de futuras pesquisas nessa área no Brasil.

Nota

1 Os autores se referem ao episódio da EEB, que ficou conhecido como crise da “vaca louca”.

Bibliografia

BECK, Ulrich (1992), *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.

_____. (1999), *World risk society*. Cambridge: Polity Press.

CASSIANO, Ana Carolina (2009), “Além do que se vê: uma análise do sistema de fiscalização dos riscos alimentares”, in J. Guivant; G. Spaargaren; C. Rial (orgs.), *Alimentos, consumo e globalização*. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina.

CHRYSSOCHOIDIS, George; STRADA, Anna; KRYSTALLIS, Athanasios (2009), “Public trust in institutions and information sources regarding risk management and communication: towards integrating extant knowledge”. *Journal of Risk Research*, v. 12, n. 2, p. 137-185.

CVETKOVICH, George *et al.* (2002), “New information and social trust: asymmetry and perseverance of attributions about hazard managers”. *Risk Analysis*, v. 22, n. 2, p. 359-367.

EDEN, Sally; BEAR, Christopher; WALKER, Gordon (2008), “The skeptical consumer? Exploring views about food assurance”. *Food Policy*, v. 33, n. 6, p. 624-630.

FISCHLER, Claude (1979), Gastro-nomie et gastro-anomie. *Communication*, n. 31, p. 189-210.

FREWER, Lynn; MILES, Susan (2003), “Temporal stability of the psychological determinants of trust: implications for communication about food risks”. *Health, Risk & Society*, v. 5, n. 3, p. 259-271.

FREWER, Lynn; SCHOLDERER, Joachim; BRED AHL, Lone (2003), “Communicating about the risks and benefits of genetically modified foods: the mediating role of trust”. *Risk Analysis*, v. 23, n. 6, p. 1117-1133.

GIDDENS, Anthony (1997), “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, in U. Beck; A. Giddens; S. Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Unesp.

_____. (2002), *Modernidade e identidade*. Trad. Pedro Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GROOVE-WHITE, Robin; MACNAGHTEN, Phil; WYNNE, Bryan (2000), *Wising up: the public and new Technologies*. Lancaster: CSEC, Lancaster University.

- GUIVANT, Julia (2001), “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 16, p. 95-112.
- _____. (2002), “Heterogeneous and unconventional coalitions around global food risks: integrating Brazil into the debates”. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 4, p. 231-245.
- _____. (2005), “A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil”, in E. Silva; M. Santos; P. Bacarense (orgs.), *Ciência, tecnologia e sociedade: novos modelos de governança*. Brasília: CGEE.
- _____. (2006a), “Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil”. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 81-103.
- _____. (2006b), “Riscos alimentares”. *Revista do Idec*, 28 dez. 2006. Entrevista. Disponível em: <www.idec.com.br>.
- _____. (2007), “Transgênicos no Brasil: a necessidade de debater a governança de novas tecnologias”, in J. R. M. Leite; P. R. A. Fagúndez (orgs.), *Aspectos destacados da lei de biossegurança na sociedade de risco*. Brasília: Conceito Editorial.
- _____. (2009), “O controle do mercado através da ecoeficiência e do ecoconsumo: uma análise a partir dos supermercados”. *Política & Sociedade*, n. 8, p. 173-178.
- HALKIER, Bente *et al.* (2007), “Trusting, complex, quality conscious or unprotected? Constructing the food consumer in different European national contexts”. *Journal of Consumer Culture*, n. 7, p. 379-402.
- JONGE, J. *et al.* (2008), “How trust in institutions and organizations builds general consumer confidence in the safety of food: a decomposition of effects”. *Appetite*, v. 51, n. 2, p. 311-317.
- KJAERNES, Unni; HARVEY, Mark; WARDE, Alan (2007), *Trust in food. A comparative and institutional analysis*. Basingstoke: Palgrave.
- KJAERNES, Unni *et al.* (2005), “Trust and the institutionalization of food consumption”, in Biannual Meeting of the European Sociological Association, Polônia, 9-12 set.
- LIMA FILHO, Dário; SPANHOL, Caroline; RIBEIRO, Adriane (2009), “Fontes de informação sobre alimentos: opinião de consumidores de três supermercados na cidade de Campo Grande – MS”, in 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 1 dez. 2009. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/13/19.pdf>.
- LUNDÅSEN, Susanne (2002), “Podemos confiar nas medidas de confiança?”. *Opinião Pública*, v. 8, n. 2, p. 304-327.

- LUHMANN, Niklas (1979), *Trust and power: two works by Niklas Luhmann*. Chichester: John Wiley & Sons.
- _____. (1988), "Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives", in D. Gambetta (ed.), *Trust. Making and breaking cooperative relations*, New York: Basil Blackwell.
- MAEDA, Yasunobu; MAKOTA, Miyahara (2003), "Determinants of trust in industry, government, and citizen's groups in Japan". *Risk Analysis*, v. 23, n. 2, p. 303-310.
- MEIJBOOM, Frank; VISAK, Tatjana; BROOM, Frans (2006), "From trust to trustworthiness: why information is not enough in the food sector". *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, n. 19, p. 427-442.
- POORTINGA, Wouter; PIDGEON, Nick (2003), "Exploring the dimensionality of trust in risk regulation". *Risk Analysis*, v. 23, n. 5, p. 961-972.
- _____. (2004), "Trust, the asymmetry principle, and the role of prior beliefs". *Risk Analysis*, v. 24, n. 6, p. 1475-1486.
- POPPE, Christian; KJAERNES, Unni (2003), *Trust in food in Europe. A comparative analysis*. Disponível em: <www.trustinfood.org>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- PRIEST, Susanna; BONFADELLI, Heinz; RUSANEN, Maria (2003), "The 'trust gap' hypothesis: predicting support for biotechnology across national cultures as a function of trust in actors". *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 751-766.
- SALVATORE, Armando; SASSATELLI, Roberta (2004), *Trust and food. A theoretical discussion*. Disponível em: <www.trustinfood.org>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- SAPP, Stephen; BIRD, Sharon (2003), "The effects of social trust on consumer perceptions of food safety". *Social Behavior & Personality: an International Journal*, v. 31, n. 4, p. 413-422.
- SIEGRIST, Michael (2000), "The influence of trust and perceptions of risks and benefits on the acceptance of gene technology". *Risk Analysis*, v. 20, n. 2, p. 195-204.
- SIEGRIST, Michael; CVETKOVICH, George (2000), "Perception of hazards: the role of social trust and knowledge". *Risk Analysis*, v. 20, n. 5, p. 713-720.
- _____. (2001), "Better negative than positive? Evidence of a bias for negative information about possible health dangers". *Risk Analysis*, v. 21, n. 1, p. 211-218.
- SIEGRIST, Michael; CVETKOVICH, George; ROTH, Claudia (2000), "Salient value similarity, social trust, and risk/benefit perception". *Risk Analysis*, v. 20, n. 3, p. 353-362.
- SIEGRIST, Michael; STAMPFLI, Nathalie; KASTENHOLTZ, Hans (2008), "Consumers' willingness to buy functional foods. The influence of carrier, benefit and trust". *Appetite*, v. 51, n. 3, p. 526-529.

- SIEGRIST, Michael *et al.* (2007), "Public acceptance of nanotechnology foods and food packaging: the influence of affect and trust". *Appetite*, v. 49, n. 2, p. 459-466.
- SJÖBERG, Lennart (2001), "Limits of knowledge and the limited importance of trust". *Risk Analysis*, v. 21, n. 1, p. 189-198.
- SLOVIC, Paul (1993), "Perceived risk, trust, and democracy". *Risk Analysis*, v. 13, n. 6, p. 675-682.
- _____. (1999), "Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield". *Risk Analysis*, v. 19, n. 4, p. 689-701.
- VIKHUND, Mattias (2003), "Trust and risk perception in Western Europe: a cross-national study". *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 727-738.
- WALES, Corinne; HARVEY, Mark; WARDE, Alan (2006), "Recuperating from BSE: the shifting UK institutional basis for trust in food". *Appetite*, v. 47, n. 2, p. 187-195.
- WHITE, Mathew; EISER, Richard (2005), "Information specificity and hazard risk potential as moderators of trust asymmetry". *Risk Analysis*, v. 25, n. 5, p. 1187-1198.
- WHITE, Mathew *et al.* (2003), "Trust in risky messages: the role of prior attitudes". *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 717-726.
- WYNNE, Bryan (1995), "May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide", in S. Lash; B. Szerszynski; B. Wynne (orgs.), *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. London: Sage.

Artigo recebido em setembro/2010

Aprovado em agosto/2011

Resumo

O estudo da confiança na alimentação: análise do campo de pesquisa

As crises alimentares, como o caso da "vacca louca" e a controvérsia sobre os alimentos transgênicos levaram a uma "crise de confiança" do consumidor, com consequências econômicas significativas em alguns países. Em resposta, seus governos buscaram reformular a legislação e a estrutura dos sistemas de segurança alimentar e fizeram fortes investimentos em pesquisa sobre a percepção e em comunicação sobre os riscos alimentares, buscando restaurar a confiança dos consumidores e evitar futuras controvérsias. No Brasil, essas crises, apesar de sentidas, tiveram consequências diferentes, sem que houvesse questionamento do sistema de segurança alimentar ou se considerasse a opinião pública sobre os riscos alimentares. Nesse trabalho, analisamos algumas das principais pesquisas sobre confiança na alimentação, buscando sistematizar as abordagens utilizadas e os resultados encontrados nesse campo no cenário internacional. Também apresentamos uma breve análise do sistema de segurança alimentar brasileiro, bem como o campo de pesquisa nacional, o que nos permite, nas considerações finais, formular sugestões de pesquisas no país.

Palavras-chave: Confiança; Alimentação; Pesquisa; Opinião Pública.

Abstract

The study food trust: an analysis of the research field

Food crises, as the case of “mad cow” and the controversy over genetically modified foods led to a “trust crisis” from the consumer, with significant economic consequences in some countries. In response, their governments sought to recast the legislation and structure of food safety systems and made heavy investments in research on perception and communication about food risks, seeking to restore consumer trust and avoid future disputes. In Brazil, these crises, although experienced, had different consequences, with no questioning of the food safety system and no consideration of public opinion about food risks. In this paper we analyze some of the leading research on confidence in food, trying to systematize the approaches used and results found in this field in the international arena. We also present a brief analysis of the food safety system in Brazil, as well as the field of national survey, which allows us, in concluding remarks, make suggestions for research in the country.

Keywords: Trust; Food; Research; Public opinion.

Résumé

L'étude de la confiance envers l'alimentation: une analyse du domaine de recherche

Les crises alimentaires, comme le cas de la “vache folle” et la controverse à propos des aliments génétiquement modifiés, ont conduit à une “crise de confiance” du consommateur, dont les conséquences économiques dans certains pays ont été importantes. En réponse à ces crises, les gouvernements de ces pays ont tenté de réformer la législation et la structure des systèmes de sécurité alimentaire et ont investi lourdement dans la recherche sur la perception et dans la communication sur les risques alimentaires, cherchant à rétablir la confiance des consommateurs et à éviter de futures controverses. Au Brésil, ces crises, quoique ressenties, ont eu des conséquences différentes sans, toutefois, que le système de sécurité alimentaire ait été mis en question ou que l'opinion publique sur les risques alimentaires ait été considérée. Dans cet article, nous analysons certaines des principales recherches sur la confiance dans les aliments, tout en cherchant à systématiser les principales approches utilisées et les résultats trouvés dans ce domaine sur le plan international. Nous présentons également une brève analyse du système de sécurité alimentaire au Brésil, ainsi que le domaine de recherche nationale, ce qui nous permet, en conclusion, de faire des propositions pour la recherche au Brésil.

Mots-clés: Confiance; Alimentation; Recherché; Opinion publique.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cecdec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepec/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prgp.ufpb.br

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museu hp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/

arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèqure Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (Graduação em Ciência da Informa-
ção)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
cação e Semiótica – área: Tecnologias da
Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ciências da Informação/Depto. de
História (Graduação em Arquivologia;
Especialização em Gerência de Unidades e
Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação (Graduação em Arqui-
vologia, Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação – área: Planejamento de Proces-
sos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnt/home.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Mesiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica na Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, “De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos apresentados, inéditos, devem ser entregues em três cópias impressas e uma em disquete, de preferência no programa Word for Windows, em espaço 1,5 com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou seis mil palavras; as resenhas não devem ultrapassar sete laudas.

O texto deve ser acompanhado de um resumo e de cinco palavras-chave, bem como de dados sobre o autor (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e dois últimos livros publicados, se for o caso).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação enviarão seu trabalho por e-mail, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.
- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo os critérios abaixo.
- O título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços.

Crítérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ *título da obra em itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2 ed. São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição entre parênteses /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor em caixa alta /VÍRGULA/ seguido do nome em caixa alta e baixa /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ “título do capítulo entre aspas” /VÍRGULA/ in (em itálico) / nome seguido do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ *título da coletânea, em itálico* /VÍRGULA/ local da publicação /

VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in Olavo Brasil de Lima Jr. e Sérgio Henrique Abranches (org.), *As origens da crise*, Rio de Janeiro, Vértice.

Tese acadêmica: sobrenome do autor em caixa alta/VÍRGULA/seguido do nome em caixa alta e baixa/PONTO/ da data entre parênteses/VÍRGULA/ *título da tese em itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/cidade da instituição/VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/sigla da instituição/PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ESPSP.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais a ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Endereço: Editoria RBCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-900 São Paulo – SP

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

E-mail: rbcscs@anpocs.org.br.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que oferece balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e contornos de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

E-mail: bib@anpocs.org.br.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60

Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90

Internacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____

